

Instituto Politécnico de Setúbal



Escola Superior de Ciências Empresariais

Indicadores de Desempenho Sustentável no Sector da Construção

Cristina Morais da Palma

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau
de

MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

Orientador: Professor Doutor Francisco Carreira

Setúbal, Abril de 2010

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

Dedicatória

*Este trabalho é inteiramente dedicado à minha família,
Especialmente à minha filha, Catarina, e
À minha mãe, Francisca.*

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Francisco Carreira, meu orientador, pela transmissão dos seus conhecimentos, pelas constantes palavras de incentivo e por toda a colaboração prestada, expresso os meus sinceros agradecimentos.

Por todo o apoio prestado no desenvolvimento da vertente prática deste trabalho de investigação, agradeço à Professora Sandra Nunes.

Agradeço à AECOPS de Setúbal, representada pelo Sr. Alfredo Lopes, por ter disponibilizado informação fundamental à realização deste trabalho.

À Rita Almeida Dias, partner da Sustentare, Lda, agradeço a cooperação e informação disponibilizada, essencial para a realização da vertente prática deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares e amigos, especialmente ao meu marido e à minha mãe, Luís e Francisca, pelo apoio que me deram nas horas mais difíceis, contribuindo para que me sentisse motivada a continuar. À minha filha Catarina, agradeço todos os sorrisos com que me presenteou, sendo a minha fonte inesgotável de energia.

Aos meus colegas de Mestrado, agradeço o companheirismo, a boa disposição que partilhámos e o bom relacionamento que constituíram um tónico adicional de motivação, em particular, à Silvina Cabrita, agradeço o incentivo transmitido, a cumplicidade e, sobretudo, a amizade, que muito contribuíram para o culminar deste percurso.

Agradeço a todas as outras pessoas e entidades que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

Resumo

O desenvolvimento sustentável integra o desenvolvimento económico, pelo que é importante encará-lo como uma estratégia organizacional relevante. O conceito de Sustentabilidade, tem ganho dinâmica, quer pela integração de atitudes e acções, socialmente, responsáveis no seio das organizações, quer pela crescente necessidade em comunicar o que de sustentável foi desenvolvido. Assim, se tem contribuído para o aumento do número de Relatórios de Sustentabilidade publicados pelas organizações.

O sector da Construção tem-se retraído nos últimos anos, em virtude da crise económica sentida um pouco por todo o mundo. As características do sector fazem emergir uma nova estratégia delineada nos pilares da tripla sustentabilidade, sendo impreterível fomentar o desenvolvimento económico, ambiental e social das organizações.

A diferenciação pode ser feita, também, ao nível do produto, neste caso das construções. Os materiais incorporados nas obras podem conferir elevados padrões de sustentabilidade aos próprios edifícios, tornando-os mais atractivos e conferindo-lhes características distintas para os compradores.

O relato sustentável no sector da Construção está a prosperar anualmente, mas atendendo às características do sector, será necessário estipular indicadores que melhor espelhem o estado do desenvolvimento económico, ambiental e social neste sector.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Organizações, Relato, Sector da Construção e Indicadores de Desempenho Sustentável.

JEL – M14, Q01

Abstract

Sustainable development integrates economic development, so it is important to see it as an important organizational strategy. The concept of sustainability has gained force, whether by integration of attitudes and socially responsible actions within organizations, or by growing demand communicating what is sustainable and has been developed. So these have contributed to the increase in the number of sustainability reports published by organizations.

The Construction industry has been contracting in recent years because of the economic crisis felt all over the world. The characteristics of the industry caused to emerge a new strategy based on the triple pillars of sustainability; essential to foster organizations development in economic, environmental and social aspects.

A difference can also be made at the level of the product, in this case the buildings. The materials may provide high standards of sustainability, thereby making them more attractive and desirable to buyers.

Reporting on sustainability, in the construction industry will increase every year, but given the characteristics of the industry, it will need to provide indicators that better reflect progress in economic, environmental and social development in this sector.

Keywords: *Sustainability, Organizations, Reporting, Construction Industry, and Sustainable Development Indicators.*

JEL – M14, Q01

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de Figuras e Gráficos	viii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	ix
Introdução.....	1
Parte A – REVISÃO DE LITERATURA.....	3
1. O Desenvolvimento Sustentável	3
1.1. O conceito da Sustentabilidade.....	3
1.2. Sustentabilidade Empresarial.....	4
1.3. O Desenvolvimento Sustentável na Europa e em Portugal	9
1.4. Mensuração e Relato do Desenvolvimento Sustentável.....	11
1.4.1. A Global Reporting Initiative (GRI)	12
1.4.1.1. Relatórios de Sustentabilidade.....	13
1.4.1.2. Princípios do Relato do Desenvolvimento Sustentável.....	15
1.4.1.3. Indicadores de Desempenho Sustentável.....	16
1.4.1.3.1.1. Indicadores Económicos, Ambientais e Sociais	17
1.4.1.3.1.2. Suplementos Sectoriais de Indicadores de Desempenho Sustentável	19
1.4.1.4. Evolução do Relato Sustentável	20
1.4.2. Paradigma entre Custos e Benefícios do Relato Sustentável	23
2. O Sector da Construção.....	25
2.1. Características do Sector da Construção	25
2.2. Evolução Recente e Perspectivas do Sector da Construção	27
2.3. O Desenvolvimento Sustentável no Sector da Construção	33
2.3.1. Edifícios e Construções Sustentáveis	33
2.3.2. Evolução do Relato Sustentável no sector da Construção	35
2.3.3. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Sector da Construção	39

Parte B – ESTUDO EMPÍRICO.....	41
3. Construção do Processo de Investigação.....	41
3.1. Objectivo da Investigação	41
3.2. Fundamentação Teórica	42
3.3. Estratégia da Investigação	43
3.4. Instrumentos da Investigação	43
4. Metodologia da Investigação.....	44
4.1. Selecção e Caracterização da Amostra	44
4.2. Questionário	48
4.3. Processo de Recolha e Tratamento dos Dados	49
4.4. Limitações da Metodologia Utilizada.....	50
5. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos.....	50
Conclusão.....	59
Bibliografia.....	61
Anexos.....	65

Índice de Figuras e Gráficos

Figura 1 – Pirâmide Hierárquica de RSC	7
Figura 2 – Como evitar problemas com os Relatórios RSC	14
Figura 3 – Resultados do Workshop: Indicadores de Desempenho Sustentável.....	51
Figura 4 – Indicadores de Desempenho Sustentável – Resultados: Workshop Vs Questionário ...	58
Gráfico 1 – Evolução do Relato Sustentável: 2002 - 2008	21
Gráfico 2 – Magnitude do Relato Sustentável na Europa.....	21
Gráfico 3 – Evolução do Relato Sustentável: Portugal e Espanha.....	22
Gráfico 4 – Evolução do Relato Sustentável do Sector da Construção: 2002 -2008	36
Gráfico 5 – Magnitude do Relato Sustentável do Sector da Construção na Europa.....	36
Gráfico 6 – Relato Sustentável na Europa: Comportamento entre Sectores de Actividade.....	37
Gráfico 7 – Evolução do Relato Sustentável do Sector da Construção: Portugal e Espanha.....	38
Gráfico 8 – Representatividade por Género	45
Gráfico 9 – Representatividade por Idade	46
Gráfico 10 – Representatividade por Concelho de Residência	47
Gráfico 11 – Representatividade por Curso.....	47
Gráfico 12 – Indicadores Económicos - Resultados do Questionário.....	52
Gráfico 13 – Indicadores Ambientais – Resultados do Questionário.....	53
Gráfico 14 – Indicadores Sociais – Resultados do Questionário.....	55

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ABDR	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
AECOPS	Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas
ANEOP	Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CCP	Código dos Contratos Públicos
CF	Contabilidade e Finanças
CFN	Contabilidade e Finanças Nocturno
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
EA	Engenharia de Ambiente
EC	Engenharia Civil
EDS	Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável
ESCE	Escola Superior de Ciências Empresariais
ESTB	Escola Superior de Tecnologia do Barreiro
ESTS	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal
EUA	Estados Unidos da América
FEPICOP	Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas
IES	Informação Empresarial Simplificada
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPS	Instituto Politécnico de Setúbal
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
NCRF	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NRAU	Novo Regime de Arrendamento Urbano
ONG	Organizações Não Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas

RECRIA	Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSO	Responsabilidade Social Organizacional
SDC	Soares Da Costa
SGPS	Sociedade Gestão de Participações Sociais
TGV	<i>Train à Grande Vitesse</i> (comboio de alta velocidade)
UE	União Europeia

Introdução

Este trabalho visa aprofundar o conhecimento de um tema cada vez mais actual e que tem ganho grande projecção, nomeadamente, ao nível da comunicação organizacional, governamental, entre outras: a Sustentabilidade.

Nesta área específica das Ciências Empresariais – Contabilidade e Finanças – frequentemente se consulta informação organizacional, não só a nível dos aspectos financeiros das organizações, mas também outras informações que careçam de relevância para o objecto de análise.

As organizações estão, crescentemente, a disponibilizar às suas partes interessadas, frequentemente designadas por *stakeholders*, informação que proclamam relacionar-se com a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

De um modo geral, o conceito de Sustentabilidade é utilizado em várias áreas, do domínio privado e público, e relativo a organizações, países, ecossistemas, etc.

Para Gabriela Canavilhas (2010), Ministra da Cultura, do XVIII Governo Constitucional, “Num mundo globalizado é a cultura que irá oferecer a sustentabilidade necessária ao desenvolvimento futuro do nosso país”. A cultura poderá de facto contribuir para a sustentabilidade do país, quer pelas actividades culturais desenvolvidas, mas sobretudo, a cultura entendida como a instrução, o saber e o estudo.

As medidas, as políticas e os comunicados governamentais estão, também, a citar no vocabulário, a palavra “sustentabilidade” ou seus derivados. Algumas medidas de natureza ambiental estão, claramente, a relacionar-se com este conceito.

As organizações públicas e privadas acompanham a tendência, quer pelo cumprimento de recomendações governamentais ou de associações, quer pela necessidade crescente que sentem em comunicar os aspectos da vida empresarial em que estão envolvidas e que vão muito para além da mera vertente económica.

O mundo académico acompanha a tendência, quer pela investigação desenvolvida em vários domínios da sustentabilidade, quer pela leccionação de matérias curriculares, que contemplam conceitos e ideologias estratégicas relacionados com a Sustentabilidade e a RSC.

Segundo Jorge, F. *et al* (2009, pág. 32), “O ensino da ética empresarial tem tido, na última década uma atenção acrescida por parte das escolas de ciências económicas e empresariais”. Tal é o caso da Escola Superior de Ciências Empresariais, que dispõe de uma unidade curricular sobre Responsabilidade Social Organizacional (RSO).

Assim, do ponto de vista pessoal, este trabalho contribui para um acréscimo de conhecimentos em matéria de Sustentabilidade, bem como, para a aquisição de novas competências, que vão além dos limites da informação contabilística, mas que, certamente, são influenciados e têm influência no suporte económico das organizações.

A escolha de aplicar o tema “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” ao sector da Construção deve-se à iniciativa do Grupo Soares da Costa, SGPS, que numa aproximação à academia, dinamizou a iniciativa “Prémio Talento Soares da Costa 2009” alusiva ao tema *Sustentabilidade*.

Nesta iniciativa, a Soares da Costa (SDC) propôs o estudo de alguns temas que, pelo compromisso assumido para com a sustentabilidade do desempenho da empresa, procura ver desenvolvidos e aprofundados, pelo que, foi entregue e aceite a candidatura para a realização de um trabalho intitulado “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável no Sector da Construção – uma análise comparativa” (Anexo I).

Em virtude desse trabalho desenvolvido e, também, pelo facto de várias partes interessadas pretenderem encontrar um conjunto de indicadores com aplicabilidade específica para o sector da construção, emergiu uma motivação maior para aprofundar o tema relacionado com os indicadores de desempenho sustentável aplicáveis a este sector.

Assim surgiu, naturalmente, a necessidade de abordar a problemática relativa à identificação de indicadores de desenvolvimento sustentável específicos para o sector da construção, com o objectivo de validar a selecção empresarial junto da selecção académica, ou seja, com o intuito de verificar se as opiniões de grupos distintos convergem no mesmo sentido.

Partindo de um conjunto de indicadores, pré-eleitos por um grupo de indivíduos, constituído por diferentes partes interessadas, é aplicada a metodologia do questionário a estudantes de várias áreas do conhecimento, com impacto no sector da construção.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes, uma de natureza teórica, que pretende proporcionar um enquadramento da temática, e outra de natureza empírica, onde é apresentada a metodologia de investigação.

A parte teórica, denominada Revisão de Literatura, é composta por dois capítulos. O primeiro capítulo é alusivo ao tema “O Desenvolvimento Sustentável”, em que se aborda conceitos, mensuração, relato e indicadores. O segundo capítulo, intitulado “O Sector da Construção”, especifica as características, a evolução e o desenvolvimento sustentável inerente ao sector da construção.

Relativamente à parte prática, intitulada Estudo Empírico, é composta por três capítulos, que seguem a seguinte ordem: Construção do Processo de Investigação, Metodologia de Investigação e, por fim, Análise e Discussão dos Dados Obtidos. Começa por ser espelhado o desenho do processo de investigação, seguido da exploração da metodologia utilizada e, posteriormente, analisam-se os resultados alcançados.

Por fim, as conclusões traduzem o que foi a importância do tema objecto de estudo, sua origem e evolução, bem como, evidenciam-se um conjunto de indicadores que melhor retratam a sustentabilidade em termos de relato e alcance, aplicado ao sector da Construção, baseado numa amostra seleccionada.

Parte A – REVISÃO DE LITERATURA

Esta primeira parte procura, com base na revisão da literatura, aludir autores e investigadores que tenham afluído, teoricamente ou através de estudos empíricos, o tema da sustentabilidade e que se consideram relevantes.

Esta parte encontra-se estruturada em dois capítulos, considerados pilares para a concretização deste enquadramento teórico. Cada um deles subdivide-se em pontos, de acordo com a necessidade de detalhe.

O primeiro capítulo aborda o tema do desenvolvimento sustentável, em termos de conceito, mensuração e relato e, o segundo capítulo caracteriza o sector da Construção, em termos da sua relação com o desenvolvimento sustentável.

1. O Desenvolvimento Sustentável

É cada vez mais comum utilizar-se o termo “sustentabilidade”, o qual está associado ao desenvolvimento e imagem das instituições, empresas, pequenas, médias ou grandes e organizações com e sem fins lucrativos.

O uso corrente do termo, bem como a crescente preocupação generalizada fez despertar, quer no meio organizacional, quer no meio académico, uma nova expressão e a necessidade de estudo e compreensão desta temática.

Perante o exposto, o Desenvolvimento Sustentável foi abordado, primeiro, conceptualmente, segundo, no contexto empresarial, terceiro, revisão das boas práticas na Europa e Portugal, e por quarto e último, mensuração e relato.

1.1. O conceito da Sustentabilidade

A palavra “Sustentável” é um adjectivo para aquele “que se pode sustentar, defender”, sendo que “Sustentabilidade” significa uma “qualidade ou condição do que é sustentável” (Priberam, 2010).

Inicialmente, o termo “Sustentabilidade” encontrou-se associado à importância dos recursos naturais, com especial foco na sua regeneração com vista ao sustento da população. Posteriormente, a teoria económica iniciou uma ampliação do conceito de estudo, incluindo aspectos relacionados com o ambiente, progredindo para a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a degradação do meio ambiente.

Assim sendo, começou a ser feita distinção entre o ambiente e os recursos naturais, considerando-se, o primeiro, como a fonte dos segundos, mas também como um reservatório dos

resíduos provenientes da actividade económica. Quanto maior o nível de desenvolvimento económico das localidades, maior a quantidade de resíduos gerados.

Durante a década de 70 do séc. XX assumiu-se que a taxa de regeneração dos recursos naturais seria mais rápida do que o consumo dos mesmos o que, claramente, se veio a constatar estar errado, quer pela disponibilidade dos recursos considerando que não seriam ilimitados, quer pelo franco desenvolvimento económico e tecnológico para que se caminhava a largos passos (Sustentare, 2008).

De acordo com o *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, apresentado em Genebra, em Junho de 1987, conhecido como Relatório *Brundtland*, o desenvolvimento sustentável é algo que exige a satisfação das necessidades básicas de todos, considerando que a todos deve ser estendida a oportunidade de satisfazer as suas aspirações.

A definição mais comum atribuída ao conceito de Sustentabilidade é: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (*Brundtland*, 1987).

1.2. Sustentabilidade Empresarial

As organizações, nos últimos anos, têm procurado desenvolver acções, socialmente responsáveis, com a pretensão de retribuir parte dos seus benefícios empresariais à sociedade, nomeadamente, através de acções de solidariedade, recuperação e preservação ambiental, patrocínios, entre outros.

As acções de RSC são comunicadas de forma transparente, pelas organizações, com o intuito de informar a sociedade acerca das mesmas e na expectativa de que a sociedade reconheça nas organizações, agentes responsáveis e merecedores de crédito. No entanto as informações transparentes, só por si, não apagam da memória algumas consequências negativas de actuações empresariais nos últimos anos, que vindas a público se revelaram autênticos escândalos (Álvarez, 2006).

Torna-se importante esclarecer e dissociar a RSC daquilo que são meros actos de filantropia, não porque a prática dos mesmos seja desprestigiante ou indigna, antes pelo contrário, mas para não se considerar que ambas significam o mesmo.

A filantropia representa uma acção, à partida de carácter continuado, de doar bens, verbas ou serviços, a favor de instituições ou outras entidades que desenvolvam actividades de grande mérito social (Wikipedia, 2010). Noutras palavras, filantropia é “interesse teórico e prático pela felicidade e pelo bem-estar dos outros; amor ao próximo; humanitarismo; caridade; generosidade” (Porto Editora, 2002, pp. 752).

Naturalmente, a prática de filantropia requer a disponibilidade financeira do seu promotor, contribuindo para o financiamento de causas sociais, humanitárias, culturais e religiosas,

normalmente, destinadas a países e populações com grandes carências de cuidados primários e elevados níveis de subnutrição, analfabetismo, entre outros.

As verbas destinadas à prática filantrópica podem, igualmente, ser destinadas a reduzir os efeitos causados por catástrofes ambientais de largo espectro, que devastam e assolam uma sociedade e eliminam as condições de vida das populações afectadas, que muitas das vezes já eram reduzidas. São exemplos, o terramoto no Haiti, em Janeiro de 2010, e o tsunami no Oceano Índico, com epicentro ao largo da Tailândia, em Dezembro de 2004.

No entanto, estas práticas sob a forma de doação, também, podem ser associadas a eventos sociais e culturais de grande amplitude ou projecção, em que a filantropia assume a forma de patrocínio. Esta acção está mais relacionada a uma faceta de marketing institucional, pois induz a associação da imagem da marca ou da empresa à realização do evento patrocinado.

Outras das formas de praticar filantropia é satisfazer as necessidades que o Estado e seus organismos não conseguem colmatar, nomeadamente educação, saúde e apoio social. Os fundos providenciados pelas empresas filantrópicas podem destinar-se ao financiamento de estudantes, através de pagamento de propinas, ou por exemplo, ao financiamento de um determinado número de unidades de vacinas para determinado grupo de indivíduos.

A realidade é que esta vertente de filantropia não significa, exactamente, o mesmo do que ser-se socialmente responsável. As empresas que a praticam assumem o seu papel benemérito, sendo essa uma atitude louvável, mas na realidade, também, criam expectativas através da sua atitude, pelo reconhecimento e posicionamento favorável na avaliação que lhes é feita pelas partes interessadas e que as impele, ou não, a fornecerem o seu contributo directo ou indirecto na maximização dos resultados das empresas.

A RSC, igualmente, designada por Responsabilidade Social Empresarial ou Organizacional (RSE ou RSO) é algo que alberga as práticas de filantropia, mas é muito mais do que isso. Ser-se, socialmente, responsável é estar-se de forma voluntária e responsável em sintonia com a sociedade em que se está inserido, ou seja, com o ambiente e conservação do mesmo, com as pessoas e os seus direitos fundamentais, bem como com as regras legais que orientam essa mesma sociedade (lei civil, lei fiscal, códigos de conduta, etc.).

A prática ética de uma organização passa pela procura do seu bem-estar, sem negligenciar o impacto que a sua actividade pode ter no meio ambiente e na vida da sociedade em que está envolvida e que, economicamente, explora.

Para além dos aspectos legais a que estejam sujeitas, as empresas que tenham uma componente de verdadeira RSC, contemplam na sua missão e nos seus objectivos boas práticas ambientais e sociais, partindo do princípio de que estas assumem um contributo essencial para o seu próprio bem-estar, como para o bem-estar da sociedade em que coexistem (Palma *et al*, 2009).

Esta visão não é consensual, alguns académicos defendem que as organizações ao passarem a agir de forma socialmente responsável, estão a adoptar uma vertente de marketing e, conseqüentemente, uma estratégia de maximização de lucros, ou seja, é defendida a teoria de

que uma organização com postura socialmente responsável passa, por isso mesmo, a obter compensações, tais como, mais fácil acesso ao capital, custos com prémios de seguros mais reduzidos, melhor imagem no mercado e, entre outras, um aumento nas vendas ou prestações de serviços.

Berns (2009) refere que o principal benefício da sustentabilidade é o impacto que possa causar na imagem da empresa e da marca frisando, contudo, que esse aspecto não é focado pelos peritos na matéria, que acabam por evidenciar como mais-valia a criação de valor através de novas vantagens competitivas. É consensual que a sustentabilidade tem crescentes impactos nos negócios.

Abreu *et al* (2005) conclui na sua investigação, que as práticas de RSC ocorrem por influência externa, influência de mercado e influência operacional. Roque (2006) concluiu que, provavelmente, derivado à pouca atenção, ainda direccionada para matérias de sustentabilidade, o desempenho ambiental não se reflectia como uma fonte de vantagens competitivas. No mesmo estudo acrescenta, ainda, que as empresas que divulgam informação ambiental qualitativa e quantitativa são as que apresentam pior *performance* financeira.

De acordo com Cardoso (2006, citado por Ferraz, 2007), o rácio benefício/custo de ser-se, socialmente, responsável representa um elevado custo associado a esse comportamento, que, no entanto, acaba por ser compensado pelo mercado numa perspectiva de médio longo prazo.

Acerca da sustentabilidade no seio empresarial, mesmo que considerada como uma fonte de vantagens competitivas, *“Self-identified sustainability experts viewed the topic differently than those who considered themselves novices in the area”* (Berns *et al*, 2009, p. 22), embora seja unânime que os assuntos relacionados com a sustentabilidade estão, crescentemente, a suscitar interesse em toda a humanidade.

“O primeiro passo em direcção a uma abordagem transparente é examinar como comunica os seus objectivos e informa acerca dos seus progressos. Nos últimos quinze anos houve um grande aumento na visibilidade das políticas de RSC.” (Zee, 2009, p. 46).

Assim, cada vez mais os consumidores valorizam a informação disponibilizada pelas organizações e tornam-na preponderante nas suas decisões de consumo. Da mesma forma, os investidores privilegiam o acesso a informação diferenciada, por força da decisão de investimento.

Nas relações entre cliente e fornecedor, informar acerca de RSC, também, pode fazer a diferença, sempre que qualquer destes agentes determine a condição de, apenas transaccionar com outro agente económico que reúna determinadas características, nomeadamente, que comprovem a sua responsabilidade social, assegurando assim um compromisso sustentável em toda a cadeia comercial.

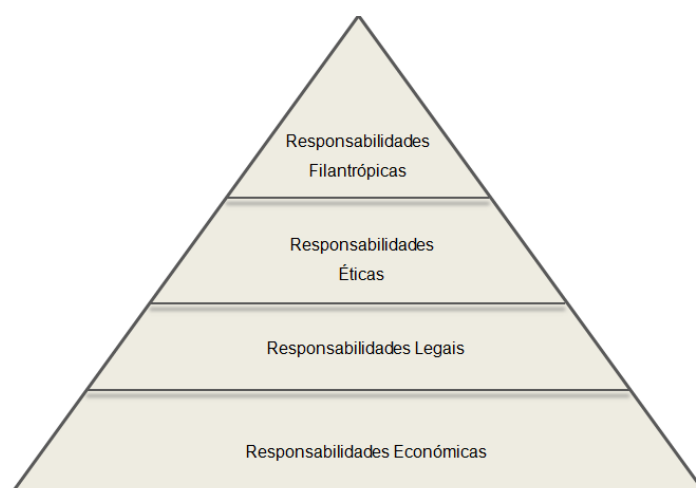
Nesse sentido, a responsabilidade social assumida e comunicada pelas organizações torna-se como um factor de diferenciação, privilegiado pelos *stakeholders*. É essencial comunicar o desempenho das organizações e a informação relatada deverá comportar indicadores económicos, sociais e ambientais.

A RSC assenta em aspectos de natureza económica, ambiental e social, que se aglutinam na denominada *Triple Bottom Line*. Zee (2009) refere-nos que este conceito determina que as organizações não têm apenas em consideração o capital financeiro envolvido no negócio e têm, também, o capital humano e o capital natural. Esta linha de base tripla fomenta que as organizações conservem, e sobretudo, não desperdicem os seus recursos disponíveis.

Carroll (1991) menciona que, para que a RSC seja aceite por uma pessoa de negócios consciente, toda a gama de responsabilidades do negócio devem ser enquadradas e ordenadas, sob a forma de pirâmide, conforme Figura 1.

Nesse sentido, a base de todas as restantes responsabilidades que uma organização possa ter, compreende a vertente económica, tornando possível prosseguir com o cumprimento das seguintes etapas da pirâmide. Assim, acima de tudo, uma empresa deve gerar lucros. A rentabilidade não deixa de ser prioritária, pois sem ela, torna-se difícil, senão mesmo impossível, conseguir alcançar os restantes objectivos organizacionais.

Figura 1 – Pirâmide Hierárquica de RSC



Fonte: Adaptado de “*The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders*”, (Carroll, 1991).

As responsabilidades legais só podem ser assumidas quando, economicamente, a organização delineou e estruturou as suas responsabilidades. Uma empresa que não tenha uma gestão eficaz e eficiente dos seus recursos económicos poderá, por exemplo, não conseguir dar cumprimento às suas responsabilidades de carácter fiscal, ou cumprir com os níveis de emissão de gases para efeito de estufa estipulados para a actividade que exerce, que constituem uma obrigatoriedade legal.

Em virtude do cumprimento de todas as responsabilidades de natureza económica e legal, as organizações podem canalizar as suas atenções para as responsabilidades de natureza ética, onde estão compreendidas as acções inerentes ao ser-se, socialmente, responsável e à sustentabilidade organizacional.

Esta predisposição deve ser assumida de forma desinteressada, com a crença de que realmente todas as atenções canalizadas nesta vertente são de relevância para a sustentabilidade dos próprios recursos das organizações.

Paul Ricoeur, filósofo francês, considerado um dos grandes pensadores franceses pós segunda guerra mundial, desenvolveu uma importante obra de filosofia política. Quando nos remetemos a questões éticas, associada à sua linha de pensamento surge, entre outras, a frase “nós somos hoje responsáveis pelo futuro mais longínquo da humanidade” (Wikiquote, 2010).

Por último, surgem as responsabilidades filantrópicas, já anteriormente mencionadas, que podem ser assumidas pelas organizações como forma de partilhar todos os excedentes económicos que não tenham sido necessários para satisfazer os restantes níveis de responsabilidades com causas sociais, ambientais, humanitárias de relevância, quer a nível global, quer a nível local, consoante as organizações estejam sediadas e mercados onde actuem.

Apesar da forma como Carroll (1991) hierarquiza as quatro diferentes responsabilidades organizacionais em pirâmide, tradicionalmente, partindo da lógica de que as responsabilidades filantrópicas co-existem no conceito de RSC, tendemos a ouvir falar de responsabilidades, bem como de resultados, a três dimensões: a dimensão económica, a dimensão ambiental e a dimensão social.

A dimensão económica contempla a gestão organizacional, tendo por objectivo a rentabilidade do negócio, a criação de valor económico para a entidade e para os accionistas, numa perspectiva de maximização dos resultados. As empresas não podem descurar a preocupação económica em virtude das demais, pois a sua subsistência no mercado depende da sua capacidade de gerar lucros para os accionistas ou proprietários.

Relativamente à dimensão ambiental, esta engloba todas as preocupações e acções relacionadas com a protecção do meio ambiente, com a protecção do planeta, com a poupança e regeneração de recursos naturais, a reciclagem e acomodação de resíduos provenientes das actividades económicas, entre outras.

No que concerne à dimensão social, esta compreende o respeito pelos direitos fundamentais das pessoas, a consciência laboral e não exploração de mão-de-obra, não discriminação na contratação, apoio social aos mais debilitados, envolvente com a sociedade em que insere a organização, etc. É pressuposta a promoção de uma sociedade mais justa, com especial foco na eliminação da pobreza.

Paralelamente, e de modo diferente, o Livro Verde da Comissão das Comunidades Europeias (CCE, 2001) menciona que, para promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, dever-se-á ter em conta duas dimensões: interna e externa.

A dimensão interna da RSC comporta a gestão do impacto ambiental e recursos naturais no âmbito da actividade desenvolvida, a gestão dos recursos humanos, práticas de recrutamento responsáveis, salvaguarda de saúde e segurança no trabalho e uma adaptação constante à mudança.

Na dimensão externa da RSC encontra-se as preocupações ambientais globais, as intervenções junto das comunidades locais, as parcerias comerciais designadas “verdes” ou “sustentáveis” com fornecedores e consumidores que partilhem dos mesmos objectivos sustentáveis, bem como os direitos humanos de forma generalizada.

Este documento emitido pela CCE esboça, ainda, a importância de fazer uma abordagem integrada à RSC, completando este conceito na sua gestão corrente e envolvendo toda a cadeia de produção, os trabalhadores e gestores aos vários níveis, mesmo que isso requeira formação específica para que se sintam dotados das competências necessárias para conduzir as organizações à sustentabilidade.

Posteriormente, a CCE vem referir que “Seria desejável uma maior convergência e transparência nos seguintes domínios: (1) Códigos de conduta; (2) Normas de gestão; (3) Contabilidade, auditoria e divulgação de relatórios; (4) Rótulos; (5) Investimento socialmente responsável.” (CCE, 2002, p. 14).

1.3. O Desenvolvimento Sustentável na Europa e em Portugal

A globalização dos mercados tem contribuído para uma maior competitividade a nível global e a União Europeia, que tem vindo a integrar novos países, tende a acompanhar o nível de competição, garantindo um lugar de destaque a nível empresarial face ao resto do mundo.

As exigências dos consumidores, as imposições legais, as relações com os restantes *stakeholders* e a procura de melhores resultados constituem, de forma dinâmica, um pilar fundamental no caminho da sustentabilidade e da responsabilidade social das organizações.

A CCE tem desenvolvido um trabalho notável na promoção da RSC junto das empresas, independentemente da sua estrutura de capitais, da dimensão e do sector de actividade. O Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas – apresentado pela Comissão Europeia, em 2001, é exemplo disso mesmo.

As matérias de natureza ambiental têm canalizado, também, as atenções da União Europeia, que criou exigente e crescente legislação ambiental, no sentido de responsabilizar e penalizar as organizações, independentemente, do seu carácter público ou privado, lucrativo ou não (Sustentare, 2008).

Salienta-se a Directiva 2004/35/CE, de 21 de Abril, que estabelece um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», cujo objectivo é prevenir e reparar danos ambientais. Posteriormente, é publicado o texto da nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), na versão adoptada pelo Conselho Europeu, em Junho de 2006, mencionando:

“Este documento estabelece uma estratégia única e coerente sobre como a UE poderá corresponder mais eficazmente ao seu compromisso de longa data de estar à altura dos desafios do desenvolvimento sustentável. Reafirma a necessidade da solidariedade global e reconhece a importância de reforçar a nossa colaboração com parceiros fora da UE, incluindo os países em

rápido desenvolvimento que terão um impacte significativo no desenvolvimento sustentável global.” (EDS, 2006, p. 3).

O referido documento estabelece sete objectivos principais, que carecem atenção e acção organizacional, para os seguintes aspectos:

1. Alterações Climáticas e Energias Limpas;
2. Transportes Sustentáveis;
3. Consumo e Produção Sustentável;
4. Conservação e Gestão dos Recursos Naturais;
5. Saúde Pública;
6. Inclusão Social; e
7. Pobreza e Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

Como membro da União Europeia, Portugal tem vindo a assumir um maior comprometimento com as orientações europeias, nomeadamente, no que concerne a integrar nas suas políticas públicas, um conjunto de leis que proporcionam a evolução do desenvolvimento sustentável no panorama nacional (Sustentare, 2008).

Segundo Faria (2007) é agora cada vez mais frequente a abordagem da Responsabilidade Social em Portugal. Em seguida, apresentam-se alguns exemplos que influenciaram a evolução do conceito.

- Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (AR, 2007);
- Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento (também conhecida como Cimeira da Terra, Conferência do Rio ou Eco 92), em 1992, de que resultou a adopção do programa Agenda 21;
Este programa de acção das Nações Unidas para o ambiente e desenvolvimento no século XXI é considerado um instrumento não vinculativo de elevada importância na área do ambiente, organizado em quatro categorias e recomendações principais: questões sociais e económicas, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, reforço do papel de grupos com importância estratégica e meios de implementação (Dolceta, 2010);
- Protocolo de Quioto, em Abril de 1998, assinalando a entrada de Portugal na relação dos países aderentes. Este protocolo discutido e negociado em Quioto, no Japão, é um importante instrumento na luta contra as alterações climáticas, nomeadamente, pelo compromisso assumido pela maioria dos países industrializados de reduzirem em 5%, em média, as suas emissões de determinados gases com efeito de estufa, responsáveis pelo aquecimento global;
- Lei da Água, conhecida como “Lei Quadro da Água”, Lei n.º 58/05, de 29 de Dezembro (AR, 2005), que vem fornecer bases para a gestão sustentável das águas e a preservação dos ecossistemas aquáticos;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015 e Plano de Implementação da ENDS (PIENDS), aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros

n.º 109/2007, de 20 de Agosto, cuja concepção contemplou uma integração e projecção no horizonte para 2015 de diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo;

- Diferenciação da taxa de tributação autónoma para veículos cuja emissão de CO₂ seja inferior a 120 g/km, no caso de serem movidos a gasolina e inferior a 90 g/km para os veículos movidos a gasóleo, desde que em ambos os casos tenha sido emitido certificado de conformidade, em sede de IRC e IRS;

Esta alteração foi introduzida pela Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro (AR, 2008), que veio aprovar medidas fiscais anticíclicas, introduzindo alterações, entre outros, ao código do IRC (Artigo 81.º);

- Regulamentação do tratamento dos resíduos provenientes de veículos em fim de vida, nomeadamente a sua destruição qualificada, contemplada no Decreto-Lei n.º 64/2008 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 8 de Abril;
- Prevenção, reparação e penalização dos danos ambientais resultantes da actividade económica, decorrente do Decreto-Lei n.º 147/2008 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 29 de Julho, que vem transpor para a legislação nacional a Directiva n.º 2004/35/CE anteriormente referida;
- Cimeira de Copenhaga, na Dinamarca, em Dezembro de 2009, que culminou num acordo climático, de carácter não vinculativo. Algumas nações comprometeram-se a reduzir a emissão de gases, dando continuidade ao Protocolo de Quioto, mas, neste caso, sem obrigatoriedade legal.

1.4. Mensuração e Relato do Desenvolvimento Sustentável

É positivo que as organizações se assumam “Sustentáveis”, mas isso necessita que se preocupem, igualmente, com a forma como comunicam a sua sustentabilidade ao público. Essa preocupação contempla, numa primeira fase, a escolha dos mecanismos de mensuração a adoptar, de forma a transpor para uma linguagem universal, o desempenho sustentável das organizações.

As organizações adoptam indicadores que lhes permitem mensurar a informação a divulgar, que normalmente resultam em informações de natureza qualitativa e quantitativa. *“Sustainability indicators (SIs) are increasingly seen as important tools in the implementation of sustainable development.”* (Morse et al, 2001).

Após recolherem e compilarem informação, as organizações fazem por a relatar oportunamente, às suas partes interessadas, utilizando os meios que, do ponto de vista conceptual, sejam convenientes e possíveis, tais como relatórios de sustentabilidade, relatórios e contas, *newsletters*, *websites*, brochuras, entre outros.

“O primeiro passo em direcção a uma abordagem transparente é examinar como comunica os seus objectivos e informa acerca dos seus progressos. (...) As organizações assumem

publicamente um conjunto de compromissos éticos e ecológicos, exibindo-os proeminentemente nos seus *websites* e documentos públicos.” (Zee, 2009, p. 46).

É cada vez mais visível, a determinação que as organizações têm em empregar na sua imagem pública um espaço dedicado à sustentabilidade, onde informam os *stakeholders*, acerca das acções que vão, timidamente, desenvolvendo na área. Contudo, dar um pequeno passo já representa muito na mente reservada de alguns gestores, accionistas e proprietários.

Zee (2009, p. 46) vem acrescentar, “A evolução em relação a estes objectivos é publicada periodicamente em relatórios RSC, amplamente disponibilizados. Isto pode ser uma maneira muito eficaz de permitir aos clientes e investidores estarem a par do seu progresso verde, mas deve reflectir um desejo genuíno da empresa, senão pode sujeitar-se a críticas.”

Para que o comprometimento das organizações seja genuíno, estas devem preocupar-se, primeiramente, com a forma como vão mensurar aquilo que pretendem relatar. O relato sustentável, a par com o relato das contas das empresas, deve ser periódico e abrangente, não se limitando às boas acções associadas à filantropia nem, somente, às anotações positivas, pois os pontos negativos, incorridos na vida da empresa em determinado período, podem ser determinantes para os consumidores da informação, quer se tratem de fornecedores, clientes, investidores, concorrentes, entre outros.

Pode ser complexo dar início a este processo sustentável de forma independente, contudo, existem organizações que podem providenciar apoio à criação de alicerces nas empresas, que pretendem promover a sua sustentabilidade. Esses alicerces podem traduzir-se no saber do que deve, ou não, ser alvo de auscultação, mensuração, divulgação e eventual correcção.

1.4.1. A Global Reporting Initiative (GRI)

A *GRI*, fundada em 1997, é uma organização sem fins lucrativos, sediada na Holanda. A sua forma de financiamento deve-se a bolsas institucionais de governos, fundações e organizações internacionais, patrocínios e apoio, em projectos e eventos e à sua própria prestação de serviços de aprendizagem e outros.

“Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar que sejam novas e inovadoras.” (GRI, 2007, Versão 3.0, p. 3).

A missão da *GRI* é satisfazer a necessidade de elaborar uma estrutura credível, que proporcione às organizações, de forma clara e transparente, a comunicação de questões relativas à sustentabilidade, com o objectivo de que essa estrutura possa ser utilizada pelas várias organizações independentemente da sua dimensão, sector ou localização (GRI, 2007, p. 3).

Na concepção da estrutura de relato da sustentabilidade, estão envolvidas várias partes interessadas, incluindo empresas, sindicatos, organizações não-governamentais, investidores e contabilistas, os quais emitem pareceres relativos à sua especialização, com vista ao consenso. Assim, desde a sua fundação, a *GRI* tem vindo a melhorar, de forma contínua e gradual, a

estrutura da elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a qual tem sido acolhida por muitas empresas.

1.4.1.1. Relatórios de Sustentabilidade

“O mundo dos negócios está progressivamente a aperceber-se de que os consumidores querem transparência por parte das organizações com quem lidam. Estes sentem – com alguma justificação – que uma vez que dão lucro à organização, têm também o direito de saber como esse lucro é gerado.” (Zee, 2009, p. 46).

Os relatórios e contas das empresas retratam a actividade das organizações, mais ou menos, exaustivamente, consoante a extensão do Relatório de Gestão e do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR). No entanto, a informação fornecida pelas empresas centra-se, maioritariamente, nos aspectos económicos da actividade, não garantindo o relato dos aspectos de natureza ambiental e social, mesmo que relevantes.

Em Portugal, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), apresenta um conjunto de normas contabilísticas, cuja entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2010, veio introduzir novas normas de contabilidade e de relato, denominadas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

A NCRF 26 – Matérias Ambientais – tem por objectivo prescrever critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação respeitantes aos dispêndios de natureza ambiental. Esta norma identifica, igualmente, qual a informação ambiental a divulgar, relativamente, à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao seu comportamento ambiental, na medida em que, estes podem ter consequências na sua posição financeira (NRCF 26, §§ 1 e 2).

Outra norma, que pode vir espelhada no relato das organizações, é a NRCF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes – cujo objectivo é estabelecer critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados para provisões, passivos contingentes e activos contingentes. Assim, determina que seja divulgada informação suficiente nas Notas às Demonstrações Financeiras, para que, às partes interessadas, seja possível compreender plenamente a sua natureza, tempestividade e quantia (NCRF 21, § 1).

Com a aplicação da NRCF 21, as organizações podem ver-se obrigadas a relatar aspectos positivos ou negativos, decorrentes do exercício da sua actividade económica, ainda que os mesmos não sejam possíveis de quantificar e, por isso mesmo, de registar.

Ainda assim, o relato económico prevalece em magnitude nos relatórios e contas, face ao relato ambiental e social, e daí decorre a necessidade de elaborar relatórios de sustentabilidade, que possam prestar todas as informações necessárias aos seus utentes.

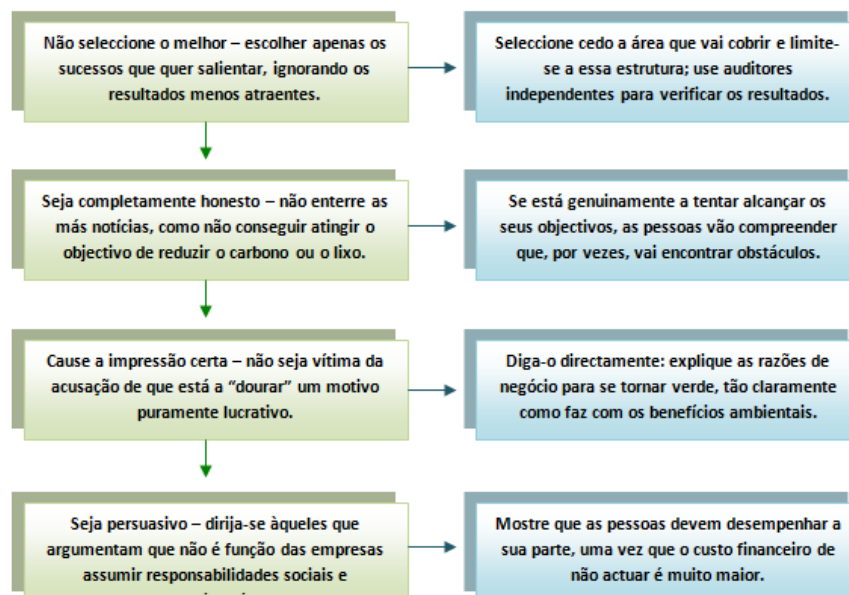
De acordo com a GRI (2007, p. 4), “Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas”.

Assim, as organizações que pretendem elaborar relatórios de sustentabilidade, devem desencadear acções de medir, divulgar e prestar contas, acerca do progresso em prol do desenvolvimento sustentável.

Com base na estrutura de relato delineada pela *GRI*, as organizações que utilizam essas linhas orientadoras, divulgam resultados e, também, consequências decorrentes de um determinado período de tempo, normalmente, equivalente ao exercício económico.

Zee (2009) esclarece como, do seu ponto de vista, se podem evitar problemas na elaboração de relatórios de sustentabilidade, nomeadamente mal-entendidos na comunicação disponibilizada, conforme Figura 2.

Figura 2 – Como evitar problemas com os Relatórios RSC



Fonte: ZEE, Bibi V. D., 2009. Negócios Ecológicos. Dorling Kindersley – Civilização Editores, L.da. Porto. p. 47.

Para além dos cuidados a ter na elaboração de relatórios de sustentabilidade, as organizações podem, igualmente, ponderar a certificação dos mesmos. A *GRI* providencia uma escala de auto-avaliação, em que as empresas podem, mediante determinados parâmetros atribuir uma classificação ao seu relatório de sustentabilidade. Essa classificação, também, pode ser emitida pela própria *GRI*, mediante solicitação.

Na sua obra “Negócios Ecológicos”, Zee (2009, p. 47) acrescenta “Ter a sua política RSC ou os relatórios auditados por uma organização internacional para obter certificação dá credibilidade ao seu trabalho”. Menciona igualmente, a Norma ISO 14001, produzida pela *International Organization for Standardization*, que confere o nível máximo de certificação ambiental e determina o enquadramento dos sistemas de gestão ambiental.

As directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, na linha de orientação da *GRI*, contemplam um conjunto de princípios que o relato deve possuir, bem como um conjunto de indicadores de desempenho.

1.4.1.2. Princípios do Relato do Desenvolvimento Sustentável

Na elaboração de um relatório de sustentabilidade, é importante determinar qual o seu conteúdo. A *GRI* (2007, Versão 3.0) estabelece os seguintes princípios na definição do conteúdo do relatório:

- ✓ Relevância – existem muitas informações que podem ser relatadas, no entanto, há que seleccionar quais as que têm importância, quer por reflectirem os impactos económicos, ambientais e sociais da organização, quer por constituírem informação privilegiada para as partes interessadas.
- ✓ Inclusão dos *Stakeholders* – o conteúdo do relatório deve corresponder às expectativas de informação das partes interessadas, que podem ser, ao nível interno, os funcionários, os accionistas, os fornecedores, entre outros, e ao nível externo, as comunidades, os concorrentes, etc.
É importante estabelecer envolvimento com os *stakeholders*, inquirindo quais as expectativas e interesses desse mesmo grupo, para que, no relatório de sustentabilidade, se possa mencionar em que medida se correspondeu a essas mesmas expectativas e interesses.
- ✓ Contexto da Sustentabilidade – é importante enquadrar o desempenho global da organização no amplo contexto de sustentabilidade, de forma a dar a conhecer, de que modo contribui ou prevê contribuir no futuro, para a melhoria contínua (aspecto positivo) ou deterioração (aspecto negativo) das condições económicas, ambientais e sociais.
- ✓ Abrangência – está relacionada com a dimensão do relatório, no que respeita ao seu âmbito e limite. Determina que, devem ser englobados no relatório, até ao seu limite, todas as questões relevantes para que as partes interessadas avaliem convenientemente o desempenho económico, ambiental e social da organização.

Preparar a informação que se pretende incluir no relatório de sustentabilidade, de modo a assegurar o máximo de transparência, significa que se inclua outro conjunto de princípios nesse processo. Os princípios que se seguem, visam assegurar a qualidade do relatório.

- ✓ Equilíbrio – com o objectivo de reflectir uma imagem fiel do desempenho da organização, a informação divulgada deve incluir os aspectos positivos e os aspectos negativos desse mesmo desempenho. Os factos devem ser apresentados de forma objectiva, independentemente da interpretação que se possa ter dos mesmos.
- ✓ Comparabilidade – este princípio é a base para a avaliação do desempenho económico, ambiental e social. Deve ser assegurado, quer em termos de avaliação ao longo do tempo, quer em relação a análises relativas a outras organizações.

- ✓ Precisão – as informações relativas a matérias e indicadores económicos, ambientais e sociais podem ser fornecidas de diferentes formas, nomeadamente de forma qualitativa ou quantitativa. É importante precisar e detalhar a informação, de forma a permitir um elevado grau de confiança aos *stakeholders*.
- ✓ Periodicidade – está relacionada com a regularidade de elaboração do relatório, bem como, com a utilidade das informações divulgadas, que devem respeitar a um período recente, para que a sua divulgação possa servir de facto, fielmente, à tomada de decisões das suas partes interessadas.
- ✓ Clareza – prende-se com a compreensibilidade e acessibilidade da informação divulgada, na medida em que, esta deve ser perceptível às partes interessadas que utilizam o relatório de sustentabilidade. Deve ser projectada, de acordo com um presumível conhecimento razoável que os consumidores da informação possam ter acerca da organização e do sector em que opera. Os níveis de desagregação da informação também podem permitir uma maior clareza na sua compreensão.
- ✓ Fidedignidade – é importante assegurar a credibilidade do conteúdo do relatório, pelo que, os dados devem ser recolhidos, registados, compilados, analisados e divulgados, de modo a que possam ser sujeitos a análise. As informações devem ser sustentadas por verificações e documentação, ou seja, passíveis de serem comprovadas.

O conteúdo e qualidade dos relatórios de sustentabilidade podem ser assegurados através do cumprimento dos princípios acima identificados, princípios semelhantes aos aplicados à elaboração do relato contabilístico, espelhado nos relatórios e contas das organizações.

1.4.1.3. Indicadores de Desempenho Sustentável

A *GRI*, através de processos que envolveram múltiplas partes interessadas, determinou um conjunto de indicadores essenciais e complementares ao relato da sustentabilidade. Estes indicadores são de aplicação generalizada, presumindo-se relevantes para a maioria das organizações, conforme instrui nas suas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (2007, Versão 3.0).

Independentemente da estrutura que se pretenda dar a um relatório de sustentabilidade, a informação divulgada deverá abordar todos os aspectos associados às categorias económicas, ambientais e sociais.

De acordo com as mesmas directrizes, a *GRI* informa que os indicadores de desempenho a mencionar nos relatórios, devem considerar uma linha orientadora que contemple os seguintes aspectos:

- Divulgação das Tendências – as informações devem respeitar ao período abrangido pelo relatório e, pelo menos, a dois períodos anteriores, bem como a metas futuras estabelecidas para o curto, médio e longo prazo.

- Utilização de Protocolos – os indicadores devem ser mencionados, com base em protocolos técnicos que orientam a interpretação e compilação de informações relativas a esses mesmos indicadores.
- Apresentação da Informação – rácios e dados normalizados podem ser formatos ideais para apresentar determinada informação, no entanto os dados absolutos também devem ser disponibilizados.
- Agregação da Informação – a informação deve ser apropriadamente agregada, considerando-se tantos níveis de agregação quanto os entendidos como necessários para melhor espelhar o desempenho da organização.
- Métrica – a métrica utilizada nos relatórios deve ser internacionalmente aceite e compreendida.

Os indicadores de desempenho, ao nível da sustentabilidade, são agregados em três categorias: económica, ambiental e social, os quais são desenvolvidos no subcapítulo seguinte.

1.4.1.3.1.1. Indicadores Económicos, Ambientais e Sociais

Conforme referido anteriormente, a sustentabilidade organizacional observa-se a três dimensões. É importante diferenciar o desenvolvimento do desempenho económico, do desempenho ambiental e do desempenho social, na compreensão do desempenho global da organização, em termos de sustentabilidade.

Seja qual for a categoria do relato, é sempre importante ter presente que, o relato deve abranger os principais sucessos e fracassos, bem como os principais riscos e oportunidades da organização. As alterações que ocorram no período do relato, respeitantes aos sistemas ou estruturas, surgidas com o objectivo de melhorar o desempenho sustentável devem, igualmente, ser contempladas.

Os indicadores económicos respeitam aos impactos da actividade organizacional nas condições económicas das suas partes interessadas, bem como nos sistemas económicos a nível local, nacional e global. É importante conhecer a informação relativa à própria sustentabilidade financeira da organização, normalmente, proveniente das demonstrações financeiras. Além desta, seria desejável informar acerca da contribuição da organização para um sistema económico alargado.

Os indicadores de desempenho económico devem ilustrar o fluxo de capital entre as diferentes partes interessadas e os principais impactos económicos da organização em toda a sociedade. Devem, igualmente, disponibilizar informação acerca do desempenho económico, da presença no mercado e dos impactos económicos indirectos. A tabela completa de indicadores económicos, bem como a especificidade associada a cada um, encontra-se no Anexo I.

Os indicadores de desempenho ambiental estão relacionados com os impactos que as organizações podem ter nos sistemas naturais, ecossistemas, solos, ar e água. Estão, igualmente, relacionados com a biodiversidade e a conformidade ambiental.

Estes indicadores devem abranger, não só, o desempenho relacionado com o consumo da organização, por exemplo, ao nível das matérias-primas, água e energia mas, também, ao nível da produção ou emissão, nomeadamente, emissões de gases, produção de resíduos, entre outros.

Os aspectos ambientais, cuja informação deve ser divulgada, relacionam-se com os seguintes tópicos: matérias-primas, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e outros gerais.

Podem utilizar-se indicadores específicos das organizações, consoante o sector de actividade em que operem, em conjunto com os indicadores propostos pela *GRI* (ver tabela geral de indicadores de desempenho ambiental no Anexo III), dando ênfase aos resultados de desempenho alcançados comparativamente aos objectivos.

Outro aspecto, que deve ser contemplado, é a menção do mais elevado cargo com responsabilidade operacional relativo aos aspectos ambientais, ou ainda, a explicação de como se estrutura a responsabilidade operacional a este nível.

É igualmente importante relatar, quais as actividades de formação e sensibilização concretas, que têm sido proporcionadas aos colaboradores e que se prendem com aspectos de natureza ambiental.

Devem ser identificadas as certificações relativas ao desempenho ambiental ou sistemas de certificação, relativas à organização ou à sua cadeia de fornecimento, bem como, as actividades relativas à supervisão, acções correctivas ou preventivas.

Por último, os indicadores de desempenho social referem-se aos impactos que a actividade organizacional pode ter nos sistemas sociais em que opera. A *GRI* (2007, Versão 3.0) apresenta um desdobramento deste conjunto de indicadores, por quatro áreas, conforme respectiva tabela (Anexo IV):

1. Indicadores de Práticas Laborais e Trabalho Condigno – Estes indicadores estão relacionados com o emprego, com a relação existente entre os trabalhadores e a administração, com a saúde e segurança no trabalho, com a formação e educação dos trabalhadores e, ainda, com a diversidade e igualdade de oportunidades.

O relato deve ter por base os aspectos de direitos humanos associados à actividade organizacional, fazendo ligação com normais universais, tais como, Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e seus respectivos protocolos, ou a Convenção das Nações Unidas acerca do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, entre outros.

2. Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos – As organizações devem incluir nos seus relatórios de sustentabilidade, a importância que atribuem aos Direitos Humanos, reflectida através das suas práticas de selecção de fornecedores e outras empresas contratadas, bem como, através de investimentos que se enquadrem nesta natureza.

As categorias a englobar, neste tipo de indicadores, são: práticas de investimento e de procedimentos de compras; não-discriminação; liberdade de associação e de negociação

colectiva; abolição do trabalho infantil; prevenção de trabalho forçado e escravo; práticas disciplinares; procedimentos de segurança; e direitos dos povos indígenas.

3. Indicadores de Desempenho Referentes à Sociedade – Os indicadores desta natureza, procuram regular o relato das consequências, resultantes da actividade da organização, nas comunidades em que está inserida e opera. Centra-se em informações acerca dos seguintes aspectos: comunidade; corrupção; políticas públicas; concorrência desleal; e conformidade.

4. Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade do Produto – Estes indicadores respeitam a aspectos dos produtos e dos serviços comercializados pela organização que relata, nomeadamente, no que respeita à relação desses mesmos aspectos com os seus clientes.

Os aspectos a relatar incluem os seguintes itens: saúde e segurança do cliente; rotulagem de produtos e serviços; comunicações de *marketing*; privacidade do cliente; e conformidade.

Para todos os quatro subconjuntos de indicadores de desempenho sociais, a *GRI* sugere que se incluam no relato, as políticas definidas pela organização e a identificação do mais elevado cargo com responsabilidade operacional pelos respectivos aspectos ou, que se explique, o modo como se divide a responsabilidade operacional.

É sempre de relatar, também, as actividades que tenham sido desencadeadas com o intuito de formação ou sensibilização dos colaboradores, relativamente a cada subconjunto. O mesmo se aplica às actividades relacionadas com a supervisão, acções correctivas e preventivas.

1.4.1.3.1.2. Suplementos Sectoriais de Indicadores de Desempenho Sustentável

Cada sector de actividade possui características específicas, por exemplo, uns têm elevados níveis de poluição sonora, como é o caso dos aeroportos, o que pode ser determinante na tomada de decisões de algumas das partes interessadas, enquanto outros sectores, como os de serviços financeiros, aquele indicador não é, sequer, aplicável.

A *GRI*, em parceria com empresas de diversas áreas e sectores, e com outras partes interessadas, tem procurado elaborar suplementos sectoriais, com indicadores mais precisos, do desenvolvimento sustentável, aplicados a determinados sectores.

Em Janeiro de 2010, no seu *website*, a *GRI* possuía informação para os seguintes suplementos sectoriais, sobre a fase de progresso de finalização dos trabalhos:

- Sector Eléctrico e Sector dos Serviços Financeiros – Concluído;
- Sector Automóvel, Sector da Logística e Transportes, Órgãos Públicos, Sector das Telecomunicações e Sector do Vestuário e Calçado – Disponibilização da versão “piloto”;
- Organizações Não Governamentais (ONG), Sector dos Metais e Minérios e Sector da Restauração – Esboço final concluído;
- Aeroportos – Esboço aberto a discussão;

- Sector da Construção e Promoção Imobiliária, Eventos, Média e Óleo e Gás – Em processo de desenvolvimento.

A actividade desta organização sem fins lucrativos não é estanque, pois a *GRI* procura constantemente uma evolução consistente, nomeadamente, procurando mais e melhores caminhos para o relato sustentável das organizações.

1.4.1.4. Evolução do Relato Sustentável

São cada vez mais as empresas que se preocupam em integrar os relatórios de sustentabilidade nos seus objectivos organizacionais. Ao longo dos anos, tendo em conta os dados disponíveis no *website* da *GRI*, o número de empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade tem aumentado consideravelmente.

Embora exista um crescente incentivo para que as empresas elaborem os seus relatórios de sustentabilidade, incluindo as vertentes ambiental e social paralelamente à económica, existem alguns obstáculos a ultrapassar, como por exemplo estabelecer “(...) *whether the report refers to the group, the holding company, or other group entities, because it is important to identify the real subject of the report.*” (Andrei and Pesci, 2009, p.6).

Ainda assim, o relato sustentável ganha uma nova dimensão a cada ano que passa, esboçando o empenho das organizações em comunicarem, de forma transparente, os impactos que as suas actividades têm ao nível económico, ambiental e social.

Segundo Dvorakova (2009), a visão que temos das empresas está a mudar de acordo com a adopção e desenvolvimento da sustentabilidade. Uma empresa começa a ser entendida como uma unidade revestida de carácter económico, ambiental e social e, consequentemente, a divulgação de informações a esses três níveis começa a ser impreterível. Mais, acrescenta que o uso consistente de informação multidimensional, a essas três dimensões, exige que a divulgação seja efectuada no relatório anual.

De acordo com os dados disponíveis no *website* da *GRI*, pode compreender-se qual a evolução que o relato sustentável, sob a forma de Relatórios de Sustentabilidade, tem tido nos últimos anos.

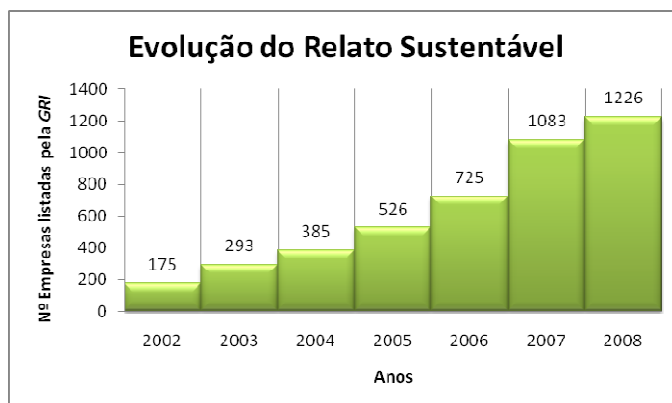
O Gráfico 1 evidencia o número de empresas que têm comunicado os seus relatórios de sustentabilidade à *GRI*, no período entre 2002 e 2008, onde é possível identificar uma tendência crescente.

Nos sete anos compreendidos no período em análise, o número de empresas que elaboram e comunicam relatórios de sustentabilidade traduz a crescente preocupação das mesmas em mensurar e relatar o seu desenvolvimento sustentável.

Em 2002, apenas, 175 empresas comunicaram os seus relatórios de sustentabilidade à *GRI* e esse número tem vindo, gradualmente, a aumentar com o passar dos anos. De 2006 para 2007 registou-se o maior aumento do número de empresas relatoras, uma vez que, integraram a

listagem da *GRI*, mais 358 empresas deixando transparecer, a dinâmica que o conceito da sustentabilidade ganhou nessa época.

Gráfico 1 – Evolução do Relato Sustentável: 2002 - 2008

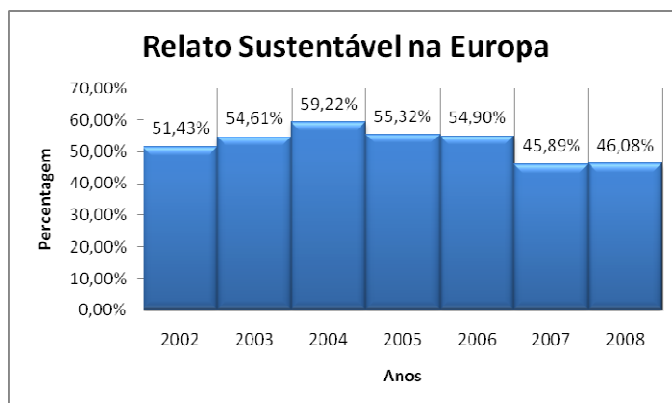


Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da *GRI*.

O aumento do número de empresas, verificado nos restantes períodos, varia entre as 92 e as 199 empresas e engrossa a lista de relatórios de sustentabilidade comunicados à *GRI*. No entanto, é de referir que, nem todas as empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade os comunicam à *GRI*, pelo que, o número de empresas que elaboram este tipo de relatórios pode, muito bem, ser superior ao referido, assim, fica acautelada uma eventual margem de erro.

O Gráfico 2 evidência a magnitude do relato sustentável na Europa, em termos globais, cuja representação das organizações europeias surge nas listagens da *GRI*, nas quais são identificadas as organizações que lhes comunicam os seus relatórios de sustentabilidade, bem como a sua proveniência (país, continente), entre outras informações, as quais permitem filtrar outros dados para análise, como por exemplo, o sector de actividade em que operam.

Gráfico 2 – Magnitude do Relato Sustentável na Europa



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da *GRI*.

No período decorrente de 2002 até 2006, os relatórios de sustentabilidade comunicados à *GRI* foram, na sua maioria, provenientes de organizações sediadas no continente europeu. Em 2004, quando 385 organizações comunicaram os seus relatórios de sustentabilidade, a representatividade europeia atingiu o seu pico mais elevado até à data, com 59,22%, ou seja, cerca de 230 organizações.

Em 2007 e 2008 quando, simultaneamente, se notou um grande aumento do número de empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade, a nível global, coincidiu existirem os valores percentuais mais baixos ao nível do relato europeu.

O aumento considerável no preço do petróleo, a crise económica que se tem instalado, a crescente legislação ambiental, o cerco apertado à protecção dos direitos humanos e laborais nas cadeias comerciais e a consequente necessidade de suprir os riscos do negócio, tem vindo a contribuir para que empresas, em todo o mundo, procurem o caminho da sustentabilidade.

Noutros países, que não os europeus, as organizações têm acompanhado a crescente preocupação com a sustentabilidade e, tal como na Europa, procuram divulgar acerca do seu desenvolvimento sustentável.

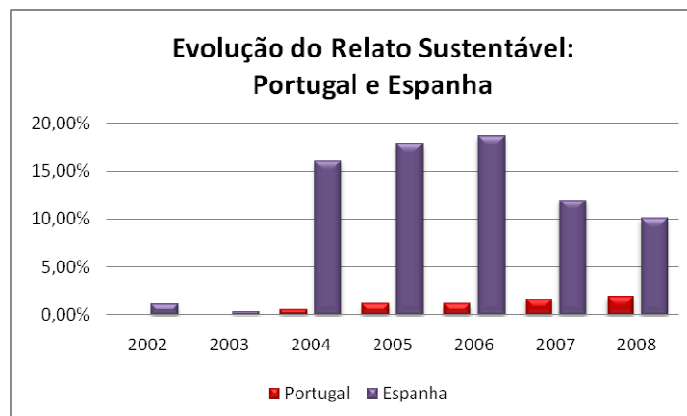
O facto de organizações não europeias contribuírem, massivamente, para o aumento do relato a nível global contribui para que o peso da representatividade europeia diminua.

De forma a posicionarem-se no mercado, garantindo a sobrevivência concorrencial, as organizações começam a compreender a importância de auferir e assumir os impactos no negócio, nas três dimensões contempladas pela sustentabilidade.

Relatar esses impactos, bem como as acções desencadeadas para maximizar os positivos e eliminar ou reduzir os negativos, acaba por ser relevante no processo de tomada de decisão dos *stakeholders*, que cada vez mais, procuram interagir com organizações, cuja informação sustentável esteja disponível.

O Gráfico 3 esboça a evolução, a nível global, da comunicação de relatórios de sustentabilidade à *GRI*, por parte das organizações portuguesas e espanholas.

Gráfico 3 – Evolução do Relato Sustentável: Portugal e Espanha



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da *GRI*.

Espanha é o principal parceiro económico do nosso país e, em virtude da sua maior dimensão territorial, o número de empresas existentes assume, também, uma dimensão maior, quando comparada com Portugal.

Espanha teve uma evolução antecedente à de Portugal, no que respeita a assuntos ligados à sustentabilidade. A literatura alusiva a este tema tem sido desenvolvida há mais tempo em Espanha, do que em Portugal.

Conforme se pode inferir do Gráfico 3, desde 2002, Espanha tem marcado presença na listagem de relatórios de sustentabilidade da *GRI*, enquanto, que Portugal, apenas, iniciou a sua exposição, em 2004, com 2 empresas, em contraste com Espanha que contava já com 62, no mesmo período (dados absolutos no Anexo V).

Em Espanha, o relato sustentável cresceu a ritmo ponderado de 20,65% entre 2004 e 2006, tendo vindo, posteriormente, a regredir, até 2008, enquanto em Portugal a tendência tem sido sempre de crescimento, desde que começou a constar da listagem da *GRI*.

No último ano do período em análise, Portugal comunicou à *GRI* um total de 23 relatórios de sustentabilidade, enquanto, que Espanha marcou presença com 124 relatórios.

1.4.2. Paradigma entre Custos e Benefícios do Relato Sustentável

Ao longo deste trabalho têm sido mencionadas as razões que fundamentam o crescente interesse das organizações, em valorizar o conceito de sustentabilidade e, no seu auge, a elaborar relatórios próprios para divulgar o desempenho sustentável.

No entanto, todo o processo envolvente à elaboração de relatórios de sustentabilidade, requer disponibilidade de recursos, aos mais diversos níveis. É necessário disponibilizar pessoas, equipamentos e despendar verbas, por vezes elevadas, para que todo o processo se realize.

Roque (2006) concluiu que, provavelmente, derivado à pouca atenção ainda direccionada para matérias de sustentabilidade, o desempenho ambiental não se reflectia como uma fonte de vantagens competitivas, no entanto, são cada vez mais as empresas que procuram evidenciar o seu desempenho sustentável.

Por seu lado, Acero (2009), refere que as divulgações acerca da sustentabilidade têm-se tornado cada vez mais comuns nos últimos anos, particularmente, no sector dos serviços financeiros e que a qualidade da informação relatada está associada com o desempenho empresarial.

Para divulgar a informação, há que possuir forma de a mensurar, traduzir numa linguagem universal, e só assim, ela pode revelar-se útil a todas as suas partes interessadas.

A informação de natureza financeira é extraída de suportes contabilísticos, provenientes de uma obrigação legal. O seu suporte é constituído pelo Balanço, pela Demonstração de Resultados, pela Demonstração de Fluxos de Caixa, pela Demonstração das Alterações no Capital Próprio e pelo Anexo.

Com a aproximação tendencial do normativo contabilístico nacional, ao normativo internacional, existe uma maior capacidade de leitura universal dos elementos de natureza financeira, na medida em que, este processo constitui uma obrigação para as organizações, o custo que lhe está associado faz parte dos custos a que a empresa está obrigada a incorrer.

No que respeita ao relato sustentável, os procedimentos exigem um investimento, por vezes demasiado elevado, face à estrutura de capitais das empresas, que acaba por não ser, na íntegra, absorvido pelo consequente benefício proveniente do facto de relatar.

Giunta (2009), relativamente a um estudo às empresas italianas cotadas em bolsa, conclui que as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade sugerem que as empresas direccionam recursos (financeiros e humanos) para outras actividades que não as operacionais e, directamente, relacionadas com o seu *core business*, sendo isso interpretado pelos investidores, como um desvio para outras finalidades não igualmente remuneradas. Não obstante, conclui ainda que o mercado reconhece a divulgação da sustentabilidade como uma atitude de valor relevante para o preço das acções.

O relato sustentável exige qualificação e formação dos colaboradores, exige equipamentos capazes de mensurar diversos aspectos, referidos nos indicadores de desempenho, exige disponibilidade para investigar e para elaborar o próprio documento, entre outras.

Por norma, são as empresas de maior dimensão que elaboram relatórios de sustentabilidade, precisamente, porque a sua estrutura de capitais, os seus resultados do período e dinâmica, assim o permitem. São, também, as maiores empresas, aquelas que são mais propícias em lidar com situações económicas, ambientais e sociais de maior magnitude e relevância, cujos impactos, decorrentes do exercício da actividade, podem afectar estas três dimensões de forma mais acentuada.

Isso não significa que as Pequenas e Médias Empresas (PME), não tenham hoje, uma crescente participação em matéria de sustentabilidade. As matérias de sustentabilidade e responsabilidade social surgem, cada vez mais, referenciadas em *websites* de instituições de pequena e média dimensão.

No Portal da Empresa¹, estão contemplados documentos de suporte ao desenvolvimento de um projecto de responsabilidade social, em que de forma clara e acessível, principalmente, às PME se conseguem assimilar os benefícios dos procedimentos socialmente responsáveis.

É no entanto salvaguardado, o facto deste manifesto ser, inteiramente, voluntário. As empresas podem assumir uma postura sustentável, socialmente responsável em matérias económicas, ambientais e sociais, e ainda assim, não possuírem capacidade de disponibilizar recursos para elaborar os relatórios de sustentabilidade.

A decisão de elaborar os referidos relatórios deve provir de uma ponderação consistente, não comparável com outras organizações, mas sim, resultante de análise às suas próprias características, estrutura e recursos.

¹ *Website* de interacção com a Administração Pública, onde é possível realizar legalmente a Criação, Gestão, Expansão e Extinção de uma empresa (www.portaldaempresa.pt/).

2. O Sector da Construção

O sector da Construção é um dos que melhor espelha o desenvolvimento económico de um país. A relação entre a economia e este sector é recíproca, uma vez que a influência que um desempenha no outro, e vice-versa, é bastante acentuada.

Em momentos de crise económica, como a que se tem vindo a sentir nos últimos anos, um pouco por todo o mundo, o desincentivo no sector da Construção é enorme, não só afectando as empresas que actuam nesse mercado, como também desmotivando a constituição de novas empresas.

O escoamento de construções torna-se difícil e moroso, os projectos de novas construções são adiados e o investimento público, tal como o privado, também se retrai. Algumas empresas, normalmente de menor dimensão, não chegam a conseguir sobreviver à complexidade que o agravamento económico lhes traz.

Por outro lado, em tempos de prosperidade económica, o sector da Construção espelha, imediatamente, essa melhoria. O próprio Estado, desde que não existam conflitos políticos que afectem o Governo, incentiva o investimento no sector, nomeadamente, através da adjudicação de empreitadas e obras públicas de acentuada envergadura.

Aos sinais de boas oportunidades de negócio, o investimento privado em habitações e outros edifícios não habitacionais tende, igualmente, a aumentar e em inúmeras zonas pouco edificadas, começam a crescer mais e mais, obras de betão.

Mateus e Bragança (s d) referem que “A Indústria da Construção, nomeadamente o sector dos edifícios, é um dos sectores económicos mais importantes na Europa”. Além de reflectir o desenvolvimento europeu, a produtividade neste sector, considerando a relação recíproca acima mencionada, acaba por contribuir para o próprio desenvolvimento económico.

2.1. Características do Sector da Construção

Cada sector de actividade apresenta características próprias, assentes na forma como são desenvolvidas as actividades comportadas pelo sector. As exigências legais e outros aspectos, relacionados com os produtos, matérias e procedimentos englobados na produção ou prestação de serviços e, ainda, o produto ou serviço final apresentado, também, conferem características únicas ao sector.

As áreas de actuação em construção centram-se em construção de edifícios, residenciais e não residenciais, cuja procura pode partir do sector privado ou público, e em obras públicas, que podem compreender as primeiras, mas estendem-se à construção de infra-estruturas de outras naturezas, como a construção de vias rodoviárias, ferroviárias, pontes, barragens, entre outras.

As actividades compreendidas no conceito de construção não são, por norma, continuadas, como na maioria das indústrias, pelo que, pode existir uma elevada instabilidade na periodicidade com que se executam. Além da instabilidade associada ao factor cíclico e rotativo, as actividades deste sector, também, se caracterizam pelo facto de serem nómadas, por exemplo, concluída uma obra a sul do país, caso a obra a realizar em seguida se localize a norte, todos os recursos necessários à sua execução têm que ser mobilizados para essa zona.

Existe uma grande relação de reciprocidade com as condições económicas do país, pelo que, diversos factores podem influenciar a evolução, quer da economia, quer do sector.

O investimento público e a procura, exercem grande influência no desenvolvimento da actividade de construção, mas para além destes, outros há que também o influenciam, tais como: condições climatéricas, recrutamento de pessoal qualificado, acesso a materiais, taxas de juro em financiamento bancário, obtenção de licenças e certificações, entre outros.

“Os edifícios devem ser encarados como produtos industriais cuja qualidade deve ser previamente definida com vista à satisfação das exigências dos utentes” (Bragança, s d). Pelo que, quer os materiais, quer os métodos de trabalho, empregues em cada uma das tarefas compreendidas dentro do conceito de construção, deve perseguir esse objectivo. Assim, o conceito de construção, na perspectiva de obra, integra as acções de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis.

Os trabalhos necessários que podem fazer parte das tarefas acima descritas, englobam demolição de estruturas, escavação, armação de ferro, cofragem e descofragem, betonagem, alvenaria, reboco ou estuque, coberturas, carpintaria, serralharia, pintura ou envernizados e revestimento de pavimentos.

Portanto, a construção passa também pela desconstrução ou demolição, que se caracterizam pelo desmantelamento de edifícios, permitindo que nasçam novos empreendimentos em locais onde existiam construções que já não conseguem responder às necessidades para que foram criadas (Couto *et al*, 2006).

A actividade da construção consome mais matérias-primas do que qualquer outra actividade económica, bem como elevadas quantidades de energia, além do facto de os resíduos de construção e demolição representarem a maioria dos resíduos produzidos na Europa (Torgal e Jalali, 2007).

Para Mateus e Bragança (s d) a indústria da construção “continua a basear-se excessivamente em métodos de construção tradicionais e mão-de-obra não qualificada, sendo caracterizada pelo consumo excessivo de matérias-primas, de recursos energéticos não renováveis e pela excessiva produção de resíduos”.

Vistas as características do sector da construção, e para que melhor se compreenda o comportamento do mesmo, em Portugal, num período relativamente recente, passam a resumir-se, no ponto seguinte, as principais considerações tidas pela Associação de Empresas de

Construção e Obras Públicas (AECOPS) e Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas (FEPICOP), nos seus mais recentes Relatórios da Construção.

2.2. Evolução Recente e Perspectivas do Sector da Construção

O sector da Construção tem tido um percurso conturbado nos últimos anos, quer pela débil situação económica que se tem feito sentir, quer pelo impasse do Governo, relativamente, à realização de obras públicas há tanto tempo anunciadas, o que tem contribuído, para que algumas decisões de investimentos privados no sector tenham sido tomadas com base em expectativas.

A subida das taxas de juro no crédito à habitação marcou o ano de 2006, pela redução da capacidade dos portugueses em cumprirem e assumirem novos encargos desta natureza decrescendo, significativamente, o escoamento de edifícios habitacionais.

Os encargos obrigatórios com a compra e posse de propriedades (habitações para arrendamento, armazéns, etc.) continuaram a ser muito elevados, o que, em conjunto com o facto dos preços da construção terem estagnado, levou muitos investidores a perderem o incentivo de investir neste mercado.

O Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) aprovado, em Fevereiro de 2006, não teve fácil aplicabilidade, deixando muito espaço para dúvidas aos possíveis interessados que, também pela intensidade burocrática, se sentiam desmotivados, não se conseguindo incrementar o mercado da reabilitação urbana.

O investimento público, à semelhança de anos anteriores, continuou em queda, embora se tornassem cada vez mais evidentes as necessidades emergentes de realizar investimentos em infra-estruturas da mais variada natureza, bem como na reabilitação de outras.

Foram criadas expectativas acerca de grandes obras como a do novo aeroporto, em 2006, ainda pensado para a Ota e a do projecto do comboio de alta velocidade (TGV), no entanto, os únicos avanços do Governo comportaram, apenas, algumas obras de adaptação do aeroporto da Portela.

Outras obras, para as quais se aguardou, em vão, abertura de concurso em 2006, foram as do Túnel do Terreiro do Paço, do Metropolitano de Lisboa, do Túnel Rodoviário das Amoreiras, do Túnel Ferroviário do Rossio e, ainda, o Metro Sul do Tejo.

A nível legislativo foi publicado, em Abril de 2006, o novo pacote sobre o desempenho energético dos edifícios e a sua respectiva qualidade do ar interior (Decreto-lei nº 78/2006, de 4 de Abril). Em seguida, surgiram os diplomas relacionados com as regras de acessibilidade dos edifícios e o destino a dar aos resíduos de obra. Neste aspecto, a maior lacuna foi sentida pela falta, em várias zonas do país, de vazadouros e outras estruturas, onde fosse possível depositar os entulhos recolhidos das obras. Aguardava-se a publicação do novo Código dos Contratos Públicos (CCP), elevando a expectativa, relativamente, à utilização futura de uma plataforma electrónica de contratação.

No panorama fiscal, 2006 não ficou marcado por alterações significativas, aguardava-se a entrada em vigor do novo regime de liquidação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no sector da Construção e, recebeu-se com entusiasmo a confirmação da Comissão Europeia, em vir a estender a aplicação da taxa reduzida de IVA a algumas actividades do sector.

Já em 2007, tendo em conta que a modernização de infra-estruturas assumia elevada importância no desenvolvimento do país, o Governo anuncia um conjunto de obras reconhecidas como indispensáveis, tais como, a renovação de parques escolares do ensino secundário, construção de novos hospitais e construção de barragens.

Voltam a ser divulgados nos órgãos de comunicação social, bem ainda com muitas incertezas, os projectos do novo aeroporto de Lisboa, o TGV e ainda a terceira travessia sobre o Tejo, proposta para estabelecer ligação entre Barreiro e Chelas. Estes projectos anunciados pelo Governo e agendados para o período entre 2008 e 2017 representavam, globalmente, um investimento de 39.500 milhões de euros, embora, já nessa altura, se pensasse que alguns desses projectos poderiam ver a sua data de início adiada.

Ao nível do Plano Rodoviário Nacional, a adjudicação de novas concessões rodoviárias, que há algum tempo se encontravam suspensas, representou um avanço significativo de retoma neste tipo de obras. O facto, de em 2009, existirem eleições autárquicas, fez com que em 2007, se anteviesse um aumento do número de pequenas empreitadas, normalmente associadas à concretização de projectos de mandato.

No que diz respeito aos mercados de habitação e reabilitação, não se manifestaram evoluções. O clima económico continuou agravado, tal como, em 2006, se havia já sentido e os problemas verificados nos mercados financeiros, bem como a ausência de medidas políticas e fiscais de incentivo à habitação, comprometeram a actividade neste ramo.

Constatou-se que o NRAU aprovado, no ano anterior, se mostrou incapaz de dinamizar o mercado do arrendamento e da reabilitação de edifícios, não tendo sortido tão pouco o efeito desejado no que respeita a actualização de rendas antigas.

Programas como o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), que já se encontrava em vigor há vários anos, ou como o Porta 65, criado pelo Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro, destinado a incentivar o arrendamento por parte de jovens, através de financiamento, não resultaram em acções significativas, nem para a recuperação de imóveis, nem no que respeita ao arrendamento.

O CCP ficou concluído, em 2007, renovando as expectativas já decorrentes de anos anteriores, visto que o seu processo de elaboração se arrastava há vários anos. Os seus principais objectivos pretendiam maximizar a eficiência, transparência, simplificação, rigor, inovação e monitorização de todo o processo de contratação pública.

Tendo em vista acelerar e desburocratizar o licenciamento de pequenas obras, o Governo facilitou a actividade de empresas informais, o que contribuiu para uma maior incapacidade de

assegurar o cumprimento de certas obrigações, quer no que respeita ao desempenho energético dos edifícios, quer em termos de redes eléctricas e de gás.

Em termos de obras, este ano ficou marcado pela reabilitação do túnel ferroviário do Rossio e pela conclusão da linha de metropolitano entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia.

Registou-se um lamentável agravamento da sinistralidade mortal no sector da Construção, o que fez alerta à exigente atenção que os responsáveis pelas empresas devem canalizar para as matérias de saúde e segurança no trabalho.

Ao nível fiscal, 2007 ficou marcado pela entrada em vigor das alterações ao Código do IVA, com a introdução da “inversão do sujeito passivo de IVA” no sector da Construção. Esta alteração, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de Janeiro, contempla um conjunto de medidas que se destina a combater algumas situações de fraude, evasão e abuso, que estavam a ser verificadas na realização de operações imobiliárias sujeitas a tributação.

De forma positiva, como medida do SIMPLEX², cujo lema é “quanto mais simples, melhor.”, se reagiu à introdução da Informação Empresarial Simplificada (IES), introduzida pela Portaria n.º 208/2007, de 16 de Fevereiro.

A IES contempla numa única entrega, por via electrónica, informações de natureza contabilística, fiscal e estatística, o que simplifica o processo de relacionamento com a Direcção Geral dos Impostos, com o Banco de Portugal, com as Conservatórias do Registo Comercial, e com o Instituto Nacional de Estatística (INE), organismos a quem se destinam as informações nela contidas.

O ano de 2008 iniciou-se com expectativas contraditórias, na medida em que, por um lado se fazia antever um aumento das encomendas de obras por parte das entidades públicas mas, por outro lado, a subida drástica do preço do petróleo e toda a subsequente crise instalada, reduziam a probabilidade de retoma do sector.

A necessidade de retomar o investimento público no sector da Construção voltou a ser reconhecida como essencial para promover o crescimento económico. Mais uma vez, as expectativas à volta da construção do novo aeroporto, já previsto para Alcochete, e da ligação a Espanha com o TGV, voltam a ser o foco das atenções. Com a possibilidade à vista de se iniciarem a construção destas duas grandes obras, o sector começou a antever grandes investimentos para a Península de Tróia, para toda a Costa Vicentina e, também, para o Alentejo, nomeadamente nas zonas próximas ao Alqueva.

O diploma legislativo mais importante de 2008 foi, provavelmente, o CCP publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que no entanto, ficou aquém do desejado em termos de

² “O Simplex é um programa de simplificação administrativa e legislativa que pretende tornar mais fácil a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com a Administração e, simultaneamente, contribuir para aumentar a eficiência interna dos serviços públicos.”, in <http://www.simplex.pt/simplex.html>, acedido em 20/02/2010.

regulamentação que permita a sua implementação completa e efectiva. Assim, o CCP que entrou em vigor, em Julho de 2008, veio determinar que todas as aquisições públicas viessem a ser, unicamente, realizadas através de plataformas electrónicas de contratação, estabelecendo a data de 31 de Outubro de 2009, como a data a partir da qual esse procedimento passasse a ser obrigatório.

O registo predial passou a ser mais simples, notícia que foi bem acolhida no sector, no entanto, ainda assim, o mercado imobiliário continuou a caracterizar-se por ter excessos de taxas e emolumentos, acompanhados de um progressivo aumento da carga fiscal incidente, o que desmotiva, fortemente, o investimento.

Apesar do fraco investimento imobiliário, que se manteve em situação de crise durante o ano de 2008, as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) continuaram a aumentar, o que mostra estar de acordo com o facto de esta carga fiscal específica ser bastante elevada.

Enquanto a discussão pública acerca da construção do novo aeroporto e do TGV continuava, o Governo lançava um conjunto de concessões rodoviárias, bem como, um programa ambicioso de novas barragens e outros grandes investimentos.

Nesse conjunto, de outros investimentos, estavam contemplados a renovação de tribunais e a construção de raiz de novos hospitais, tendo-se iniciado, ainda nesse ano, a construção do Hospital de Cascais e divulgado as linhas mestras para a construção do Hospital de Todos-os-Santos, em Chelas, bem como para o Hospital Central do Algarve, em Faro.

Em 2008, foi publicado o novo regime jurídico aplicável à Gestão Resíduos de Construção e Demolição, com o Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, que, em conjunto com o sistema de certificação energética e da qualidade do ar no interior dos edifícios, aprovado em 2006, constituiu uma das inovações mais relevantes para o sector da Construção.

A meio do ano, concretizou-se a redução da taxa do IVA, que desceu dos 21% para os 20%, facto que é sempre bem encarado em qualquer sector onde se aplique a taxa normal de IVA.

Em termos de habitação, o escoamento das construções já existentes continuou a ser bastante lento, retraindo amplamente a iniciativa de construção. Por outro lado, o mercado financeiro também não ajudou.

As instituições financeiras começaram a reduzir os valores das avaliações dos imóveis, como forma de se protegerem face à estagnação dos preços e ao clima pouco salutar da economia (elevadas taxas de endividamento, mais desemprego, diminuição drástica do poder de compra, etc.), além de que, as taxas de juro continuaram elevadas, acima dos 5%.

O segmento das obras de conservação e reparação de imóveis continuou, em 2008, a não reflectir quaisquer incentivos, apresentando níveis de actividade insuficientes e muito abaixo do que é normal nos restantes países da União Europeia.

Em virtude do panorama nacional não apresentar indícios de melhoria no sector, arrastando-se uma fase de crise há já vários anos, as empresas portuguesas prosseguiram, em 2008, com a sua estratégia de internacionalização, apostando fortemente nos mercados externos,

com especial destaque para Angola. A expansão a nível europeu tem sofrido decréscimos, no entanto, ainda é mantida uma considerável quota de actividade em países da Europa de Leste.

Com a entrada em vigor, em 2007, do regime de inversão do sujeito passivo de IVA, muitas empresas foram engrossando mensal ou trimestralmente, o seu reporte deste imposto, mantendo uma situação de crédito junto da Administração Fiscal.

Os pedidos de reembolso de IVA aumentaram e, consequentemente, a periodicidade com que os mesmos eram dirigidos à Administração Fiscal, que demorava noventa dias a restituir os valores pedidos. Várias associações do sector insistiram, formalmente, com o Governo para que o prazo de reembolso do IVA fosse reduzido desses noventa, para trinta dias, o que de facto veio a acontecer.

Em 2008, o Governo anunciou também a descida da taxa máxima do IMI admitindo, finalmente, que a carga fiscal deste imposto era demasiado elevada para as famílias e empresas portuguesas. Esta redução situou-se nos 0,1 pontos percentuais. Além desta medida, o Governo aprovou, também, o alargamento do prazo de isenção deste imposto, aumentando, para oito anos, o período de isenção dos imóveis que beneficiavam de seis anos de isenção e aumentando, para quatro anos, os que beneficiavam de três.

A Comissão Europeia adoptou, em 2008, o que anunciara em 2006, relativamente à medida de aplicação da taxa reduzida de IVA, a algumas áreas da Construção, nomeadamente quando se tratem de obras de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou partes autónomas destes, desde que afectos à habitação.

Se, por um lado, a proximidade das eleições autárquicas, em 2009, contribuiu para o aumento da contratação pública de diversas obras, por outro lado, os prazos de pagamento das mesmas continuaram a ser um dos grandes condicionantes de quem opera neste sector.

Em termos laborais, a revisão do código do trabalho, anunciada no final de 2008, traduz-se em condicionantes, que agravam as condições de contratação no sector da construção, nomeadamente, no que respeita a contratos de trabalho a termo mas, também, relativamente aos novos limites introduzidos no domínio da contratação colectiva.

O ano de 2009 ficou marcado, essencialmente, por um decréscimo de actividade no sector, face ao ano de 2008. No entanto, distinguiram-se dois períodos, no que respeita ao nível de confiança no sector da Construção.

No primeiro semestre do ano, sentiu-se de forma mais acentuada a crise económica nacional, registou-se uma evolução negativa dos indicadores relativos à carteira de encomendas, situação financeira das empresas e perspectivas de emprego. No segundo semestre de 2009, não só se sentiram menos os impactos da crise económica como, também, os indicadores acima referidos apresentaram resultados menos pessimistas. No final do ano, os empresários do sector da construção estavam, portanto, mais optimistas.

Nos dois primeiros meses do ano, o valor total associado aos contratos públicos, chegou a ultrapassar o dobro do valor registado em igual período de 2008. Este aumento pode ter estado

associado ao facto de terem ocorrido, em 2009, dois actos eleitorais (eleições legislativas e autárquicas) que estão associados ao aumento da despesa pública de investimento. Em termos de obras públicas, as escolas foram o tipo de edifícios públicos que, no decorrer de 2009, mais beneficiou de contratação pública, contribuindo para o incremento da actividade de construção e reabilitação de edifícios.

Relativamente aos edifícios habitacionais, não se registaram grandes melhorias no escoamento. Um pouco por todo o país, encontram-se edifícios prontos a habitar, obras concluídas há largos meses, ou mesmo há anos, que não são vendidas, ou cuja percentagem de ocupação fica aquém do desejado.

O arrendamento passou a ter mais procura, principalmente por parte dos jovens, muito derivado ao facto de encontrarem dificuldade em contrair empréstimo à habitação junto das entidades bancárias e à falta de estabilidade no emprego, contudo, ainda assim, fica muito aquém das expectativas do mercado imobiliário.

Em 2009, o Governo anunciou o lançamento do concurso público, a nível internacional, para a concessão da primeira fase do projecto TGV, que contempla o troço de ligação entre Lisboa e Poceirão, incluindo a Terceira Travessia do Tejo (TTT) e o Túnel do Barreiro. Desta obra faz, igualmente, parte a ligação entre este troço e o futuro aeroporto internacional de Lisboa, que se localizará em Alcochete.

Em termos globais, enquanto se mantiver a situação de crise económica, que tem afectado as famílias portuguesas, as empresas e todos os sectores de actividade, também, é difícil que o sector da Construção recupere, consideravelmente, em todos os seus domínios.

A procura de habitação e de edifícios não residenciais privados constituem um dos maiores pilares do sector, sendo o peso destas duas actividades maioritário em termos globais. Enquanto a procura se mantiver reduzida, a retoma do sector continuará, igualmente, em causa.

Fechado um ciclo de expectativas, que marcaram presença em todo o período retratado, o Governo veio anunciar, em Janeiro de 2010, a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa, com localização em Alcochete, sendo este o local que do ponto de vista técnico e financeiro, a nível global, se apresenta mais favorável.

É também referida que a TTT deverá ter lugar entre Chelas e o Barreiro, como já havia sido mencionado, e que esta travessia será ferro-rodoviária, uma vez que comportará a ligação do TGV no trajecto entre Lisboa e Poceirão.

Assim, as perspectivas no sector da Construção parecem justificar o entusiasmo demonstrado pelos empresários no final do ano de 2009. Espera-se que estas duas obras, há muito tempo aguardadas possam contribuir, significativamente, para a melhoria da situação económica do país, que, reciprocamente, também beneficiará o sector.

2.3. O Desenvolvimento Sustentável no Sector da Construção

“Actualmente surge um novo desafio à construção e aos seus intervenientes que é construir de forma sustentável” (Bragança, s d). No entanto, segundo Mateus e Bragança (s d), “A realidade actual é de todo incompatível com os desígnios do desenvolvimento sustentável, (...)”.

Caso o desenvolvimento económico não seja compatível com o desenvolvimento sustentável, então a humanidade poderá ter um excelente crescimento económico, mas o ambiente, como o conhecemos hoje em dia, terá certamente mudado para pior (Munier, 2005).

No sector da construção, em que a relação de desenvolvimento económico e do sector é recíproca, é impreterível que se aceite e implemente o conceito de sustentabilidade, em prol da conservação do meio ambiente, e não só.

Para Said *et al* (s d), já é tempo de concluir que, apesar de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a vida moderna, a indústria da construção é a principal responsável pelo esgotamento dos recursos naturais e por elevados níveis de poluição ambiental.

A sustentabilidade, no sector da construção, já tem sido alvo de estudos nos últimos anos, em particular no que respeita à qualidade, à segurança e às tecnologias que permitem poupar a utilização de recursos naturais e energéticos, mas também no que diz respeito à excessiva produção de resíduos (Couto *et al*, 2006).

O Governo, também, poderia assumir um papel fundamental, incentivando a prática de sustentabilidade na indústria da construção mais activamente, nomeadamente através de incentivos e recompensas às empresas de mérito sustentável (Said *et al*, s d).

Já é frequente hoje em dia, que os Cadernos de Encargos, relativos a obras públicas, especifiquem que a prática, pelo empreiteiro, de qualquer crime de natureza ambiental é motivo para exercer a rescisão de contrato, sem prejuízo do pagamento de todas as coimas e sanções aplicadas (Couto *et al*, 2006), o que demonstra uma intervenção do Governo, apenas, voltada para os aspectos negativos e punidores.

Assim, este sector deverá ter em conta o conceito de sustentabilidade para promover um desenvolvimento positivo da sociedade, ao mesmo tempo que mantém sob controlo os impactos negativos que a construção pode ter no meio ambiente (Said *et al*, s d), além de ser igualmente importante avaliar a sustentabilidade.

A avaliação da sustentabilidade passa por reunir dados e reportar informação relativa aos mesmos, que servirá de base a processos de decisão que decorrem durante as diversas fases do ciclo de vida de um edifício (Bragança e Mateus, s d), além de, no seu conceito mais amplo, gerar informação decisiva para todas as partes interessadas.

2.3.1. Edifícios e Construções Sustentáveis

A Construção Sustentável deve ser pensada na fase de projecto, fase de execução e fase de demolição, pelo que, os projectistas têm, em primeiro lugar, grande responsabilidade na procura da sustentabilidade da construção (Bragança, s d), no entanto, todas as fases têm a sua

relevância na ponderação energética e ambiental, normalmente, associadas à sustentabilidade da construção.

Existem práticas que devem ser tidas em conta nas fases de construção, para que os edifícios possam designar-se como sustentáveis. De acordo com Bragança (s d) essas práticas passam por ponderar, de forma racional e selectiva, os seguintes aspectos:

- Utilização Racional da Energia;
- Utilização de Tecnologias Solares Passivas;
- Utilização Criteriosa dos Materiais;
- Utilização da Água;
- Implantação dos edifícios; e
- Analisar Outros Impactos.

Contudo, apesar da disponibilidade de técnicas comprovadas, os edifícios ainda não estão, na sua maioria, a ser construídos ou renovados de forma sustentável, em parte, devido ao facto de construtores e compradores pensarem, incorrectamente, que a construção sustentável é dispendiosa, duvidando da sua fiabilidade e desempenho a longo prazo (Mateus e Bragança, s d).

Devem ser introduzidos princípios sustentáveis na construção e na desconstrução e devem ser desenvolvidas soluções que viabilizem a construção de edifícios duráveis, adaptáveis, que incorporem materiais de menor impacto ambiental e que tenham grande potencialidade de reutilização (Couto *et al*, 2006).

A indústria da Construção já reconhece a importância da aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável e a responsabilidade de uma utilização ponderada de recursos naturais escassos (Said *et al*, s d).

O recurso a materiais amigos do ambiente (Torgal e Jalali, 2007) assume elevada importância na construção de edifícios sustentáveis, bem como, a desconstrução começa a ser entendida como princípio base da sustentabilidade, em termos de reabilitação (Couto *et al*, 2006).

Torgal e Jalali (2007) identificam os seguintes materiais amigos do ambiente, especificando alguns pormenores relativos aos mesmos:

- Materiais obtidos a partir de resíduos: a incorporação de resíduos de outras indústrias em materiais de construção é uma forma eficiente de tornar a actividade sustentável;
- Materiais duráveis: a durabilidade do material está associada à sua vida útil, e quanto maior esta for, menor será o seu impacto ambiental;
- Ligantes obtidos por activação alcalina: uma alternativa ao cimento, com uma durabilidade superior;
- Materiais obtidos a partir de fontes renováveis: utilização de materiais como a madeira, ou o bambu, desde que o seu ritmo de renovação seja superior ao de consumo;

- Materiais recicláveis: apresentam vantagens ambientais óbvias, uma vez que, esgotada a sua vida útil, podem vir a gerar outros materiais. Aqui incluem-se quase todo o tipo de materiais metálicos. Têm vantagens sobre um material que seja inicialmente “verde”, mas que não possa ser reciclado;
- Materiais de baixa energia: a redução dos padrões de consumo de energia é fundamental para a construção sustentável.

Apesar da escolha dos materiais ser, extremamente, importante num projecto que se quer sustentável, é importante compreender que pode ser difícil, à partida, conhecer-se qual o material que pode ser mais amigo do ambiente, em determinada obra, em determinado local.

Será o betão mais amigo do ambiente do que o aço? Enquanto, o primeiro, utiliza materiais locais e pode incorporar resíduos industriais, mas produz elevada quantidade de dióxido de carbono, o segundo, pode ser reciclado indefinidamente, no entanto, a sua produção requer um elevado consumo de energia e é passível de se degradar por corrosão (Torgal e Jalali, 2007).

Os edifícios degradados, que não são possíveis de reabilitar para incorporar as funcionalidades que se pretendem, são normalmente demolidos, produzindo resíduos e sem que exista significativo aproveitamento dos seus materiais. Valorizar os recursos existentes, em termos de sustentabilidade da construção, passa pela reabilitação, desconstrução e, em caso de demolição, a utilização de técnicas de demolição selectiva (Couto *et al*, 2006).

“O conhecimento no campo da reabilitação e desconstrução, coloca as empresas numa posição de vantagem (...), indo de encontro à legislação publicada em matéria de reaproveitamento e reciclagem de materiais, postura ainda pouco divulgada e levada a cabo pelas empresas de construção.” (Couto *et al*, 2006, p. 7).

2.3.2. Evolução do Relato Sustentável no sector da Construção

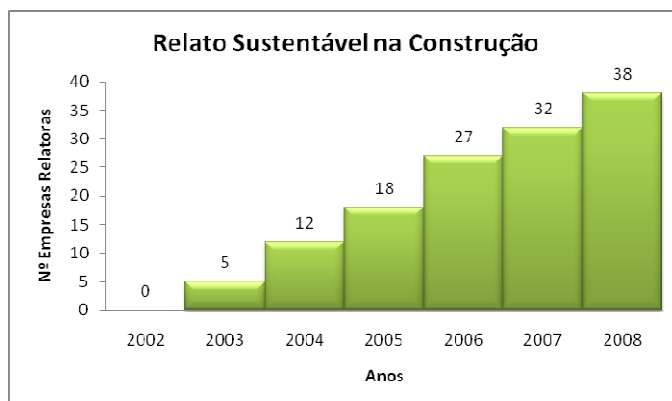
No ponto anterior foi abordada a sustentabilidade do ponto de vista das acções desencadeadas e decisões tomadas, para que as obras de construção sejam, elas próprias, espelho do compromisso assumido com a sustentabilidade.

É possível estabelecer um equilíbrio entre a necessidade do crescimento económico e a necessidade de preservar o complexo ecossistema em que a humanidade está imersa (Munier, 2006) e, assim sendo, as empresas têm agora outro compromisso a assumir, o de divulgar o seu desenvolvimento sustentável.

Tal como apresentado no ponto 1.4.1.4., a origem dos Gráficos presentes neste ponto, provem de informação fornecida pela *GRI*, relativa às empresas que lhe comunicaram os seus relatórios de sustentabilidade e que se encontra disponível no seu *website*.

No Gráfico 4 pode acompanhar-se a evolução do relato sustentável ocorrida no sector da Construção, no período decorrido entre 2002 e 2008.

Gráfico 4 – Evolução do Relato Sustentável do Sector da Construção: 2002 -2008



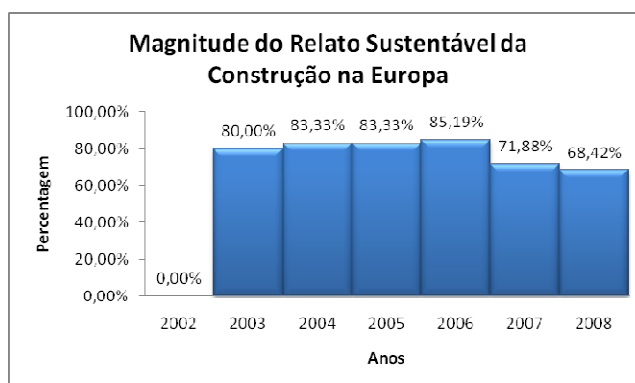
Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da GRI.

Constata-se que o ano de 2002 não contou com a participação de nenhum relatório de sustentabilidade de empresas de construção, contudo, a partir de 2003 a evolução tem sido positiva e crescente.

Em 2003, a nível global, foram 5 as empresas de construção a comunicarem os seus relatórios de sustentabilidade à GRI, sendo a maioria, proveniente da Europa. No ano de 2008 o número de empresas, em todo o mundo, que divulgaram relatórios de sustentabilidade, chegou aos 38 e, de acordo com a evolução registada, a tendência é que sejam cada vez mais empresas a fazê-lo.

O Gráfico 5 expressa a magnitude do relato sustentável do sector da Construção na Europa, o que permite verificar, em termos globais, qual a percentagem de representatividade europeia.

Gráfico 5 – Magnitude do Relato Sustentável do Sector da Construção na Europa



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da GRI.

Como se verificou, somente em 2003, começaram a ser comunicados relatórios de sustentabilidade de empresas do sector da construção. Ao longo dos anos, a maioria dessas empresas relatora, encontra-se na Europa.

Logo, em 2003, quando apenas 5 empresas comunicaram relatórios de sustentabilidade, 80% das que o fizeram estavam sediadas no continente europeu. No período de 2003 a 2006, a

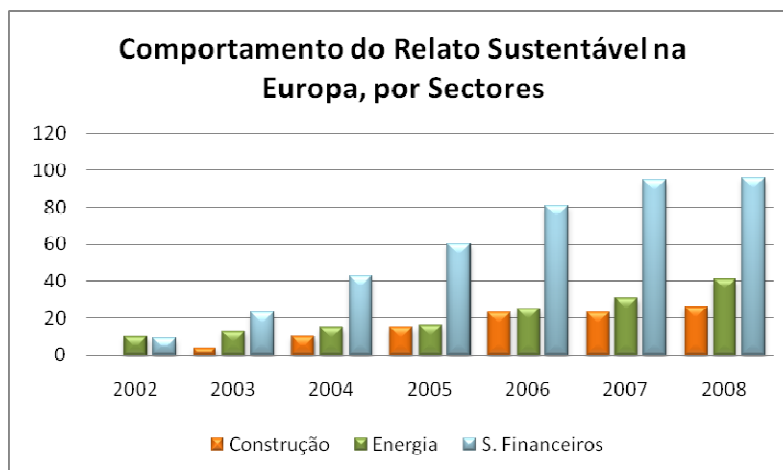
Europa esteve sempre representada com, pelo menos 80% de empresas chegando, em 2006, a ultrapassar os 85% de representatividade no total de empresas de construção com relatórios de sustentabilidade comunicados.

No entanto, embora continuem a estar em maioria, a representatividade das empresas europeias tem diminuído, desde 2007, de forma tendencial, o que, de certa forma, é explicado pelo crescente grau de exigências imposto, um pouco por todo o mundo, contribuindo para que empresas de outros países fora da Europa engrossem as listas da *GRI*.

Ficou espelhado, no ponto 1.4.1.4. que, a maioria do número de empresas que relatam, é europeia, o que pode estar associado a comportamentos sociais e à própria cultura empresarial.

No Gráfico 6 pode constatar-se o comportamento europeu de outros sectores de actividade, comparativamente, ao sector da construção. Os sectores seleccionados que se relacionam com o da Construção são o sector da Energia e o sector dos Serviços Financeiros.

Gráfico 6 – Relato Sustentável na Europa: Comportamento entre Sectores de Actividade



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da *GRI*.

À semelhança do sector da construção, o sector da Energia tem elevados impactos na preservação e conservação do ambiente e recursos naturais e requer, por isso, uma preocupação de dimensão similar ao nível da sustentabilidade.

O sector dos Serviços Financeiros foi seleccionado por exercer elevada influência na capacidade de investimento e financiamento da maioria dos sectores, incluindo o sector da Construção, duplamente, afectado pela banca. O sector da Construção é afectado, directamente, na medida em que o acesso directo ao crédito para financiar operações ou realizar investimentos é condicionado pelo sector dos Serviços Financeiros e, indirectamente, através dos condicionantes impostos aos seus principais clientes.

Como já foi mencionado, o sector da Construção não teve representatividade em 2002, e nesse ano, o sector da Energia superava, embora ligeiramente, o sector dos Serviços Financeiros, no que respeita ao número de relatórios comunicados por parte das empresas europeias.

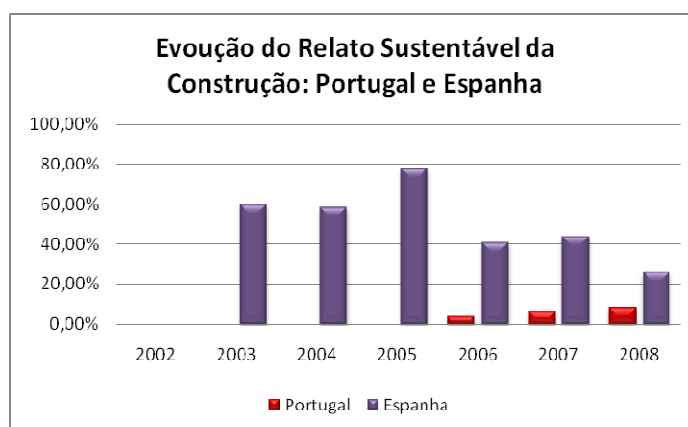
O comportamento de todos os sectores acima expostos tem sido crescente, sendo que os sectores da Construção e das Energias têm tido uma evolução semelhante, crescente, de forma moderada e apenas, em 2007 e 2008, o número de relatórios de sustentabilidade do sector da Energia se demarcou do sector da Construção.

O sector dos Serviços Financeiros tem sido aquele que, ao longo do tempo, tem apresentado uma evolução crescente mais acentuada. O número de empresas que comunicam relatórios de sustentabilidade tem aumentado, consideravelmente, quando comparado com os restantes sectores.

As operações financeiras exigem o reconhecimento fiel e transparente das organizações que operam no sector dos serviços financeiros, pois os investidores e demais partes interessadas assim o exigem. Torna-se vital que este sector comunique, abertamente, qual tem sido o seu desempenho sustentável, para ir de encontro às expectativas e exigências dos *stakeholders*.

Tal como no ponto 1.4.1.4., apresenta-se em seguida, o Gráfico 7, com um comparativo, em que podemos analisar o comportamento do relato sustentável, específico do sector da construção, em Portugal e Espanha.

Gráfico 7 – Evolução do Relato Sustentável do Sector da Construção: Portugal e Espanha



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados consultados no *website* da GRI.

Observa-se que o relato sustentável do sector da construção encontra-se representado, significativamente, pelo continente europeu, face ao relato global. Mas, ao analisar-se no relato europeu, a quota que pertence a Portugal, constata-se que os valores são pouco significativos.

Espanha lidera, não só no relato de forma generalizada, como também, no relato sustentável do sector da construção. De 2003 a 2005, a maioria deste tipo de relato, a nível europeu, provinha do nosso principal parceiro económico, a Espanha.

Em 2005, do total de empresas europeias que comunicaram relatórios de sustentabilidade, Espanha estava representada em valores percentuais próximos dos 80%, enquanto Portugal, em igual período, não tinha uma única empresa de construção a comunicar os referidos relatórios.

Portugal começou a integrar as listagens da *GRI*, no sector da Construção, em 2006, com uma empresa, enquanto Espanha, no mesmo ano, apresentava onze.

A tendência do relato sustentável no sector da construção, em Portugal, é crescente, o número de empresas tem vindo a aumentar de ano para ano, prevendo-se que mais empresas venham a engrossar esta listagem. Já Espanha perdeu representatividade, em 2006 face a 2005, e, em 2008 face a 2007, pelo que é difícil estabelecer uma previsão de evolução futura.

2.3.3. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Sector da Construção

Segundo Said *et al* (s d), existe uma ampla crença de que os indivíduos, as empresas de construção e as próprias sociedades, necessitam encontrar modelos, métricas e ferramentas para mensurar em que moldes as actividades desenvolvidas são consideradas insustentáveis.

“From the construction industry point of view, measurement is essential in order to have good management and performance improvement” (Torbett, Salter, Gann & Hobday, 2001, in Said *et al*, s d). Especialmente no que respeita ao ambiente, requerem-se medidas e indicadores, que permitam assegurar transparência e fornecer incentivos ao cumprimento da sustentabilidade (Graedel e Allenby, 2002).

À semelhança de outros países mais desenvolvidos que promovem tecnologias mais sustentáveis e onde a sustentabilidade é um dos aspectos mais relevantes na avaliação global das construções, Portugal também procurará potenciar a venda de produtos sustentáveis (Mateus e Bragança, s d).

De acordo com Azapagic (2004, citado por Said *et al*, s d), relativamente a indicadores de sustentabilidade, é referido que *“Critical indications of sustainable construction will focus on issues such as land use, water, energy and material use”*. Em termos de ferramentas de avaliação, Bragança e Mateus (s d) mencionam a existência de duas tendências contrárias: por um lado, a diversidade e a complexidade de indicadores desenvolvidos por diferentes entidades, e por outro lado, a evolução que efectiva a sua implementação, através do desenvolvimento de indicadores comuns e da simplificação no processo de avaliação.

Estão já desenvolvidas e outras em fase de desenvolvimento, ferramentas e sistemas de avaliação da sustentabilidade, porém nenhuma é amplamente aceite, pois o conceito de sustentabilidade é subjectivo, principalmente por existirem diferenças políticas, tecnológicas, culturais, sociais e económicas (Mateus e Bragança, s d).

Nenhuma empresa tem, necessariamente, que tomar por base de referência no seu relato sustentável, os indicadores propostos pela *GRI*, no entanto, para que o desenvolvimento sustentável possa ser transparente, fiável e comparável, um pouco por todo o mundo, as organizações tendem a seleccionar essas linhas orientadoras, contribuindo para uma maior universalidade das informações relatadas.

Conforme mencionado no ponto 1.4.1.3.2., a *GRI* encontra-se neste momento a desenvolver para alguns sectores de actividade, suplementos sectoriais que contemplam indicadores específicos, com informações chave para os *stakeholders*. Os suplementos sectoriais para os sectores da Construção e Promoção Imobiliária encontram-se em processo de desenvolvimento, tendo já sido elaborado um documento – *A Sanpshot of Sustainability Reporting in the Construction and Real Estate Sector* - que dá conta do trabalho de pesquisa na busca dos indicadores chave para estes sectores.

Para o efeito, a *GRI* tem estabelecido parcerias com determinadas empresas, ora dos respectivos sectores, ora empresas cuja missão é prestar serviços no âmbito e apoio, à prática e *reporting* do desenvolvimento sustentável das organizações, tal é o caso da Sustentare, Lda, em Portugal. Existe, portanto, uma enorme expectativa das partes interessadas em conhecer os resultados e conclusões, que consigam traduzir-se num conjunto de indicadores específicos, a adoptar pelas empresas do sector da construção, de forma a incentivar mais empresas a relatarem o seu desenvolvimento sustentável, na crença de que a informação relatada é, de facto, a que mais relevância tem para todos os *stakeholders*.

No entanto, é importante ter a noção de que as soluções encontradas não são estanques, uma vez que, a evolução tecnológica, a concepção e utilização de materiais e a mensuração da sustentabilidade da construção poderão sofrer alterações, pelo que, “A solução mais sustentável depende daquilo que o limite tecnológico pode proporcionar a cada momento” (Mateus e Bragança, s d).

Parte B – ESTUDO EMPÍRICO

A metodologia de investigação deve assumir a forma mais adequada relativamente ao objecto de pesquisa e representa o conjunto de processos que o homem deve empregar na sua investigação e demonstração da verdade (Cervo, 1983).

Qualquer trabalho de pesquisa deve contemplar informação suficiente para que a investigação desenvolvida possa ser replicada (D'Oliveira, 2002) pelo que, em seguida, procura-se demonstrar, fidedignamente, como todo o procedimento de investigação foi desenvolvido.

Os capítulos que se seguem contemplam a informação necessária à compreensão do objectivo da estratégia e dos instrumentos de investigação utilizados, bem como, dos dados relativos à amostra e respectivo tratamento e, finalmente, a análise dos resultados.

3. Construção do Processo de Investigação

A motivação para o processo de investigação ora desenvolvido, como já anteriormente referido, resulta de um desencadeamento de conhecimentos, cada vez mais profundos, relativamente, ao tema da *Sustentabilidade*, especificando-se aos *Indicadores de Desempenho Sustentável*, com aplicabilidade ao Sector da Construção.

A *GRI* tem, em processo de desenvolvimento, o suplemento sectorial para os sectores da construção e promoção imobiliária, do qual resultará um conjunto de indicadores de desempenho sustentável com aplicabilidade específica para estes sectores.

Os trabalhos desenvolvidos pela *GRI* contemplam considerações de diversas entidades e indivíduos que, das mais variadas formas, colaboram no processo de investigação daquela organização, tendo como objectivo concluir acerca de quais os indicadores de desempenho sustentáveis de aplicabilidade directa a determinado sector, bem como, a melhor métrica e forma de relato dos mesmos.

O processo de investigação procura dar resposta ao problema de investigação, alcançando o objectivo que sustenta a mesma. Assim, considerando referências e apreciações de outros processos de investigação, anteriormente, desenvolvidos é possível delinear uma estratégia de investigação.

3.1. Objectivo da Investigação

O problema de investigação alude a eleição de um conjunto de indicadores de desempenho sustentável, com aplicabilidade específica ao sector da construção, que permitam às empresas do sector relatar o seu desempenho sustentável, com recurso a informação relevante para os *stakeholders*.

Assim, o objectivo geral desta investigação assenta em identificar quais os indicadores de desempenho sustentável considerados mais importantes no relato sustentável das empresas do sector da construção, tendo por base as opiniões congruentes de diferentes grupos de indivíduos com conhecimentos e competências diversificadas e complementares.

Para concretizar o objectivo geral da investigação, é necessário atender aos seguintes objectivos específicos: identificar a metodologia e resultados de investigação da *GRI*, reconhecer os indicadores de desempenho sustentável mais importantes para determinado grupo de indivíduos e comparar os resultados da pesquisa da *GRI* desenvolvida, em Portugal, com os resultados da pesquisa ora desenvolvida.

3.2. Fundamentação Teórica

Tendo em consideração a natureza dos dados que, normalmente, são utilizados em pesquisas nesta área de estudo e pesquisas realizadas por outros investigadores, torna-se mais fácil conseguir definir uma metodologia de trabalho que sustente o objectivo da investigação.

A maioria dos investigadores tem, consoante a natureza dos seus estudos, utilizado as técnicas da pesquisa documental, com recurso aos relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade das empresas, bem como, a aplicação de questionários para aferir quais os aspectos que se perspectivam numa óptica interna (gestores, accionistas, etc.) e externa (*stakeholders*), relativamente, aos relatórios de sustentabilidade.

A aplicação do questionário foi o método que Birth *et al* (2008) utilizaram para concluir que a comunicação de RSO na Suíça parece estar bem desenvolvida embora, ainda, exista margem para maior desenvolvimento.

Comparando a Itália com os Estados Unidos da América (EUA), Boesso (2009), também, adoptou o questionário para aferir que em ambos os países adopta-se cada vez mais as *guidelines* propostas pelo GRI, embora os resultados demonstrem que as práticas de divulgação e exigências dos *stakeholders* são diferentes nos dois países.

Tendo em conta que, “*Two thirds of the enterprises reported the social and environmental information in their annual reports.*” (Dvarakova, 2009, p. 8), importa referir que estas conclusões sucederam o tratamento de dados recolhidos através de questionário. Acresce mencionar que as empresas tendem a reportar, apenas, a informação positiva e que, de modo geral, a pesquisa empírica confirma a inexistência de ligações entre os resultados económicos, ambientais e sociais, o que enfraquece o potencial das informações apresentadas (Dvarakova, 2009).

Dias (2009) aplica a metodologia de análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade, para constatar que os resultados de relato obtidos nos Indicadores de Desempenham são globalmente baixos, acrescentando que, em todos os sectores de actividade, as informações relatadas não chegam a metade do proposto pela *GRI* 2002.

Palma (2010), recorrendo a pesquisa documental, nomeadamente aos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2006, 2007 e 2008, concluiu que as empresas do sector da

construção, que seguem as linhas orientadoras da *GRI*, não relatam todas os mesmos indicadores de desempenho. Ao mesmo tempo que uma empresa relata determinado indicador de desempenho, outra empresa do mesmo sector entende que esse indicador não é “aplicável” à sua actividade, o que sugere a necessidade de se especificarem quais os indicadores próprios para o sector da construção e assumir a aplicabilidade dos indicadores gerais à maioria das empresas e sectores de actividade (Palma, 2010).

3.3. Estratégia da Investigação

A estratégia da investigação contempla os meios e planos delineados com o propósito de atingir determinado fim na área da pesquisa. De acordo com o objectivo da investigação, anteriormente descrito, o fim a atingir determina a selecção de indicadores de desempenho sustentável específicos para o sector da construção.

Numa primeira fase, no âmbito de investigação precedente, surgiu o convite para participar num *workshop* alusivo ao tema *Sustentabilidade nos Sectores da Promoção Imobiliária e Construção* (Anexo VI), que ocorreu em Lisboa, no dia 12 de Janeiro de 2010.

Este *workshop*, promovido pela *GRI* e pela Sustentare, Lda, no âmbito das orientações para o desenvolvimento do plano sectorial aplicável a estes sectores de actividade, tinha como objectivo identificar os temas materiais da sustentabilidade nos sectores da promoção imobiliária e da construção.

Muito embora, o convite, numa primeira fase, tivesse sido direccionado para as principais partes interessadas, isto é, empresas dos sectores da construção e promoção imobiliária, sendo de entrada livre, o mesmo foi reencaminhado para outros indivíduos e entidades, com manifesto interesse na matéria.

Numa segunda fase, tendo em consideração os resultados pré-determinados, provenientes do *workshop*, projectou-se a inquirição de outro grupo de indivíduos, relativamente à mesma matéria, para que os resultados possam, ou não, ser corroborados e se observe a opinião de outras partes interessadas que não, maioritariamente, as das próprias empresas.

3.4. Instrumentos da Investigação

Os instrumentos de investigação contemplam os meios utilizados para a recolha de dados que são, posteriormente, incluídos na metodologia de investigação. É importante que sejam seleccionados de acordo com o objectivo da pesquisa e em harmonia com a estratégia delineada.

O primeiro instrumento de investigação utilizado foi a observação participante, em que, no seguimento do mencionado na estratégia da investigação, se participou no *workshop* promovido pela *GRI* em parceria com a Sustentare, Lda. Os grupos de trabalho foram compostos por cerca de seis elementos cada, independentemente da sua proveniência (empresas, instituições de ensino, associações do sector, entre outros). O grupo de trabalho em que se desenvolveu a

actividade participante foi composto por indivíduos provenientes de grandes empresas nacionais do sector da construção, Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP) e meio académico.

O segundo instrumento de investigação utilizado neste processo de investigação é o recurso a questionário, por se entender que esta é a forma mais eficaz de auferir um vasto número de pareceres de indivíduos que integram grupos de interesses dispersos, como vai ser aprofundado no próximo capítulo, com a especificação da amostra e do processo de recolha e tratamento de dados.

4. Metodologia da Investigação

Este capítulo é dedicado à concretização do processo de investigação, tendo por base a estratégia de investigação delineada, especificada no capítulo anterior. A metodologia utilizada constitui um método de abordagem indutivo, em que, parte-se da observação para estabelecer uma relação com um conjunto de resultados pré-seleccionados.

A abordagem quantitativa é um método de investigação social que utiliza técnicas estatísticas, sendo o questionário, um dos instrumentos de investigação associado às técnicas de abordagem quantitativas.

Fazem parte deste capítulo, a selecção e caracterização da amostra, o questionário, o processo de recolha e tratamento de dados, bem como os resultados alcançados. Além destes, é importante referir as limitações que tenham sido encontradas no decorrer do processo de investigação, de forma a evitar a repetição, em estudos futuros, de determinados aspectos que condicionam o processo de investigação.

4.1. Selecção e Caracterização da Amostra

A selecção da amostra teve por base o interesse em aferir-se a opinião de estudantes, com frequência no último ano de licenciatura, de forma a comparar os resultados, desta percepção, tendencialmente académica, com os resultados pré-seleccionados por grupos de indivíduos com experiências profissionais e académicas distintas.

Assim, atendendo ao tema da investigação – *Indicadores de Desempenho Sustentável no Sector da Construção* – entendeu-se que os estudantes, cujas opiniões são mais relevantes, são os que integram os cursos de Contabilidade e Finanças (CF), Gestão de Recursos Humanos (GRH), Engenharia de Ambiente (EA) e Engenharia Civil (EC).

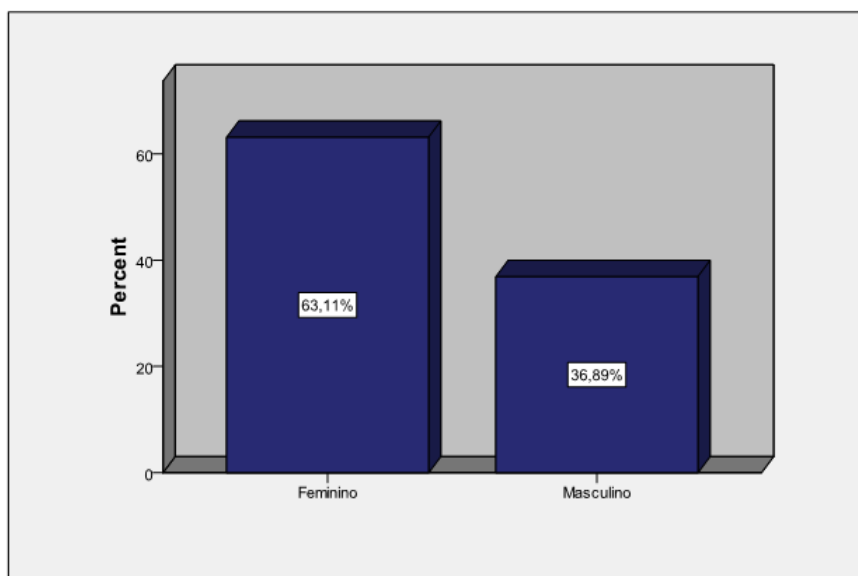
Todos os inquiridos são estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), sendo os cursos de Contabilidade e Finanças (CF), Contabilidade e Finanças Nocturno (CFN) e Gestão de Recursos Humanos ministrados na Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE). O curso de Engenharia de Ambiente é ministrado na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (ESTS) e o curso de Engenharia Civil é leccionado na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTB).

Atendendo às características dos indicadores de desempenho económico, torna-se importante consultar os estudantes da área de estudo de CF e CFN, que adquirem competências, directamente, relacionadas com a vertente económica das organizações. Entendeu-se ser, cientificamente, relevante incluir os dois regimes de leccionação desse curso. O regime diurno, maioritariamente, frequentado por estudantes mais jovens e com pouca ou nenhuma experiência profissional e, por outro lado, inquirir estudantes com frequência no regime nocturno, que tende a ser frequentado por estudantes mais velhos e com maior experiência profissional.

O curso de GRH está mais vocacionado para o conhecimento inerente às características dos indicadores de desempenho social. Para analisar os indicadores de desempenho ambiental, prevalece uma maior susceptibilidade dos estudantes de EA. Tendo em consideração o foco no sector da construção, é imperativo consultar os estudantes de EC. Desta forma, é assegurada a consulta a estudantes de várias áreas de conhecimento e relevância para a presente investigação.

A amostra é composta por 122 estudantes, dos quais 77 são do género feminino (cerca de 63%) e 45 são do género masculino (aproximadamente 37%), conforme se pode visualizar no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Representatividade por Género



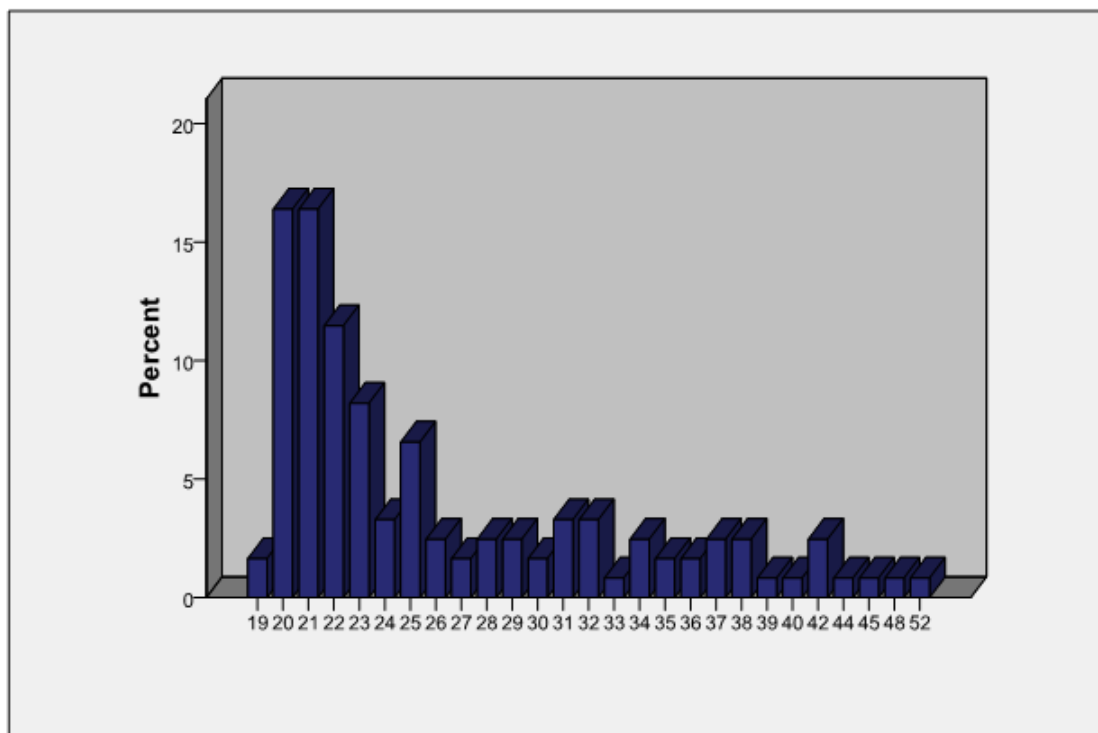
Fonte: Elaboração Própria

Todos os cursos, à excepção do de EC, têm um maior número de inquiridos do género feminino. Por cursos, o total de inquiridos e sua representatividade por género são:

- 1) CF totaliza 25 inquiridos: 18 do género feminino (72%) e 7 do género masculino (28%);
- 2) GRH totaliza 32 inquiridos: 26 do género feminino (81,3%) e 6 do género masculino (18,8%);
- 3) EA totaliza 19 inquiridos: 15 do género feminino (78,9%) e 4 do género masculino (21,1%);
- 4) EC totaliza 29 inquiridos: 6 do género feminino (20,7%) e 23 do género masculino (79,3); e
- 5) CFN totaliza 17 inquiridos: 12 do género feminino (70,6%) e 5 do género masculino (29,4%).

O estudante mais novo inquirido tem 19 anos e o mais velho tem 52, sendo que a maioria dos inquiridos tem entre 20 e 23 anos, conforme Gráfico 9. A média das idades é de 26,25 anos.

Gráfico 9 – Representatividade por Idade



Fonte: Elaboração Própria

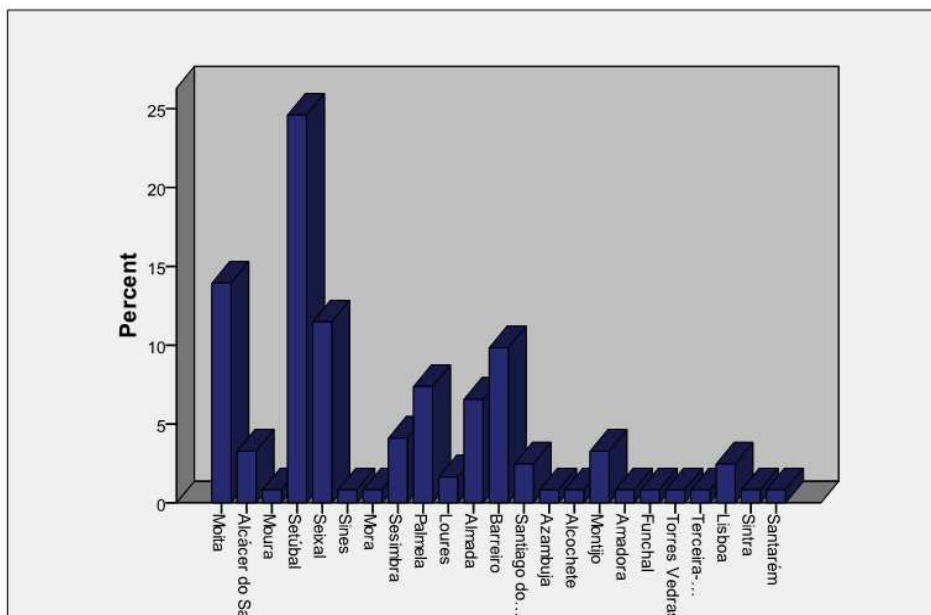
Em termos percentuais, os inquiridos com 20 e 21 anos assumem os valores mais elevados, ambas as idades com 16,4%. Seguidas das idades de 22 anos, com 11,5%, 23 anos, com 8,2% e 25 anos, com 6,6%. Os inquiridos com 31 e 32 anos assumem uma representatividade igual, na ordem dos 3,3%, o mesmo valor percentual apurado para os estudantes que têm 24 anos.

Em termos de residência, o concelho de residência com maior representatividade é o de Setúbal, seguido dos da Moita, Seixal, Barreiro e Palmela, como os cinco mais representados pelos inquiridos, de acordo com o Gráfico 10.

Os inquiridos com residência no concelho de Setúbal representam 24,6% do total de inquiridos, seguidos dos que residem no concelho da Moita, com 13,9%. O concelho do Seixal também está, significativamente, representado com 11,5%, seguido do Barreiro com 9,8%, Palmela com 7,4% e Almada com 6,6%.

Todos os concelhos de residência dos restantes inquiridos assumem, individualmente, uma representatividade percentual abaixo dos 5%, correspondendo, entre outros, aos concelhos, geograficamente, mais distantes da localização das Escolas, que se situam em Setúbal e no Barreiro.

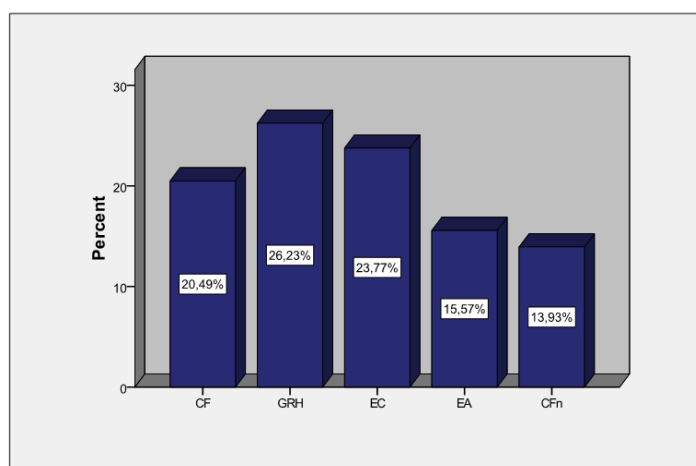
Gráfico 10 – Representatividade por Concelho de Residência



Fonte: Elaboração Própria

Ao nível dos cursos, do total de 122 inquiridos, 25 estudantes são de CF, 32 são de GRH, 29 são de EC, 19 são de EA e 17 são de CFN, sendo que a maior representatividade pertence ao curso de GRH. No entanto, somado o número de estudantes com frequência diurna e nocturna em CF, este curso fica com uma representatividade superior, com o total de 42 estudantes da área de estudo de contabilidade, conforme está reflectido no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Representatividade por Curso



Fonte: Elaboração Própria

Em termos percentuais, os inquiridos com frequência em CF representam 29,49%, os que frequentam GRH assumem a percentagem mais elevada, com 26,23%, seguindo-se EC com

23,77%, EA com 15,57% e, finalmente, CFN com 13,93%. Se focarmos a área de estudo mais representada, a percentagem mais elevada, de 34,42%, pertence ao curso de CF (contemplando os regimes diurno e nocturno).

4.2. Questionário

O questionário foi elaborado no sentido de ser o mais simples e perceptível possível, atendendo às questões que, impreterivelmente, tinham que ser consideradas no mesmo (Anexo VII). A dimensão do questionário é de duas páginas, que foram impressas na modalidade frente e verso, de forma ao questionário corresponder a uma única folha.

O documento é composto pela identificação do proponente e símbolo da instituição de ensino em que a investigação está a ser desenvolvida. É apresentado o tema e referido o seu enquadramento, seguindo-se um pequeno texto alusivo à temática da *sustentabilidade* e esclarecedor, na medida do possível, das pretensões do questionário.

O questionário está dividido em duas partes, estando a primeira relacionada com o perfil dos inquiridos. A informação solicitada nesta primeira parte é a que permite caracterizar a amostra, ou seja, identificação do género do inquirido, respectiva idade, concelho de residência e curso que frequenta. As respostas são dadas pelo sistema de preencher o espaço correspondente à resposta, assinalando com uma cruz (X), à excepção da idade, com resposta numérica.

A segunda parte do questionário está dividida em três questões, uma para cada dimensão de indicadores de desempenho de sustentabilidade: económica, ambiental e social. As respostas são dadas com recurso aos algarismos de 1 a 5, na medida em que, solicita-se que os indicadores apresentados, para cada dimensão, sejam colocados por ordem de importância, em que o número 1 corresponde ao menos importante e o número 5 corresponde ao mais importante.

Os indicadores repartem-se pelas alíneas a) a e), correspondem aos indicadores pré-seleccionados pelo grupo de indivíduos que participou no *workshop* referido, anteriormente, e encontram-se colocados por ordem alfabética e não por ordem de importância, conforme os resultados recolhidos dessa observação participante (Anexo VIII).

Embora, os resultados do *workshop* integrem mais indicadores, apenas foram considerados, para efeito desta investigação, os cinco indicadores mais importantes, eleitos nessa sessão de trabalho, para cada uma das dimensões objecto de estudo. O recurso a um maior número de indicadores poderia originar dispersão de atenção no foco da resposta ou desmotivação no preenchimento.

Porém, foi criada uma alínea de resposta f), deixando em aberto a possibilidade de os inquiridos identificarem outro indicador de desempenho, em cada dimensão, além dos apresentados, cuja importância considerassem ser mais relevante. Caso o fizessem, deveriam atribuir-lhe uma classificação de importância, na escala de 1 a 5, excluindo uma das alíneas anteriores.

Depois de concluído o primeiro esboço do documento que constitui o questionário, o mesmo foi apresentado a um pequeno grupo, composto por quatro indivíduos não relacionados com o presente trabalho de investigação. Esta acção constituiu o pré-teste do questionário, da qual resultou a necessidade de pequenos ajustes ao nível da forma de escrita adoptada, no sentido desta ser, ainda, o mais perceptível possível.

4.3. Processo de Recolha e Tratamento dos Dados

O questionário foi disperso pelas três Escolas do IPS e foi aplicado em sala de aula, com a devida autorização e contando com a colaboração dos docentes que se encontravam a leccionar. A recolha foi feita na hora, imediatamente, após o preenchimento do questionário.

Foram recolhidos 161 questionários, no entanto, apenas 122 se encontravam total e correctamente preenchidos, rejeitando 39 questionários. Desses 39 questionários, não englobados no tratamento de dados, 2 continham ausência de preenchimento na parte relativa ao perfil dos inquiridos e os restantes 37 estavam incorrectamente preenchidos em termos de ordenação.

Por coincidência, o único questionário em que foi sugerido um indicador alternativo, ao nível dos indicadores de desenvolvimento social, continha ausência parcial de preenchimento, na parte relativa ao perfil dos inquiridos, tendo por isso sido excluído da análise.

Apesar de ter sido solicitado aos inquiridos que colocassem por ordem, do menos importante (1) para o mais importante (5), um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, as respostas assumiram, nos 37 questionários incorrectamente preenchidos, valores repetidos. Isto significa que a leitura desses 37 inquiridos foi diferente da dos restantes, na medida em que atribuíram um grau de importância de 1 a 5 a cada indicador, não considerando a função de ordenar.

A informação dos 122 questionários validados foi transformada em informação de leitura quantitativa, atribuindo-se a cada resposta uma codificação numérica. Esta informação de leitura quantitativa, em que, por exemplo, ser do género feminino corresponde ao número 1 e ser do masculino corresponde ao número 2, permite que os dados sejam todos trabalhados estatisticamente.

Assim, a informação contida nos questionários foi toda transposta para uma base de dados do programa *Excel 2007*, uma das ferramentas do *Microsoft Office*, com a finalidade de ser exportada para o programa *SPSS Versão 17*, para *Windows*.

A caracterização da amostra teve por base a estatística descritiva, em que, com recurso às tabelas de frequência, se consegue resumir os aspectos relacionados com o perfil dos inquiridos. É, também, possível obter determinadas constatações, ao nível das respostas, recorrendo às *crosstabs*, em que se conseguem pormenorizar aspectos minuciosos, na medida em que se contemplam duas variáveis na mesma tabela de frequência.

Todos os *outputs* de informação, sob a forma de tabelas, gerados pelo programa estatístico *SPSS Versão 17*, integram o Anexo IX.

4.4. Limitações da Metodologia Utilizada

Todo o método de investigação, por mais indicado que seja à concretização dos objectivos de pesquisa, está sujeito a limitações, decorrentes da forma como a metodologia foi desenvolvida, aplicada ou tratada ou, ainda, derivado a características alheias ao investigador, que podem, por exemplo, relacionar-se com aspectos intrínsecos à amostra. Este trabalho de investigação tem algumas considerações que devem ser expostas e que podem ser consideradas como limitações da metodologia utilizada.

O inquérito foi redigido e finalizado, após a realização do pré-teste, na expectativa de ser compreensível a todo o universo de inquiridos a que se destinava, no entanto, foram muitos os estudantes que não o preencheram correctamente. Em 161 questionários recolhidos, tiveram que ser excluídos da análise 24,22% dos mesmos, pelo facto das respostas não corresponderem a uma ordenação dos indicadores apresentados, na escala de 1 a 5, conforme o solicitado.

Assim, aponta-se a terminologia utilizada, como uma das limitações do trabalho de investigação, que poderia ter englobado explicação adicional, relativamente, ao conceito de “ordenar”, de forma a ser compreendida por todo o universo de inquiridos.

Outra das limitações, que se pode apontar à aplicação da metodologia, está relacionada com a ausência de conhecimentos teórico-práticos, dos inquiridos, acerca do tema da investigação. O facto de, apenas, um inquirido ter sugerido um indicador alternativo, em detrimento de um dos pré-apresentados, pode induzir ausência de sugestão e, por conseguinte, de conhecimentos concretos na matéria exposta.

Procurou-se identificar a visão académica dos inquiridos, com base nos conhecimentos específicos de cada curso, adquiridos pelos estudantes ao longo do seu percurso escolar, contudo, o conceito de *sustentabilidade* pode não ter sido assimilado por todos os inquiridos, uniformemente, nem a sua adequabilidade ao sector da Construção.

5. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos

Na primeira fase do trabalho de investigação, que incluiu a observação participante no *workshop*, promovido pela *GRI* em parceria com a *Sustentare, Lda*, realizado no dia 12 de Janeiro de 2010, conseguiram extrair-se indicadores de desempenho sustentável, aos três níveis, económico, ambiental e social que foram, posteriormente, incluídos na segunda fase do trabalho de pesquisa, ou seja, no questionário.

Os resultados encontrados, para os indicadores de desempenho sustentável mais importantes, eleitos na sessão de trabalhos do *workshop*, são os que constam da Figura 3. Do ponto de vista dos participantes, a criação de emprego é, ao nível dos indicadores económicos, o mais importante enquanto, ao nível dos indicadores ambientais foi eleita a gestão da água como o mais importante e, no âmbito social, a escolha recaiu sobre a satisfação dos clientes.

Figura 3 – Resultados do *Workshop*: Indicadores de Desempenho Sustentável

(ordenados por grau de importância, em que 1 é o menos importante e 5 é o mais importante)

Grau Importância	ECONÓMICOS	AMBIENTAIS	SOCIAIS
5	Criação de Emprego	Gestão da água	Satisfação dos clientes
4	Ciclo de vida do produto	Ruído	Segurança e saúde no trabalho
3	Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	Ciclo de vida dos materiais de construção	Formação
2	Custo inicial e retorno do investimento	Utilização do solo	Limite de horas de trabalho
1	Rentabilidade do activo	Impacto dos danos ambientais	Violações aos direitos humanos

Fonte: Adaptado da listagem original de indicadores seleccionados no *Workshop*.

É com base nos resultados aqui espelhados que vai ser possível corroborar, ou não, a visão dos estudantes inquiridos com a visão empresarial, comercial, académica, associativa, entre outras que participaram no já mencionado *workshop*.

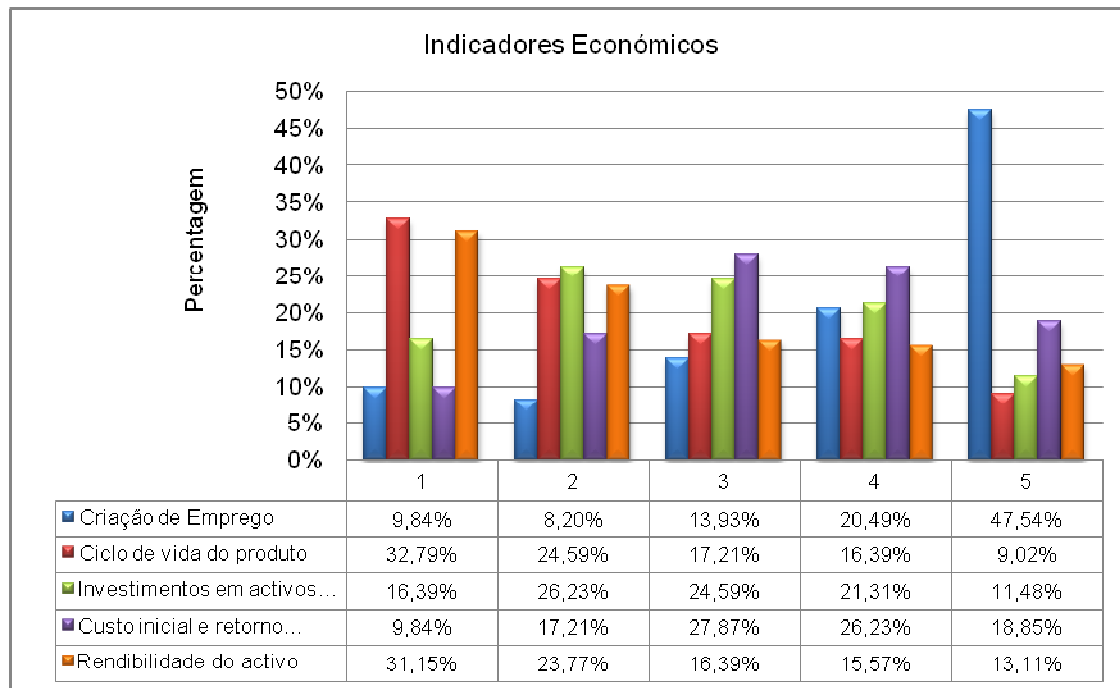
Em seguida, analisam-se os resultados obtidos por indicador, em cada uma das dimensões, estabelecendo-se a relação entre o posicionamento alcançado, com o posicionamento apresentado na Figura 3. Por um lado procede-se à análise do nível de importância onde cada indicador obteve maior número de respostas, e por outro lado, procura-se estabelecer uma ordem, comparável com a da figura anterior, analisando o nível de importância máxima e posicionando as respostas consoante a sua percentagem tenha sido maior e menor.

Com recurso às percentagens de resposta alcançadas nos questionários, é possível comparar a ordem de importância dada aos indicadores de cada dimensão, conforme se pode analisar no Gráfico 12, para a dimensão económica.

O indicador “criação de emprego”, ao qual foi atribuída a importância máxima na sessão de trabalho do *workshop* foi considerado, igualmente, o mais importante pelos estudantes inquiridos, alcançando uma percentagem de, aproximadamente, 48% no nível 5. Isto significa que, ambos os grupos, participantes nos *workshop* e estudante inquiridos, manifestam a mesma opinião, relativamente, à ordem em que se deve posicionar a “criação de emprego”.

Ao indicador “ciclo de vida do produto”, posicionado em segundo lugar nos resultados da primeira fase da investigação, foi considerado o menos importante, nesta segunda fase. Alcançou uma percentagem de 32,79% de votação no nível 1 e, somente, 9,02% no nível 5, o que vem indiciar diferença de opiniões entre os primeiros participantes e os estudantes inquiridos.

Gráfico 12 – Indicadores Económicos - Resultados do Questionário



Fonte: Elaboração Própria.

Para um grupo de pessoas mais experientes e, na maioria, ligadas directamente ao sector da construção, o ciclo de vida do produto assume uma maior preponderância, possivelmente, associado ao conhecimento dos efeitos económico-financeiros de cada uma das fases do ciclo (introdução, crescimento, maturidade e declínio) e a forma como se reflecte no desenvolvimento sustentável.

Em relação ao indicador “investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental”, que estabelece uma relação entre os factores económicos e ambientais, enquanto no workshop foi considerado o terceiro mais importante, os estudantes não corroboraram a importância atribuída a esta interligação entre os investimentos em activos e o desempenho ambiental, atribuindo-lhe um posicionamento inferior, com uma percentagem máxima de 11% no nível 5.

Os estudantes elegeram o “custo inicial e retorno do investimento” como o segundo indicador de maior importância no ambiente económico, sendo que a maioria 27,87%, o considera de importância média. Mais uma vez, é assumida uma posição inversa, na medida em que este indicador foi posicionado como de nível 2 na primeira fase de investigação.

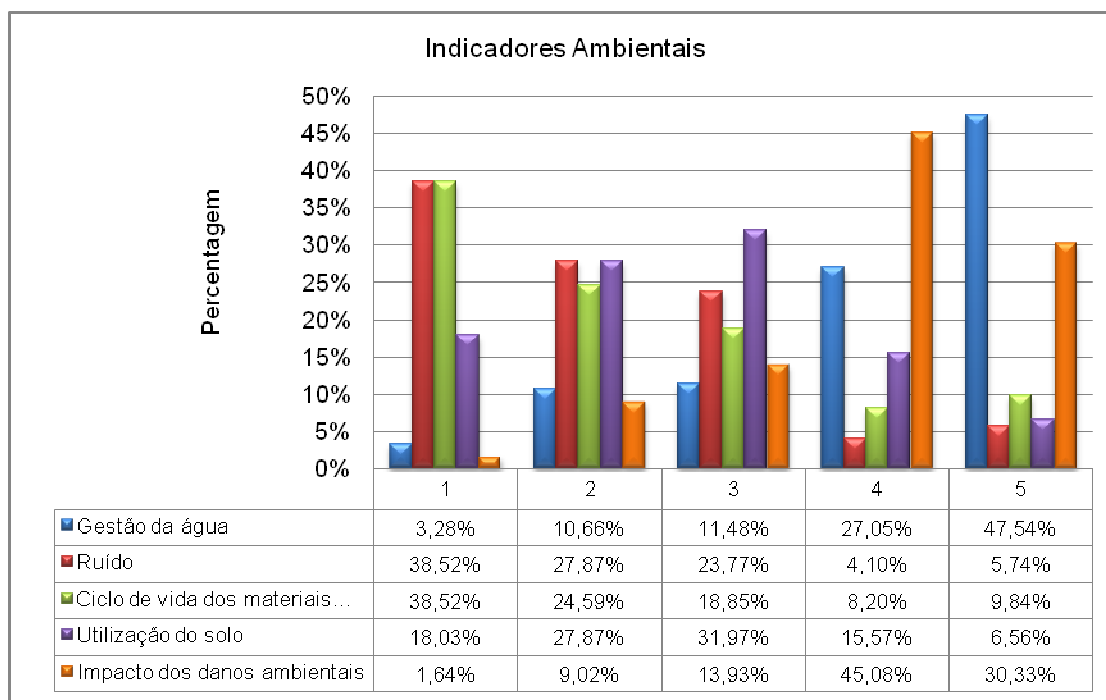
No que diz respeito ao indicador “rendibilidade do activo”, os 31,15% alcançados no grau de importância menor ditam que a generalidade dos estudantes, tal como os participantes da primeira fase de investigação, também, o considera menos importante, no entanto, os 13,11% que foram atribuídos a este indicador no nível de importância máxima posicionam-no, globalmente, em terceiro lugar.

Em suma, no que respeita aos indicadores económicos, existe concordância entre os participantes no *workshop* e os estudantes inquiridos em conferir ao indicador “criação de emprego” a máxima importância, face aos restantes. Esta corroboração pode, eventualmente, ficar a dever-se à situação de persistente crise económica e à problemática do desemprego, constantemente debatidas nos órgãos de comunicação social.

Do mesmo modo, a maioria dos estudantes partilha a opinião de que o indicador “rendibilidade do activo” é de importância menor, no entanto, ao estabelecer-se uma ordem de importância, tal como foi feito com os resultados da sessão de trabalhos do *workshop*, este indicador fica posicionado num nível de importância intermédia.

Relativamente aos indicadores de desempenho ambiental podem analisar-se, no Gráfico 13, os resultados obtidos no tratamento das respostas aos questionários.

Gráfico 13 – Indicadores Ambientais – Resultados do Questionário



Fonte: Elaboração Própria

O nível de importância máxima foi, indubitavelmente, atribuído ao indicador “gestão da água”, com os 47,54% de votação alcançada e foi, igualmente, considerado o mais importante pelo grupo de indivíduos que participou na primeira fase da investigação. Curiosamente, o decréscimo percentual alcançado neste indicador coincide com o decréscimo de importância que lhe foi atribuída.

O indicador relativo ao “ruído” foi considerado, tal como consta da Figura 3, o segundo mais importante, enquanto os estudantes votaram, em maioria, na importância de nível 1, a mais baixa. Globalmente, também foi considerado o menos importante, tendo alcançado a percentagem de 5,74% no nível de importância máxima, a mais baixa registada neste nível, para esta dimensão.

Esta diferença de opiniões pode, possivelmente, justificar-se pelo facto dos participantes no *workshop* terem interpretado este indicador de maneira diferente dos estudantes, associando-o ao sector sob perspectivas distintas. O indicador “ruído” pode ser entendido do ponto de vista do nível de ruído associado à fase de construção mas também, e sobretudo, associado à qualidade dos materiais incorporados nas construções e sua capacidade de isolamento sonoro, que podem contribuir para um nível de qualidade superior dos edifícios.

O “ciclo de vida dos materiais de construção”, à semelhança do “ruído”, teve a percentagem máxima de votação no nível de importância inferior, com os mesmos 38,52%, no entanto, o facto de 9,84% dos inquiridos lhe ter atribuído o nível máximo, conferem-lhe um posicionamento igual ao da Figura 3, de importância intermédia.

O indicador “utilização do solo” alcançou resultados idênticos aos do *workshop*, tendo ficado com o mesmo posicionamento global, o segundo menos importante, no entanto, a percentagem máxima que lhe foi atribuída pelos estudantes de 31,97%, coloca-o num nível de importância intermédia.

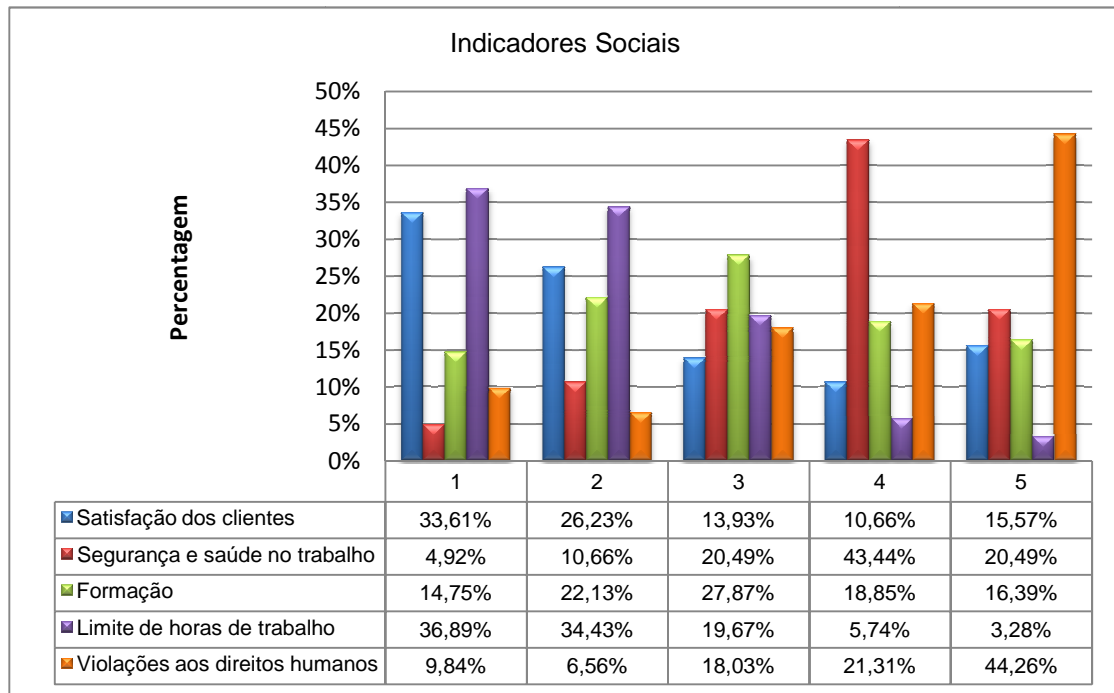
Por último, o indicador “impacto dos danos ambientais”, que foi considerado na primeira fase da investigação o de menor importância do grupo dos cinco indicadores apresentados, foi considerado, o segundo mais importante pelos estudantes inquiridos, tendo alcançado no nível 5, aproximadamente 30% de preferência. Esta percentagem foi superada, com 45,08%, no nível de importância 4 e o nível de importância onde alcançou a percentagem mais baixa, 1,64%, foi o nível de importância mais reduzida, contrariando os resultados da Figura 3.

Resumindo, tal como nos indicadores de desempenho económico, o indicador considerado mais importante pelos participantes no *workshop* foi, também, considerado o mais importante pelos estudantes inquiridos. Contrariamente, o “ruído”, considerado o segundo mais importante pelos primeiros, foi considerado o menos importante pelos segundos e o indicador “impacto dos danos ambientais”, que havia sido atribuída a importância menor, foi considerado pelos estudantes como o segundo mais importante.

Por último, no Gráfico 14, procede-se à análise dos indicadores de desempenho social, averiguando o posicionamento alcançado, com as respostas dos estudantes inquiridos, face à ordem de importância alcançada na sessão de trabalhos do *workshop*.

No que respeita à dimensão social, verifica-se que o indicador “satisfação dos clientes”, considerado o mais importante na primeira fase da investigação, obteve a maioria de respostas no grau de importância menor, com 33,61%. Ao nível da ordem de importância global, este indicador consegue um posicionamento no nível acima, o segundo menos importante.

Gráfico 14 – Indicadores Sociais – Resultados do Questionário



Fonte: Elaboração Própria.

Esta diferença de perspectivas pode resultar do facto da experiência profissional no sector, da maioria dos participantes no *workshop*, considerar o cliente, como o elemento-chave na cadeia comercial, o máximo de importância, sensibilidade não sentida pelos estudantes inquiridos.

O indicador “segurança e saúde no trabalho” confirma o posicionamento na ordem de importância com o máximo de respostas por nível, alcançando 43,44% no nível 4 e ficando posicionado como o segundo indicador mais importante a nível social, com os 20,49% conseguidos nas respostas de nível 5.

Atendendo ao sector em que se enquadra a análise dos indicadores apresentados, é normal que o primeiro resultado atribuído por este indicador seja corroborado pela visão académica, sendo consensual o conhecimento dos riscos de segurança laboral no sector da construção, nomeadamente, para os funcionários da área da produção.

Relativamente ao indicador “formação”, a terceira posição em que surge na Figura 3 é confirmada pelos resultados dos questionários, atribuindo-lhe a mais elevada votação no nível 3 e alcançando 16,39% no nível 5, que lhe conferem a terceira posição em termos de ordenação.

O “limite de horas de trabalho” obteve a maior votação no nível 1, sendo igualmente considerado como indicador menos importante em termos de ordem. Nos resultados do *workshop* este foi considerado como o segundo indicador menos importante.

O indicador “violação aos direitos humanos” foi considerado pelos estudantes como o mais importante, com 44,26% de votações no nível 5. Contrariamente, foi considerado o menos

importante pelo grupo de participantes na sessão de trabalhos do *workshop*. Esta divergência pode estar relacionada com a amplitude dada ao indicador, ao nível da visão académica, contrariamente, à focalização no sector de actividade, característica do primeiro grupo interveniente neste processo.

De um modo geral, os resultados alcançados nos questionários confirmam a opinião do primeiro grupo de trabalho, no entanto, as posições alcançadas pelos indicadores mais e menos importantes assumem lugares contraditórios, demonstrando diferentes visões de importância atribuídas, quer à “satisfação dos clientes”, quer à “violação dos direitos humanos”.

Além da análise aos resultados globais do questionário foram, também, cruzadas as respostas obtidas, para cada indicador de desempenho sustentável, por curso, de onde se conseguem extrair informações adicionais. Em seguida, evidenciam-se as principais observações relativamente, às tabelas de frequência cruzadas (Anexo IX), que contribuíram para a ordenação dos indicadores por nível de importância.

O indicador económico “ciclo de vida do produto” obteve 11 respostas no nível máximo de importância, das quais 5 (45%) pertencem a estudantes do curso de CF, no entanto, nenhum estudante de CFN confirmou a opinião dos colegas. Este foi o indicador económico que obteve menos importância global, resultado consistente com a opinião dos estudantes de CFN.

O indicador “criação de emprego”, que obteve o nível de importância máxima a nível global, corroborando os resultados do *workshop*, teve 58 respostas no nível 5 de importância, das quais a maioria, 17 respostas (29%), pertencem aos estudantes do curso de GRH, evidenciando a sensibilidade dos mesmos em relação a um indicador relacionado com a sua área de estudo.

O indicador “custo inicial e retorno do investimento” obteve 23 respostas no nível de importância maior, sendo 10 delas (43%) do curso de EC, o que indicia que, na sua formação base, os estudantes deste curso estão despertos para ponderar este indicador relativamente ao desempenho no sector da construção.

Relativamente aos indicadores de desempenho ambiental, o indicador “gestão da água”, que ficou posicionado no nível de importância máxima, em termos globais, obteve um número elevado de respostas de todos os cursos, totalizando 58. No entanto, foi o curso de EC que mais contribuiu para este total, com 14 respostas (24%), seguido dos cursos de GRH e EA, com 13 e 12 respostas (22% e 21%) respectivamente.

Tendo sido considerado como o indicador mais importante, também, pelo grupo de indivíduos que integrou a sessão de trabalhos do *workshop*, corroborou-se a importância dada a este indicador, em que mais uma vez se pode constatar a sensibilidade elevada dos indivíduos, em geral, para questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

A importância máxima dada ao indicador “impacto dos danos ambientais” contou com 37 respostas, colocando este indicador em segundo lugar. Curiosamente, os estudantes de EC e EA deram o mesmo número de respostas e não foram os que mais contribuíram para este resultado.

Os estudantes de GRH e CF superaram o número de respostas, com 10 e 9 (27% e 24%), respectivamente, face às 7 (19%) de cada um dos anteriores.

Possivelmente, sendo as áreas de conhecimento de EC e EA relacionadas precisamente com o ambiente e a construção, terão por base conhecimentos específicos que não os levam a votar este indicador de desempenho no nível máximo de importância, conforme o fizeram os estudantes de GRH e CF. Porém, comparado o comportamento entre CF e CFN, conclui-se que os estudantes de CFN não manifestam a mesma opinião dos de CF, uma vez que, apenas, 4 respostas recaíram neste nível de importância, para este indicador.

Em relação ao grupo de indicadores de desempenho social, o indicador “formação”, que ficou classificado em nível intermédio, obteve 20 respostas no nível máximo de importância, voltando a revelar-se uma disparidade nas opiniões entre os estudantes de CF e os de CFN. Os estudantes de CF deram 6 respostas (30%) no nível 5 a este indicador, enquanto CFN optou por não colocar nenhuma resposta a este indicador no nível máximo revelando que, provavelmente, os estudantes do regime nocturno, tendo mais experiência profissional, tendem a não valorizar o indicador de desempenho “formação” aplicado ao sector da construção, presumivelmente, pelo facto de considerarem que a maioria dos trabalhadores deste sector não necessita de formação contínua e específica para o exercício das funções que desempenham.

O indicador “limite de horas no trabalho” obteve apenas 4 respostas no nível de importância máxima, das quais 3 (75%) foram dos estudantes do curso de GRH, e ficou classificado no nível de importância menor, em termos globais. Mais uma vez, faz-se notar a sensibilidade destes estudantes para os aspectos relacionados com os indicadores de natureza laboral, área central do seu percurso escolar.

Relativamente ao indicador “satisfação dos clientes”, classificado como o segundo de menor importância, obteve 19 respostas, maioritariamente de estudantes da área de contabilidade, das quais, 6 de CF e 5 de CFN, no nível de importância mais elevado, que corresponde a 58%. Pode deduzir-se que, quando a área de foco é o cliente e a primazia da sua satisfação com o produto, serviço, etc, os estudantes dos regimes diurno e nocturno do curso de contabilidade manifestam concordância em atribuir importância elevada a este indicador de desempenho.

O indicador “segurança e saúde no trabalho” ficou classificado como o segundo mais importante de entre os indicadores sociais, tendo obtido um total de 25 respostas no nível máximo de importância. Os estudantes que mais motivações tiveram para o fazer, foram os de EC, com 9 respostas (36%), evidenciando uma maior sensibilização dos riscos incorridos pelos trabalhadores do sector da construção no que diz respeito a este indicador.

Na Figura 4 é possível comparar os resultados obtidos pelo questionário, com os resultados do *workshop*.

Figura 4 – Indicadores de Desempenho Sustentável – Resultados: *Workshop* Vs Questionário
(ordenados por grau de importância, em que 1 é o menos importante e 5 é o mais importante)

Grau Importância	ECONÓMICOS		AMBIENTAIS		SOCAIS	
	<i>Workshop</i>	Questionário	<i>Workshop</i>	Questionário	<i>Workshop</i>	Questionário
5	Criação de Emprego	Criação de Emprego	Gestão da água	Gestão da água	Satisfação dos clientes	Violações aos direitos humanos
4	Ciclo de vida do produto	Custo inicial e retorno do investimento	Ruído	Impacto dos danos ambientais	Segurança e saúde no trabalho	Segurança e saúde no trabalho
3	Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	Rentabilidade do activo	Ciclo de vida dos materiais de construção	Ciclo de vida dos materiais de construção	Formação	Formação
2	Custo inicial e retorno do investimento	Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	Utilização do solo	Utilização do solo	Limite de horas de trabalho	Satisfação dos clientes
1	Rentabilidade do activo	Ciclo de vida do produto	Impacto dos danos ambientais	Ruído	Violações aos direitos humanos	Limite de horas de trabalho

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme se pode constatar:

- Na dimensão económica o único indicador que obteve confirmação, ao nível da importância máxima, foi a “criação de emprego”;
- Na dimensão ambiental foram validados três indicadores de sustentabilidade, em termos de escala de posicionamento: “gestão da água”, “ciclo de vida dos materiais de construção” e “utilização do solo”;
- Na dimensão social foram corroborados os níveis de importância atribuídos a dois indicadores, relativamente à 3ª e 4ª posição na escala, que são, respectivamente, “formação” e “segurança e saúde no trabalho”.

Conclusão

Nas últimas décadas, a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e a globalização, conduziram a uma maior celeridade no consumo de recursos, elevando a quantidade de *inputs* na produção de bens e prestação de serviços, que se processa de forma tão rápida, que não permite, por norma, a regeneração dos recursos consumidos.

Focar a atenção nos recursos, sejam eles económicos, ambientais ou sociais, torna-se essencial para que se consiga continuar a progredir, sem comprometer a disponibilização e valorização, desses mesmos recursos nas gerações futuras.

Assim, a sustentabilidade é um conceito que tem ganho cada vez mais dinâmica no meio académico, empresarial, governamental e órgãos de comunicação social. Compreender a necessidade de se assumir uma postura de gestão baseada nos pilares da tripla sustentabilidade passa, inclusivamente, por se assimilar a especificidade do sector de actividade em que se opera.

A *GRI* tem desenvolvido um trabalho notável, na medida em que procura, continuamente, desenvolver novas soluções de relato sustentável, que permitam apresentar os indicadores de desempenho essenciais à tomada de decisão dos *stakeholders*.

A criação de um rol de indicadores de desempenho sustentável, específicos para determinados sectores de actividade, confere ao relato sustentável um elevado padrão de fiabilidade, na medida em que proporciona conhecer o que de facto é mais relevante na análise e comparabilidade de empresas que operem no mesmo sector.

Nesse sentido, a *GRI* encontra-se a desenvolver um suplemento sectorial, composto por indicadores de desempenho sustentável, específico para o sector da construção. No processo de desenvolvimento intervêm várias organizações e partes interessadas, no entanto, a *GRI* procura captar o máximo de opiniões, a nível mundial. É desta forma que surgem os *workshops*, que se realizam em parceria com entidades promotoras da sustentabilidade, tentando abranger o máximo de opiniões, que divergem de acordo com as características e culturas de cada país.

Encontrar soluções construtivas assentes na sustentabilidade é outro dos desafios impostos ao sector. Têm sido desenvolvidos estudos que comparam as características das soluções construtivas, quer em termos de materiais incorporados na construção, quer em termos de arquitectura, de forma a encontrar a solução que conduz a um melhor desempenho do próprio edifício, bem como a um desempenho globalmente sustentável.

Mediante a pré-selecção de um conjunto de indicadores considerados relevantes por um grupo de *stakeholders* na temática da sustentabilidade e do sector da construção, considerou-se interessante proceder a uma análise junto daqueles que, num futuro próximo, poderão vir a desempenhar funções de relevo nestas áreas, os estudantes.

Os cursos analisados estão directamente relacionados com as dimensões económica, ambiental e social e, também, com o sector da construção, sendo eles, Contabilidade e Finanças, Engenharia de Ambiente, Gestão de Recursos Humanos e Engenharia Civil. Aplicou-se a

metodologia de investigação do questionário junto de estudantes destes cursos, com frequência no último ano de licenciatura, a fim de captar os conhecimentos adquiridos nos seus percursos académicos.

Os resultados encontrados revelam, nas dimensões económica e ambiental, uma clara concordância dos estudantes, relativamente aos participantes no *workshop*, em eleger o indicador de sustentabilidade mais importante, no entanto, na dimensão social, os lugares atribuídos ao primeiro e último indicador, em termos de importância, assumem posições opostas, mas confirmam o posicionamento de outros indicadores desta dimensão.

Adicionalmente constata-se uma maior sensibilização dos estudantes do mesmo curso para determinados indicadores, os quais se relacionam, directamente, com os conteúdos técnico-científicos ministrados, tal é o caso dos estudantes de GRH, relativamente ao indicador “limite de horas de trabalho”.

O objectivo da investigação, que consistia em validar a importância, previamente, atribuída a um rol de indicadores de desempenho sustentável, nas dimensões económica, ambiental e social, foi alcançado com sucesso, na medida em que, conseguiu-se evidenciar a mesma consideração, relativamente a um vasto conjunto de indicadores, considerados os que melhor retratam a sustentabilidade neste sector.

Na dimensão económica, o indicador “criação de emprego” assume a máxima importância, enquanto na dimensão ambiental a “gestão da água” assume esse posicionamento, sendo que, além deste, foram confirmados dois outros posicionamentos, atribuídos aos indicadores “ciclo de vida dos materiais de construção” e “utilização do solo”. Na dimensão social, a “segurança e saúde no trabalho” e a “formação” constituem os indicadores cujo grau de importância foi confirmado pelos estudantes.

De futuro, poderia vir a ser novamente aplicado o questionário que esteve na base do trabalho de investigação, aos estudantes das mesmas áreas de estudo, mas no seguimento de uma sessão de esclarecimentos acerca do tema do trabalho, como por exemplo, uma aula aberta, um seminário, etc.

A sensibilidade para entender e direccionar os indicadores de desempenho integrados no presente estudo, poderia ser maior e contribuir para uma confirmação mais acentuada dos resultados da primeira fase da pesquisa. Por outro lado, com acesso a informação específica do tema do trabalho, os estudantes poderiam sentir-se mais motivados a sugerir novos indicadores, além dos que lhes foram propostos a ordenar.

Bibliografia

- Abreu, R., David, F. & Crowther, D. (2005). Corporate Social Responsibility in Portugal: Empirical evidence of corporate behaviour. *Corporate Governance: An International Review*. Vol. 5. N. 5. Pp. 3-18.
- Acero, I. (2009). An evaluation of sustainability reporting in the banking industry. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS, 2008). Relatório AECOPS da Construção 2007/2008. Edição AECOPS. Lisboa.
- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS, 2007). Relatório AECOPS da Construção 2006/2007. Edição AECOPS. Lisboa.
- Álvarez, J. (2006). Gestão do Poder Diluído. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- Andrei, P. & Pesci, C. (2009). Boundary of Social Report. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Assembleia da República (AR, 2008), Lei n.º 64/08 – Aprova medidas fiscais anticíclicas, alterando o Código do IRS, o Código do IMI e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, tendo em vista minorar o impacto nas famílias dos custos crescentes com a habitação, e cria uma taxa de tributação autónoma para empresas de fabricação e de distribuição de produtos petrolíferos refinados, Diário da República n.º 236, Série I, de 2008-12-05
- Assembleia da República (AR, 2005), Lei n.º 58/05 – Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, Diário da República n.º 249, Série I-A, de 29 de Dezembro de 2005.
- Assembleia da República (AR, 1987), Lei n.º 11/87 – Lei de Bases do Ambiente, Diário da República n.º 81, Série I, de 1987-04-07
- Berns, M., Townend, A., Khayat, Z., Balagopal, B., Reeves, M., Hopkins, M. & Kruschwitz, N. (2009). Sustainability and Competitive Advantage. *MITSloan Management Review*, Fall 2009, Vol. 51 N.º 1, pp. 19-26.
- Birth, G., Illia, L., Lurati, F. & Zamparini, A. (2008). Communicating CSR: practices among Switzerland's top 300 companies. *Corporate Communications: An International Journal*, Vol. 13, N. 2, pp. 182-196.
- Boesso, G. (2009). Stakeholder reporting: international harmonization vs. cross-cultural diversity. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Bragança, L. (s d). Princípios de Desenho e Metodologias de Avaliação da Sustentabilidade das Construções. Disponível em: 25, Janeiro, 2010, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Bragança, L. & Mateus, R. (s d). *Sustentabilidade de Soluções Construtivas*. Disponível em: 25, Janeiro, 2010, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Brundtland, G. (1987). *Our Common Future*. Disponível em 4, Janeiro, 2010, em: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>
- Canavilhas, G (2010). *Sustentabilidade do desenvolvimento no mundo globalizado depende da cultura*. Disponível em: 2, Janeiro, 2010, em: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/MC/Intervencoes/Pages/20100106_MC_Int_Posse_Dirigentes.aspx

- Cardoso, C. (2006). *Comportamento Organizacional e Gestão*. Editora RH: Universidade do Minho.
- Carroll, A. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, July-August.
- Cervo, A. & Bervian, P. (1983). *Metodologia Científica*. 3ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill.
- Comissão das Comunidades Europeias, (2002). *Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas Para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: 8, Fevereiro, 2010, em: http://europa.eu/documentation/official-docs/index_pt.htm
- Comissão Europeia, (2001). *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (Versão Portuguesa). Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas.
- Conselho da União Europeia, (2006). *Nova Estratégia da EU para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: 8, Fevereiro, 2010, em: http://ec.europa.eu/sustainable/docs/renewed_eu_sds_pt.pdf
- Couto, A., Couto, J. & Teixeira, J. (2006). *Desconstrução – Uma Ferramenta Para Sustentabilidade da Construção*. NUTAU'2006 – *Inovações Tecnológicas e Sustentabilidade*. Brazil.
- Dias, A. (2009). O Relato da Sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal. *Contabilidade e Gestão*, 8: 111-150.
- D'Oliveira, T. (2002). *TESES E DISSERTAÇÕES Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. 1ª Edição. Lisboa: Editora RH.
- Dolceta (2010). *Cimeira da Terra*. Disponível em: 8, Fevereiro, 2010, em: <http://www.dolceta.eu/portugal/Mod5/spip.php?article390>
- Dvorakova, D. (2009). Sustainability Accountig and Reportig – Na Issue of Economic, Social anda Environmental Aspects of Business Activities. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Faria, M. (2007). A Responsabilidade Social e Informação Contabilística: Breve cotejo. *Jornal de Contabilidade APOTEC*, n.º 358, p. 9-16, Janeiro 2007.
- Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas (FEPICOP, 2009). *Relatório FEPICOP da Construção 2008/2009*. Edição FEPICOP. Lisboa.
- Ferraz, A. (2007). *A Responsabilidade Social como Estratégia Empresarial de Desenvolvimento*. Marília: Universidade de Marília.
- Firend, G. (2009). *O Segredo das Empresas Sustentáveis* (1ª ed.). Famalicão: Centro Atlântico.
- Giunta, F. (2009). The Value Relevance of Social Report. 32nd annual congress of the European Accounting Association, May, Finland.
- Global Reporting Initiative (2008). *A Sapshot of Sustainability Reporting in the Construction and Real Estate Sector*. Disponível em: 4, Janeiro, 2010, em: <http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/13865428-9EAC-4EB0-A8E3-A31AA2F5C38C/3470/CRESSReport.pdf>
- Global Reporting Initiative (2007). *Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. Versão 3.0. Disponível em: 4, Janeiro, 2010, em: http://www.Globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2682/G3_PO_PO_RG_Final_with_cover.pdf

Graedel, T. & Allenby, B. (2002). Hierarchical Metrics for Sustainability. *Environmental Quality Management*, Winter 2002, 12, 2, pp. 21 – 30.

Jorge, F., Seabra, F. & Vázquez, D. (2009). A Percepção e Motivação dos Estudantes de Ciências Empresariais e de Ciências Económicas sobre as Temáticas da Ética Empresarial e Responsabilidade Social das Organizações: Um Caso Luso-Espanhol, in Responsabilidade Social das Organizações. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n.º 11, pp. 29-55.

Mateus, R. & Bragança, L. (s d). *Avaliação da Sustentabilidade da Construção: Desenvolvimento de uma Metodologia Para a Avaliação da Sustentabilidade de Soluções Construtivas*. Disponível em: 25, Janeiro, 2010, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR, 2008a), Decreto-Lei n.º 147/08 – *Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva*. Diário da República n.º 145, Série I, de 2008-07-29.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR, 2008b), Decreto-Lei n.º 46/08 – *Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição*. Diário da República n.º 51, Série I, de 2008-03-12.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR, 2007), Decreto-Lei n.º 308/07 – *Cria o programa Porta 65 – Arrendamento por Jovens, instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, e revoga o Decreto-Lei n.º 162/92 de 5 de Agosto*. Diário da República n.º 169, Série I, de 2007-09-03.

Ministério da Economia e da Inovação (MEI, 2006), Decreto-Lei n.º 78/06 – *Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios*. Diário da República n.º 67, Série I-A, de 2006-04-04.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2007a), Portaria n.º 208/07 – *Aprova o modelo declarativo da informação empresarial simplificada (IES) e respectivos anexos*. Diário da República n.º 34, Série I, de 2007-02-16.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2007b), Decreto-Lei n.º 21/07 – *No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 3 do artigo 45.º da Lei n.º 60-A/2005 de 30 de Dezembro, introduz alterações ao Código do IVA e respectiva legislação complementar em matéria de tributação de operações imobiliárias, incluindo a revisão do regime da renúncia à isenção de IVA na transmissão e na locação de bens imóveis*. Diário da República n.º 20, Série I, de 2007-01-29.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC, 2008), Decreto-Lei n.º 18/08 – *Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo*. Diário da República n.º 20, Série I, de 2008-01-29.


Morse, S., McNamara, N., Acholo, M.; & Okwoli, B. (2001). Sustainability Indicators: The Problem of Integration. *Sustainable Development*, 9, pp. 1-15.

- Munier, N. (2006). Economic Growth and Sustainable Development: Could Multicriteria Analysis Be Used To Solve This Dichotomy?. *Environment, Development and Sustainability*, 2006, 8: pp. 425-443.
- Palma, C., Ribeiro, I., Amieiro, L., Soares, M. & Cabrita, S. (2009). *Fundos Éticos*. Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Palma, C. (2010). Indicadores de Desempenho Sustentável no Sector da Construção – uma análise comparativa. *Prémio Talento Soares da Costa 2009*, Fevereiro, Portugal.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, Directiva 2004/35/CE, de 21 de Abril de 2004 – *Relativa à Responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais*. Jornal Oficial da União Europeia. L 143/56 PT, de 30/04/2004.
- Porto Editora, Lda (2002). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 – *Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS)*. Diário da República n.º 159, Série I, de 2007-08-20.
- Priberam (2010). *Definição de Sustentabilidade*. Disponível em: 28, Janeiro, 2010, em: <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=sustentável>
- Said, I., Osman, O., Shafiei, M., Razak, A. & Rashideh, W. (s d). Identifying The Indicators of Sustainability in the Construction Industry. *International Journal of Organizational Innovation*, p. 336.
- Sustentare (2008). *Sustentabilidade Para Principiantes*. Disponível em: 4, Janeiro, 2010, em: <http://www.sustentare.pt/PDF/Research1%20-%20Sustentabilidade-Principiantes.pdf>
- Torgal, F. & Jalali, S. (2007). Construção Sustentável. O Caso dos Materiais de Construção. 3º Congresso Nacional “Congresso Construção 2007”, Dezembro, Portugal.
- Torgal, F. & e Jalali, S. (2008). “Tendências Para a Sustentabilidade dos Materiais de Construção”. Engenharia e Vida, N.º 42, Janeiro 2008.
- Wikipedia (2010). *Filantropia*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Filantropia>, acedido, em 06/02/2010).
- Wikiquote (2010). Paul Ricoeur. Disponível em http://pt.wikiquote.org/wiki/Paul_Ricoeur, acedido, em 08/02/2010.
- Zee, Bibi V. D. (2009). *Negócios Ecológicos*. Dorling Kindersley – Civilização Editores, L.^{da}. Porto.


Anexos

Anexo I – Folha de Candidatura e Aprovação SDC.....	66
Anexo II – Tabela de Indicadores de Desempenho Económico	67
Anexo III – Tabela de Indicadores de Desempenho Ambientais	68
Anexo IV – Tabela de Indicadores de Desempenho Sociais.....	71
Anexo V – Tabelas de Valores Absolutos e Percentuais: Relato Sustentável	75
Anexo VI – Convite para o Workshop	76
Anexo VII – Questionário	77
Anexo VIII – Resultados do Workshop 12/01/2010	79
Anexo IX – Outputs do Programa Estatístico SPSS Versão 17	80
 Anexo IX a) Tabelas de Frequência: Dados Globais	 80
Anexo IX b) Gráficos de Frequências: Dados Globais.....	88
Anexo IX c) Tabelas de Frequência: Cross Tabs.....	96

Anexo I – Folha de Candidatura e Aprovação SDC

		PRÉMIO TALENTO SOARES DA COSTA 2009
FICHA DE CANDIDATURA PRÉMIO TALENTO		
Título do Trabalho INDICADORES DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO - UMA ANÁLISE COMPARATIVA. Tema em que se insere ÁREA DA SUSTENTABILIDADE		
Identificação do Aluno Nome: CRISTINA MARQUES MORAIS DA PALMA Bilhete de identidade: 11369853, de 10/11/2005 - LISBOA Instituição de Ensino a que pertence: ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL Aluno de Licenciatura <input type="checkbox"/> Aluno de Mestrado <input checked="" type="checkbox"/>		
Contactos Tel: 96 6588 132 E-mail: cristina_toc@hotmail.com		
Orientador Nome: FRANCISCO CARREIRA Instituição de Ensino e Departamento: ESEB Contactos: fcarreira@eseb.ips.pt / 265709305 / 965866526		
Assinatura do Aluno:  Assinatura do Orientador: 		
Anexar: Documento comprovativo da situação curricular. Fotocópia do Bilhete de Identidade.		

Prémio Talento Soares da Costa - Resultados

De:  **Eloísa Cepinha** (Eloisa.Cepinha@soaresdacosta.pt)
 Enviada: segunda-feira, 16 de novembro de 2009 18:01:34
 Para: Cristina Morais da Palma (cristina_toc@hotmail.com)
 Cc: Inês Oliveira (Ines.Oliveira@soaresdacosta.pt)

Cara Cristina Morais da Palma,
 no âmbito da sua candidatura ao Prémio Talento Soares da Costa 2009, na primeira fase de inscrições, vimos por este meio comunicar que foi aceite pela Empresa para o desenvolvimento do trabalho ao qual se candidatou.

Após a análise de todas as candidaturas, foi-lhe atribuído o tema "Indicadores de Desempenho Sustentável no sector da construção – uma análise comparativa". Para o desenvolvimento deste trabalho poderá contar com o meu apoio, ficando desde já a aguardar o seu contacto para dar início ao trabalho.

Qualquer questão adicional, disponha.
 Cumprimentos.

Eloísa Cepinha

Grupo Soares da Costa, SGPS, SA
 Gestor de Sustentabilidade
 Direcção de Comunicação Institucional e Marketing
 Tel. + 351 228 342 472 (Porto) + 351 217 913 294 (Lisboa)
eloisa.cepinha@soaresdacosta.pt ; www.soaresdacosta.pt

Anexo II – Tabela de Indicadores de Desempenho Económico

Indicadores de Desempenho Económico		
Aspecto: Desempenho Económico		
E	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.
E	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas.
E	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.
E	EC4	Apoio financeiro significativo recebido pelo governo.
Aspecto: Presença no Mercado		
C	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
E	EC6	Políticas, práticas e proporção dos custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
E	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.
Aspecto: Impactes Económicos Indirectos		
E	EC8	Desenvolvimento e impacte dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pró bono</i> .
C	EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão.
Legenda: E – indicador essencial; C – indicador complementar; EC – indicador económico		

Fonte: GRI, 2007. Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Versão 3.0, disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2682/G3_POPO_RG_Final_with_cover.pdf, acedido, em 04/01/2010.

Anexo III – Tabela de Indicadores de Desempenho Ambientais

Indicadores de Desempenho Ambiental		
Aspecto: Materiais		
E	EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume.
E	EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de energia primária.
Aspecto: Energia		
E	EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.
E	EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.
C	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.
C	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
C	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas.
Aspecto: Água		
E	EN8	Consumo total de água, por fonte.
C	EN9	Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água.
C	EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
Aspecto: Biodiversidade		
E	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
E	EN12	Descrição dos impactes significativos de actividade, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
C	EN13	Habitats protegidos ou recuperados.
C	EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na

		biodiversidade.
C	EN15	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos		
E	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.
E	EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
C	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa, assim como reduções alcançadas.
E	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
E	EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
E	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.
E	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.
E	EN23	Número e volume total de derrames significativos.
C	EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível nacional.
C	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.
Aspecto: Produtos e Serviços		
E	EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.
E	EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.
Aspecto: Conformidade		
E	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
Aspecto: Transporte		

C	EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.
Aspecto: Geral		
C	EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.
Legenda: E – indicador essencial; C – indicador complementar; EN – indicador ambiental		

Fonte: GRI, 2007. Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Versão 3.0, disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2682/G3_POPO_RG_Final_with_cover.pdf, acedido, em 04/01/2010.

Anexo IV – Tabela de Indicadores de Desempenho Sociais

Indicadores de Desempenho Social		
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno		
Aspecto: Emprego		
E	LA1	Descrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.
E	LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.
C	LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.
Aspecto: Relações entre Funcionários e Administração		
E	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.
E	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.
Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho		
C	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
E	LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.
E	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.
C	LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.
Aspecto: Formação e Educação		
C	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.
C	LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.
C	LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
E	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.
E	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.
Indicadores de Desempenho Referentes aos Direitos Humanos		
Aspecto: Práticas de Investimento e de Aquisições		
E	HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.
E	HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.
C	HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.
Aspecto: Não-Discriminação		
E	HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas.
Aspecto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva		
E	HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspecto: Trabalho Infantil		
E	HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspecto: Trabalho Forçado e Escravo		
E	HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
Aspecto: Práticas de Segurança		
C	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.
Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas		
C	HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas.
Indicadores de Desempenho Social Referentes à Sociedade		
Aspecto: Comunidade		

E	SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.
Aspecto: Corrupção		
E	SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
E	SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.
E	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Aspecto: Políticas Públicas		
E	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação da elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
C	SO6	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
Aspecto: Concorrência Desleal		
C	SO7	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.
Aspecto: Conformidade		
E	SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto		
Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente		
E	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.
C	PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminando por tipo de resultado.
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços		
E	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
C	PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
C	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados

de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.		
Aspecto: Comunicações de Marketing		
E	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
C	PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto: Privacidade do Cliente		
C	PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.
Aspecto: Conformidade		
E	PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.
Legenda:	E – indicador essencial; C – indicador complementar; LA – I.D. de Práticas Laborais e Trabalho Condigno; HR – I.D. Referentes aos Direitos Humanos; SO – I.D. Social Referente à Sociedade; PR – I.D. Referentes à Responsabilidade pelo Produto; I.D. – Indicadores de Desempenho	

Fonte: GRI, 2007. Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Versão 3.0, disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/2682/G3_POPO_RG_Final_with_cover.pdf, acedido, em 04/01/2010.

Anexo V – Tabelas de Valores Absolutos e Percentuais: Relato Sustentável


Anos	Total de Empresas	Europa		PT		ES		Construção Global		Construção Europa		Construção PT		Construção ES	
	v. a.	v. a.	%	v. a.	%	v. a.	%	v. a.	%	v. a.	%	v. a.	%	v. a.	%
2002	175	90	51,43%	0	0,00%	2	1,14%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2003	293	160	54,61%	0	0,00%	1	0,34%	5	1,71%	4	80,00%	0	0,00%	3	60,00%
2004	385	228	59,22%	2	0,52%	62	16,10%	12	3,12%	10	83,33%	0	0,00%	7	58,33%
2005	526	291	55,32%	6	1,14%	94	17,87%	18	3,42%	15	83,33%	0	0,00%	14	77,78%
2006	725	398	54,90%	8	1,10%	135	18,62%	27	3,72%	23	85,19%	1	3,70%	11	40,74%
2007	1083	497	45,89%	18	1,66%	129	11,91%	32	2,95%	23	71,88%	2	6,25%	14	43,75%
2008	1226	565	46,08%	23	1,88%	124	10,11%	38	3,10%	26	68,42%	3	7,89%	10	26,32%

Legenda: v.a. - valores absolutos % - valores percentuais PT - Portugal ES - Espanha

Relato Sustentável na Europa por Sectores de Actividade			
Anos	Construção	Energia	S. Financeiros
2002	0	10	9
2003	4	13	23
2004	10	15	43
2005	15	16	60
2006	23	25	81
2007	23	31	95
2008	26	41	96

Fonte: Adaptado da lista de empresas relatoras, que comunicam os relatórios de sustentabilidade à GRI, consultada em <http://www.globalreporting.org/GRIReports/GRIReportsList/>, acedido, em 17/01/2010.

Anexo VI – Convite para o Workshop



The graphic shows a stylized illustration of a modern building with a flat roof and large windows, surrounded by green trees. Two human silhouettes are walking on a path in the foreground.

CONVITE

WORKSHOP

SUSTENTABILIDADE NOS SECTORES DA PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA O SUPLEMENTO SECTORIAL DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE







12 DE JANEIRO DE 2010 | 15H00- 18H00
ENTRADA LIVRE | AUDITÓRIO DO GOETHE INSTITUTE

A **Global Reporting Initiative** e a **Sustentare** vêm, por este meio, convidá-lo a participar num workshop que tem como objectivo identificar os temas materiais da sustentabilidade nos sectores da construção e da promoção imobiliária. Este workshop integra o processo de construção do suplemento sectorial da Global Reporting Initiative, que irá conter um conjunto de orientações e indicadores específicos que deverão ser adoptados nos relatórios de sustentabilidade das empresas de promoção imobiliária e construção.

AUDITÓRIO DO GOETHE INSTITUTE
Campo Martires da Pátria n.º 37, 1169-016 Lisboa
Metro: Avenida | **Autocarros Carris:** 767, 30, 723, 790 | **Parque de estacionamento subterrâneo no Campo Mártires da Pátria**

Pfv confirme a sua presença para carmen.pereira@sustentare.pt

Para saber mais sobre as instituições promotoras :
www.globalreporting.org
www.sustentare.pt

PROMOTORES	APOIO INSTITUCIONAL	PATROCÍNIO
 Global Reporting Initiative	 SUSTENTARE	 cneop
	 Associação Portuguesa de Centros Comerciais	 centroHabitat
		 M'

Fonte: Recebido por correio electrónico no dia 23 de Dezembro de 2009, enviado por Eng.^a Eloísa Cepinha, Gestora de Sustentabilidade do Grupo Soares da Costa, SGPS, SA.

Anexo VII – Questionário

Cristina Morais da Palma



QUESTIONÁRIO

Tema: *“Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Sector da Construção”*

Este estudo enquadra-se no Mestrado em Contabilidade e Finanças, ministrado na ESCE, na parte relativa à dissertação.

Ser sustentável significa preservar a continuidade de aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade. A sustentabilidade económica, ambiental e social é cada vez mais tida em consideração pelas organizações e por todas as suas partes interessadas. O relato da sustentabilidade é uma forma de podermos compreender a evolução do desenvolvimento sustentável das empresas. Pela relevância e impacto na nossa economia e sociedade, elegemos o Sector da Construção como objecto de estudo, pelo que as questões apresentadas estão dirigidas a essa actividade.

É importante considerarmos a opinião dos estudantes, nesta fase da sua aprendizagem, em que já consolidaram conhecimentos e adquiriram competências específicas em determinados domínios científicos, para melhor identificar quais os indicadores de sustentabilidade, aplicados especificamente ao Sector da Construção.

Este questionário é dirigido aos estudantes do 3º ano das licenciaturas em Contabilidade e Finanças e Gestão de Recursos Humanos, ambos na ESCE, Engenharia do Ambiente na ESTSetúbal e Engenharia Civil na ESTBarreiro, por compreender as áreas de estudo que mais directamente estão relacionadas com a temática da sustentabilidade, atendendo ao sector de actividade em estudo.

Agradeço, antecipadamente, a vossa colaboração nas respostas às questões apresentadas.

A) Perfil dos Inquiridos

GÉNERO: Feminino ☐ Masculino ☐ IDADE: _____ CONCELHO DE RESIDÊNCIA: _____

CURSO QUE FREQUENTA:

Contabilidade e Finanças ☐ Engenharia do Ambiente ☐
Gestão de Recursos Humanos ☐ Engenharia Civil ☐

B) Questões sobre Sustentabilidade

B1) DIMENSÃO ECONÓMICA

Ordenar os seguintes Indicadores Económicos numa **escala** de 1 a 5, sendo que:

1 Menos Importante e 5 Mais Importante. Caso inclua a alínea f), exclua uma das anteriores.

Indicadores Económicos	Ordene de 1 a 5:
a) – Ciclo de vida do produto	
b) – Criação de emprego	
c) – Custo inicial e retorno do investimento	
d) – Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental	
e) – Rendibilidade do activo	
f) – Outro: qual?	

Cristina Morais da Palma

**B2) DIMENSÃO AMBIENTAL**

Ordenar os seguintes Indicadores Ambientais numa **escala** de 1 a 5, sendo que:
1 Menos Importante e 5 Mais Importante. Caso inclua a alínea f), exclua uma das anteriores.

Indicadores Ambientais	Ordene de 1 a 5:
a) – Ciclo de vida dos materiais da construção	
b) – Gestão da Água	
c) – Impacto dos danos ambientais	
d) – Ruído	
e) – Utilização do solo	
f) – Outro: qual?	

B3) DIMENSÃO SOCIAL

Ordenar os seguintes Indicadores Sociais numa **escala** de 1 a 5, sendo que:
1 Menos Importante e 5 Mais Importante. Caso inclua a alínea f), exclua uma das anteriores.

Indicadores Sociais	Ordene de 1 a 5:
a) – Formação	
b) – Limite de horas de trabalho	
c) – Satisfação dos clientes	
d) – Segurança e saúde no trabalho	
e) – Violações aos direitos humanos	
f) – Outro: qual?	

Obrigada pela Colaboração.

Março de 2010

Fonte: Elaboração Própria

Anexo VIII – Resultados do Workshop 12/01/2010**Workshop Sustentabilidade nos Sectores da Promoção Imobiliária e Construção**

12-Jan-10

<u>IMOBILIÁRIA</u>	<u>CONSTRUÇÃO</u>
Ambiente Eficiência Energética Transportes Proximidade a Amenidades Biodiversidade e Conservação de habitats Ruído Coimas Ciclo de vida dos materiais de construção Social Envolvimento com comunidade Políticas públicas Formação Utilização pública de espaço privado Contratos ecológicos com inquilinos Segurança no trabalho Económico Custo inicial e retorno Adaptabilidade do edifício Rentabilidade do activo Instrumentos para melhoria do activo Vendas lojistas Taxas de ocupação do edifício	Ambiente Gestão da água Ruído Ciclo vida dos materiais de construção Utilização do solo Impacto dos danos ambientais Emissão de carbono Qualidade do ar Reciclagem Reutilização dos materiais Eficiência Energética Medição localizada de consumos Social Satisfação dos clientes Segurança e saúde no trabalho Formação Limite de horas de trabalho Violações aos direitos humanos Acomodação de trabalhadores em obra Envolvimento com a comunidade Acesso à informação dos inquilinos Utilização pública do espaço privado Contratos ecológicos com os inquilinos Sensibilização dos utilizadores Contratos de trabalho Económico Criação de emprego Ciclo de vida do produto Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental Custo inicial e retorno do investimento Rentabilidade do activo Volume de compras ecológicas Adaptabilidade dos activos Fornecedores locais Salários Redução da pobreza

Fonte: Rita Almeida Dias, partner da Sustentare, Lda. Documento recebido via correio electrónico, no dia 17 de Março de 2010.

Anexo IX – Outputs do Programa Estatístico SPSS Versão 17

Anexo IX a) Tabelas de Frequência: Dados Globais

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
1. Idade	122	19	52	26,25	7,239
Valid N (listwise)	122				

1. Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 19	2	1,6	1,6	1,6
20	20	16,4	16,4	18,0
21	20	16,4	16,4	34,4
22	14	11,5	11,5	45,9
23	10	8,2	8,2	54,1
24	4	3,3	3,3	57,4
25	8	6,6	6,6	63,9
26	3	2,5	2,5	66,4
27	2	1,6	1,6	68,0
28	3	2,5	2,5	70,5
29	3	2,5	2,5	73,0
30	2	1,6	1,6	74,6
31	4	3,3	3,3	77,9
32	4	3,3	3,3	81,1
33	1	,8	,8	82,0
34	3	2,5	2,5	84,4
35	2	1,6	1,6	86,1
36	2	1,6	1,6	87,7
37	3	2,5	2,5	90,2
38	3	2,5	2,5	92,6
39	1	,8	,8	93,4
40	1	,8	,8	94,3
42	3	2,5	2,5	96,7
44	1	,8	,8	97,5
45	1	,8	,8	98,4
48	1	,8	,8	99,2
52	1	,8	,8	100,0
Total	122	100,0	100,0	

2. Género

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	77	63,1	63,1	63,1
	Masculino	45	36,9	36,9	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

3. Concelho

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Moita	17	13,9	13,9	13,9
	Alcácer do Sal	4	3,3	3,3	17,2
	Moura	1	,8	,8	18,0
	Setúbal	30	24,6	24,6	42,6
	Seixal	14	11,5	11,5	54,1
	Sines	1	,8	,8	54,9
	Mora	1	,8	,8	55,7
	Sesimbra	5	4,1	4,1	59,8
	Palmela	9	7,4	7,4	67,2
	Loures	2	1,6	1,6	68,9
	Almada	8	6,6	6,6	75,4
	Barreiro	12	9,8	9,8	85,2
	Santiago do Cacém	3	2,5	2,5	87,7
	Azambuja	1	,8	,8	88,5
	Alcochete	1	,8	,8	89,3
	Montijo	4	3,3	3,3	92,6
	Amadora	1	,8	,8	93,4
	Funchal	1	,8	,8	94,3
	Torres Vedras	1	,8	,8	95,1
	Terceira-Açores	1	,8	,8	95,9
	Lisboa	3	2,5	2,5	98,4
	Sintra	1	,8	,8	99,2
	Santarém	1	,8	,8	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

4. Curso

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CF	25	20,5	20,5	20,5
	GRH	32	26,2	26,2	46,7
	EC	29	23,8	23,8	70,5
	EA	19	15,6	15,6	86,1
	CFn	17	13,9	13,9	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Indicadores Económicos

Ciclo de vida do produto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	40	32,8	32,8	32,8
	importância reduzida	30	24,6	24,6	57,4
	importância média	21	17,2	17,2	74,6
	importância elevada	20	16,4	16,4	91,0
	importância muito elevada	11	9,0	9,0	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Criação de emprego

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	12	9,8	9,8	9,8
	importância reduzida	10	8,2	8,2	18,0
	importância média	17	13,9	13,9	32,0
	importância elevada	25	20,5	20,5	52,5
	importância muito elevada	58	47,5	47,5	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Custo inicial e retorno do investimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	12	9,8	9,8	9,8
	importância reduzida	21	17,2	17,2	27,0
	importância média	34	27,9	27,9	54,9
	importância elevada	32	26,2	26,2	81,1
	importância muito elevada	23	18,9	18,9	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	20	16,4	16,4	16,4
	importância reduzida	32	26,2	26,2	42,6
	importância média	30	24,6	24,6	67,2
	importância elevada	26	21,3	21,3	88,5
	importância muito elevada	14	11,5	11,5	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Rendibilidade do activo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	38	31,1	31,1	31,1
	importância reduzida	29	23,8	23,8	54,9
	importância média	20	16,4	16,4	71,3
	importância elevada	19	15,6	15,6	86,9
	importância muito elevada	16	13,1	13,1	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

*Indicadores Ambientais***Ciclo de vida dos materiais da construção**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	47	38,5	38,5	38,5
	importância reduzida	30	24,6	24,6	63,1
	importância média	23	18,9	18,9	82,0
	importância elevada	10	8,2	8,2	90,2
	importância muito elevada	12	9,8	9,8	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Gestão da Água

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	4	3,3	3,3	3,3
	importância reduzida	13	10,7	10,7	13,9
	importância média	14	11,5	11,5	25,4
	importância elevada	33	27,0	27,0	52,5
	importância muito elevada	58	47,5	47,5	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Impacto dos danos ambientais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	2	1,6	1,6	1,6
	importância reduzida	11	9,0	9,0	10,7
	importância média	17	13,9	13,9	24,6
	importância elevada	55	45,1	45,1	69,7
	importância muito elevada	37	30,3	30,3	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Ruído

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	47	38,5	38,5	38,5
	importância reduzida	34	27,9	27,9	66,4
	importância média	29	23,8	23,8	90,2
	importância elevada	5	4,1	4,1	94,3
	importância muito elevada	7	5,7	5,7	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Utilização do solo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	22	18,0	18,0	18,0
	importância reduzida	34	27,9	27,9	45,9
	importância média	39	32,0	32,0	77,9
	importância elevada	19	15,6	15,6	93,4
	importância muito elevada	8	6,6	6,6	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

*Indicadores Sociais***Formação**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	18	14,8	14,8	14,8
	importância reduzida	27	22,1	22,1	36,9
	importância média	34	27,9	27,9	64,8
	importância elevada	23	18,9	18,9	83,6
	importância muito elevada	20	16,4	16,4	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Limite de horas de trabalho

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	45	36,9	36,9	36,9
	importância reduzida	42	34,4	34,4	71,3
	importância média	24	19,7	19,7	91,0
	importância elevada	7	5,7	5,7	96,7
	importância muito elevada	4	3,3	3,3	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Satisfação dos clientes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	41	33,6	33,6	33,6
	importância reduzida	32	26,2	26,2	59,8
	importância média	17	13,9	13,9	73,8
	importância elevada	13	10,7	10,7	84,4
	importância muito elevada	19	15,6	15,6	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Segurança e saúde no trabalho

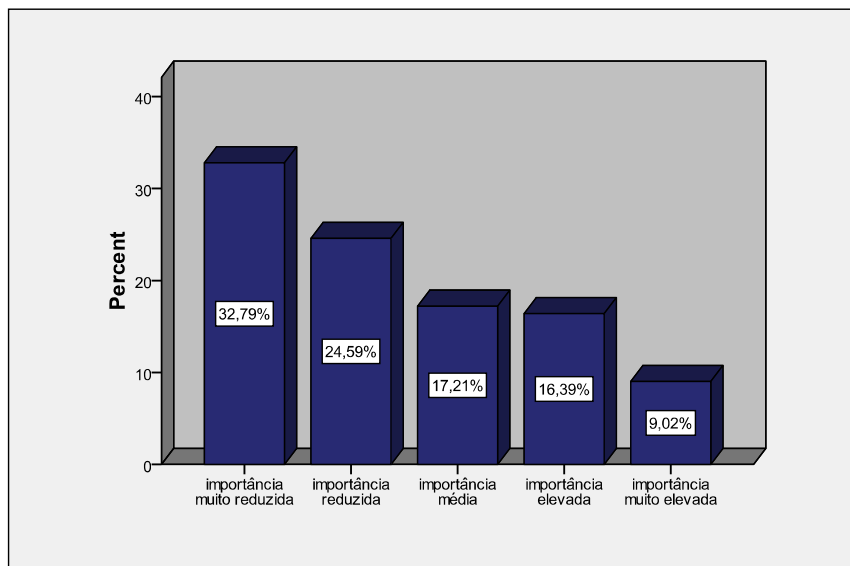
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	6	4,9	4,9	4,9
	importância reduzida	13	10,7	10,7	15,6
	importância média	25	20,5	20,5	36,1
	importância elevada	53	43,4	43,4	79,5
	importância muito elevada	25	20,5	20,5	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Violações aos direitos humanos

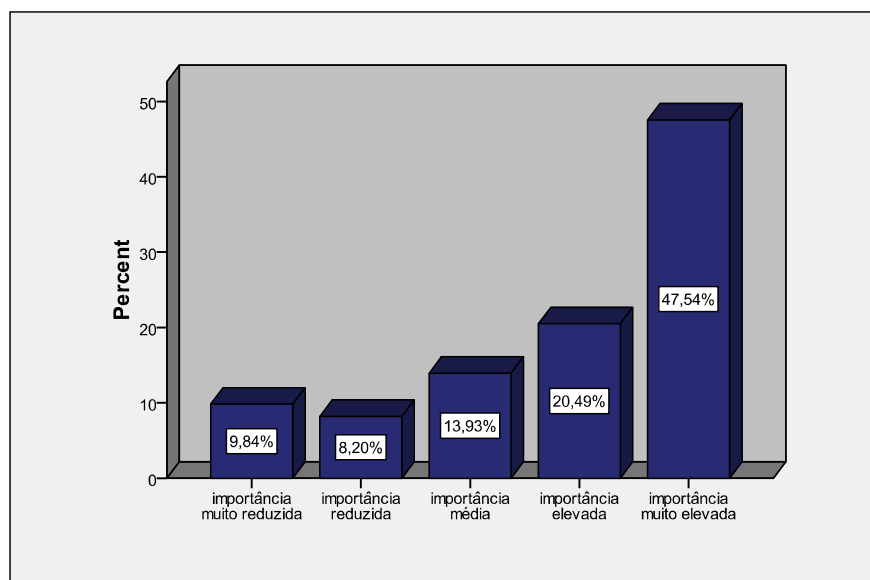
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	importância muito reduzida	12	9,8	9,8	9,8
	importância reduzida	8	6,6	6,6	16,4
	importância média	22	18,0	18,0	34,4
	importância elevada	26	21,3	21,3	55,7
	importância muito elevada	54	44,3	44,3	100,0
	Total	122	100,0	100,0	

Anexo IX b) Gráficos de Frequências: Dados Globais

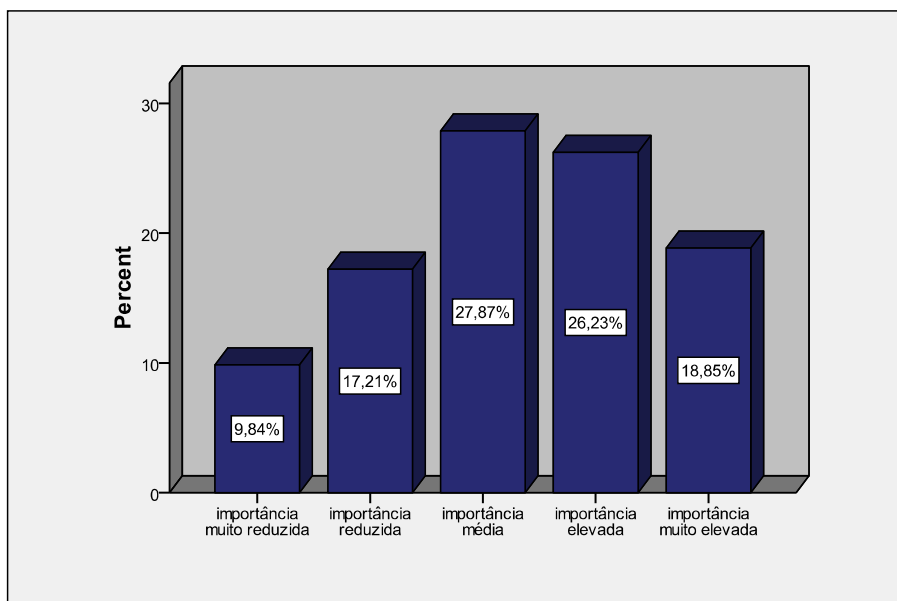
Ciclo de vida do produto



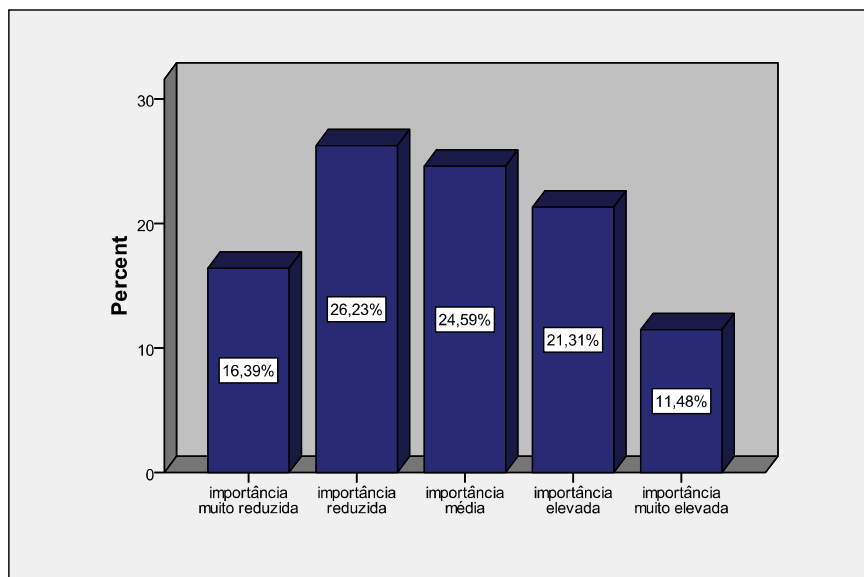
Criação de emprego



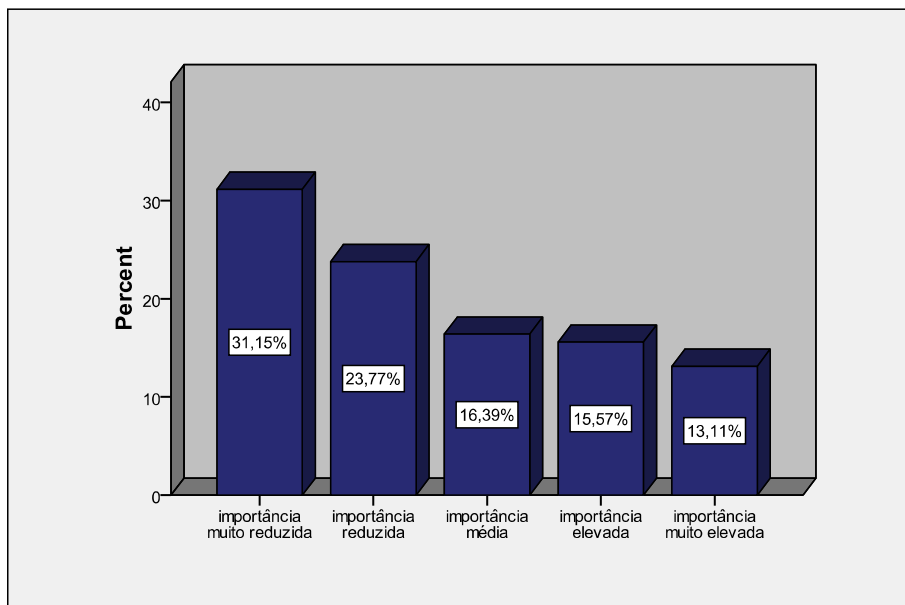
Custo inicial e retorno do investimento



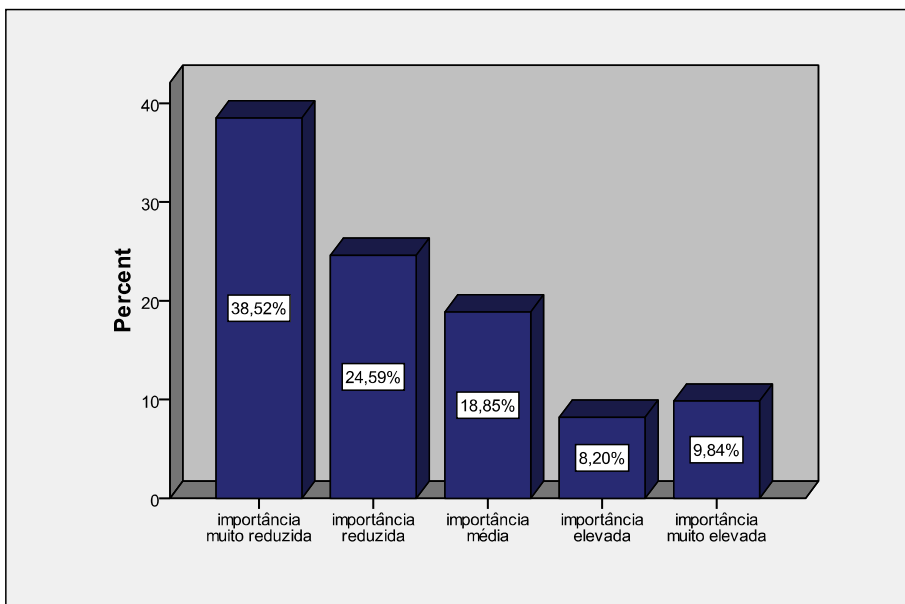
Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental



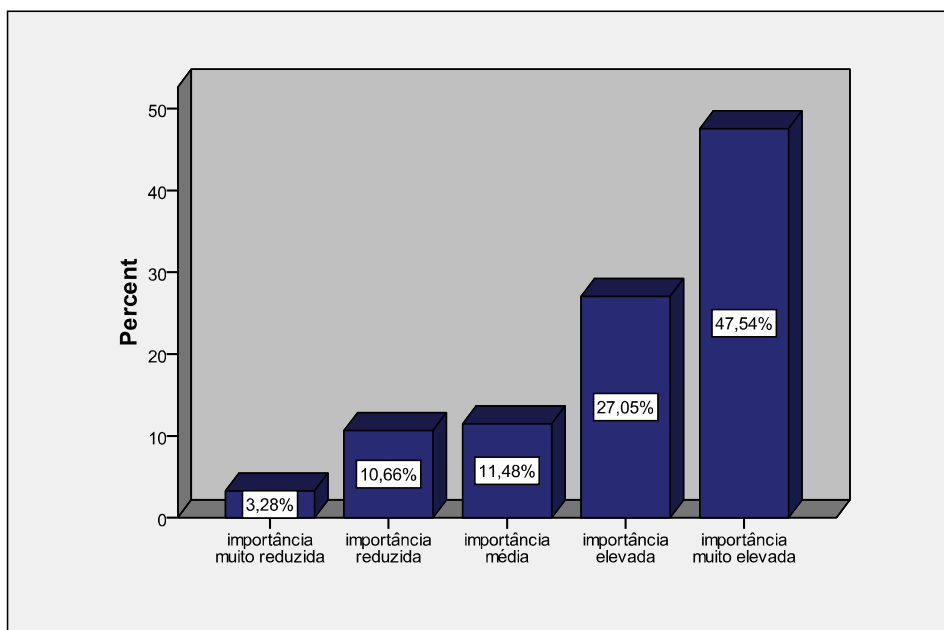
Rendibilidade do activo



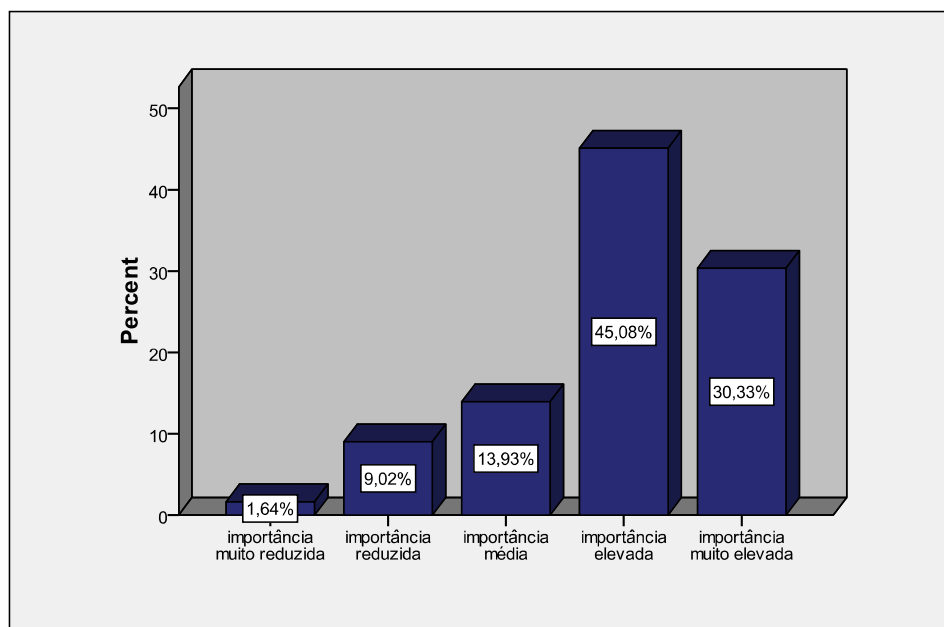
Ciclo de vida dos materiais da construção



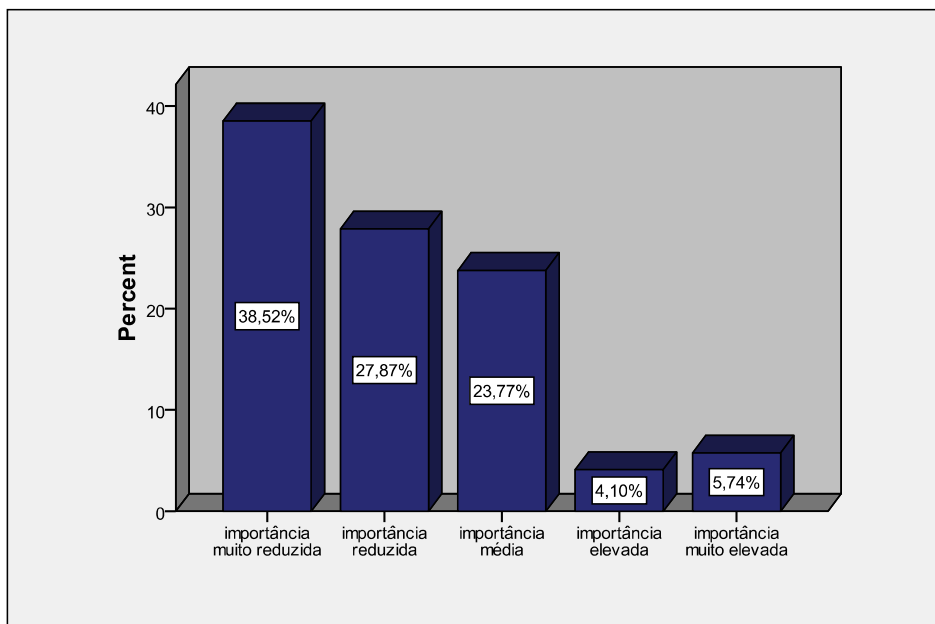
Gestão da Água



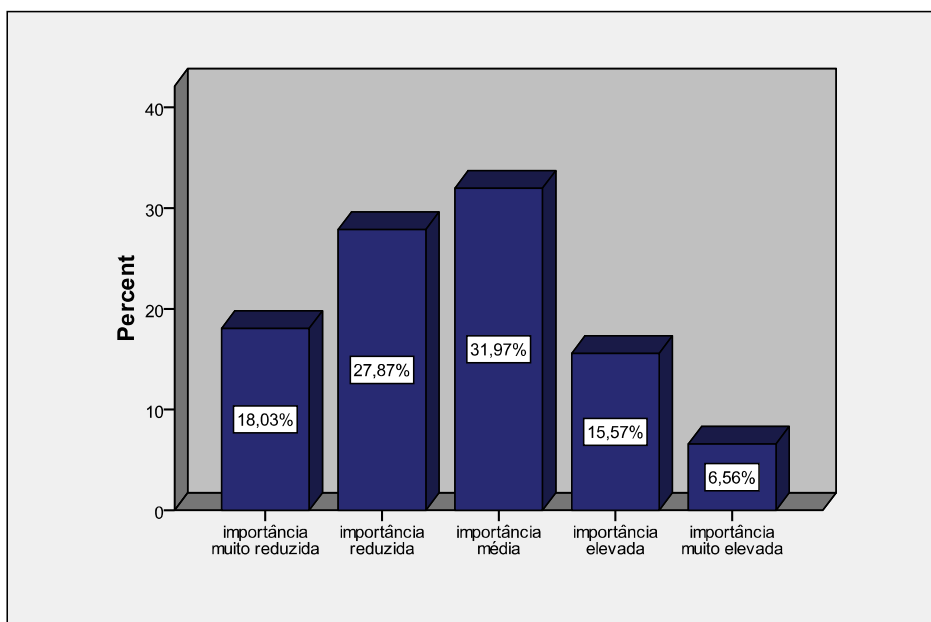
Impacto dos danos ambientais



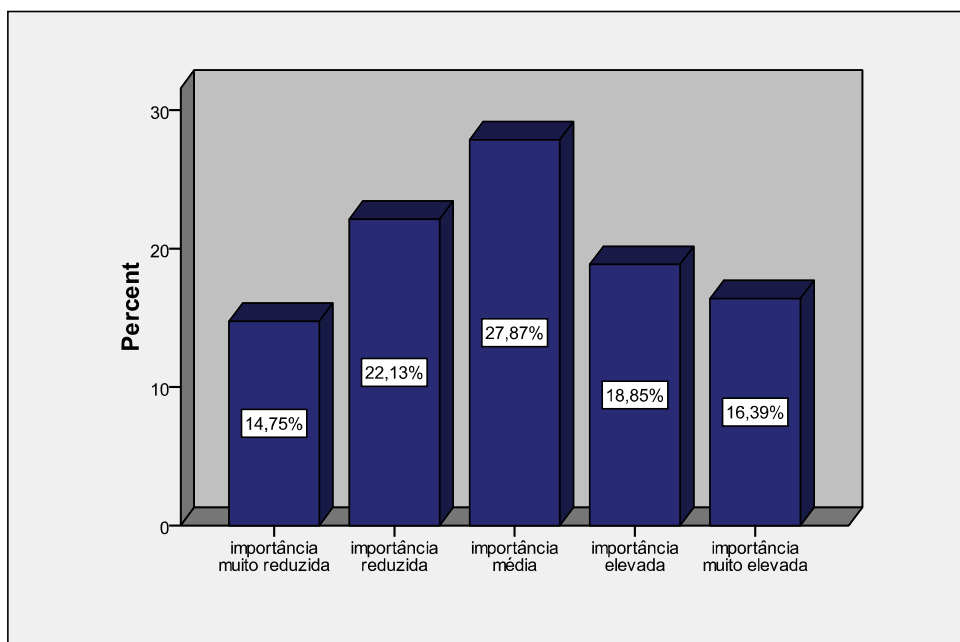
Ruído



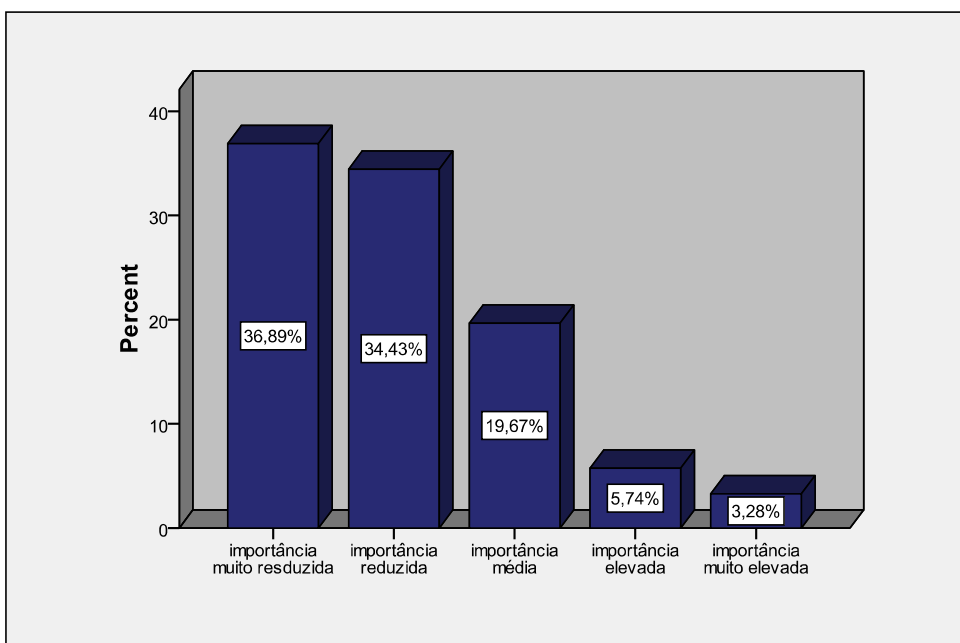
Utilização do solo



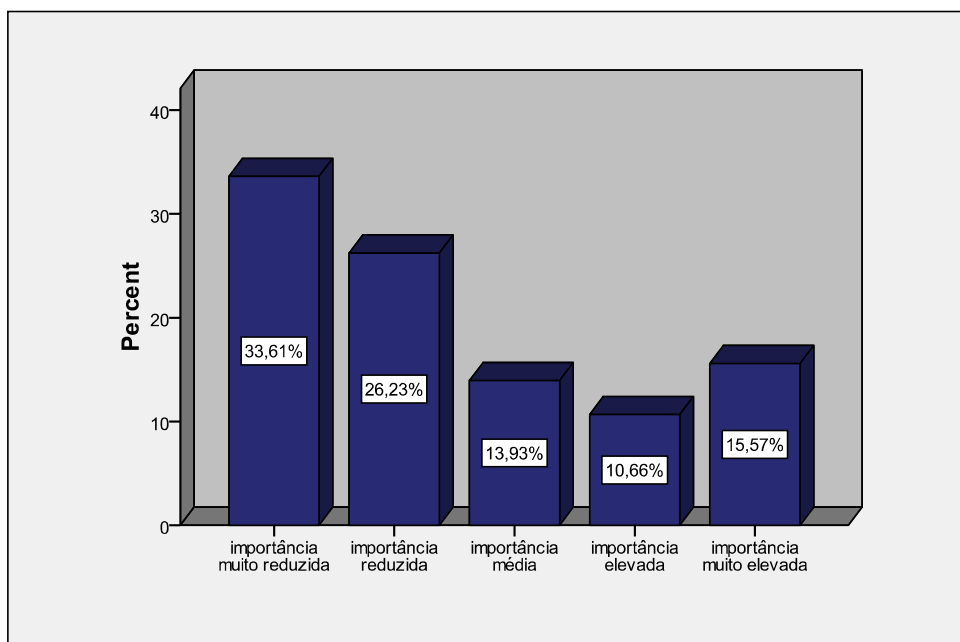
Formação



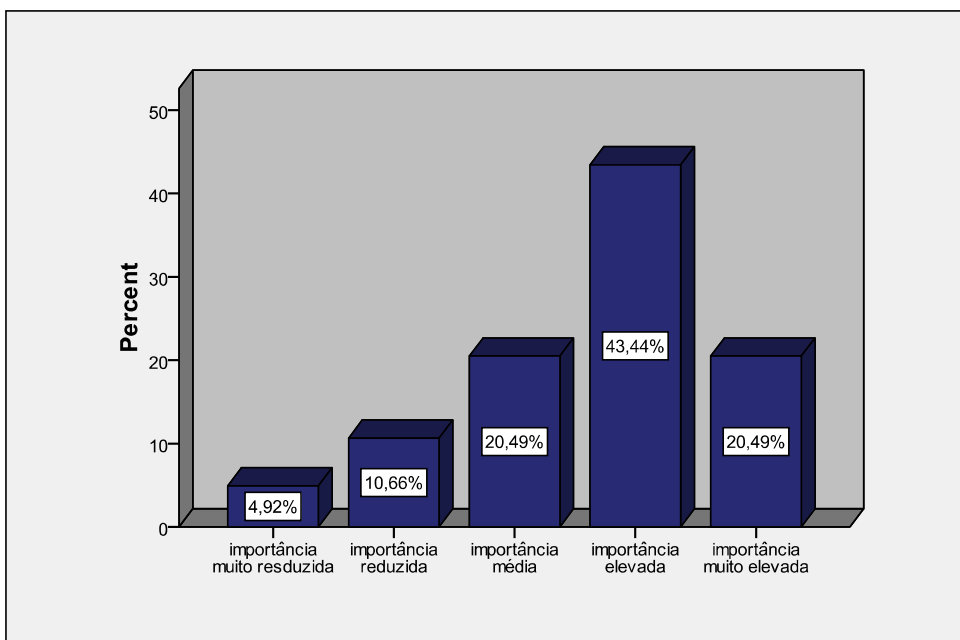
Limite de horas de trabalho



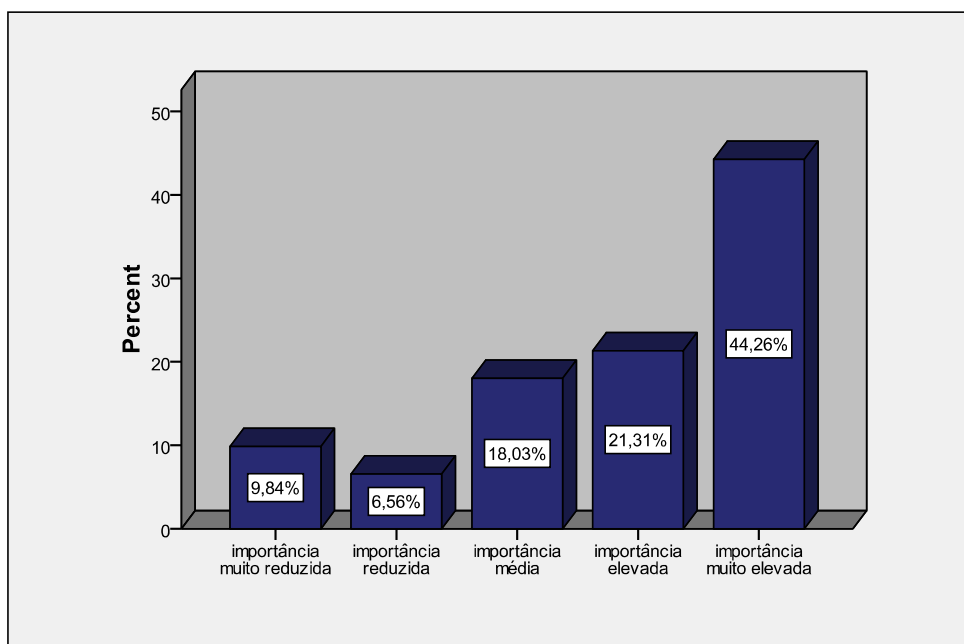
Satisfação dos clientes



Segurança e saúde no trabalho



Violações aos direitos humanos



Anexo IX c) Tabelas de Frequência: *Cross Tabs*

1. Idade * 2. Género Crosstabulation

Count

		2. Género		Total
		Feminino	Masculino	
1. Idade	19	2	0	2
	20	19	1	20
	21	15	5	20
	22	11	3	14
	23	6	4	10
	24	2	2	4
	25	2	6	8
	26	2	1	3
	27	0	2	2
	28	3	0	3
	29	1	2	3
	30	0	2	2
	31	2	2	4
	32	2	2	4
	33	1	0	1
	34	1	2	3
	35	0	2	2
	36	1	1	2
	37	2	1	3
	38	1	2	3
	39	1	0	1
	40	1	0	1
	42	0	3	3
	44	1	0	1
	45	0	1	1
	48	1	0	1
	52	0	1	1
Total		77	45	122

4. Curso * Ciclo de vida do produto Crosstabulation

Count

		Ciclo de vida do produto					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	6	5	7	2	5	25
	GRH	13	6	4	7	2	32
	EC	10	7	6	3	3	29
	EA	3	10	3	2	1	19
	CFn	8	2	1	6	0	17
Total		40	30	21	20	11	122

4. Curso * Criação de emprego Crosstabulation

Count

		Criação de emprego					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	6	1	3	3	12	25
	GRH	2	2	4	7	17	32
	EC	1	5	5	9	9	29
	EA	1	1	3	3	11	19
	CFn	2	1	2	3	9	17
Total		12	10	17	25	58	122

4. Curso * Custo inicial e retorno do investimento Crosstabulation

Count

		Custo inicial e retorno do investimento					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	0	4	5	12	4	25
	GRH	6	5	11	7	3	32
	EC	2	6	6	5	10	29
	EA	2	3	6	7	1	19
	CFn	2	3	6	1	5	17
Total		12	21	34	32	23	122

4. Curso * Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental Crosstabulation

Count

		Investimentos em activos com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	7	10	4	2	2	25
	GRH	3	8	11	6	4	32
	EC	7	7	7	6	2	29
	EA	1	1	6	7	4	19
	CFn	2	6	2	5	2	17
Total		20	32	30	26	14	122

4. Curso * Rendibilidade do activo Crosstabulation

Count

		Rendibilidade do activo					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	6	5	6	6	2	25
	GRH	8	11	2	5	6	32
	EC	9	4	5	6	5	29
	EA	12	4	1	0	2	19
	CFn	3	5	6	2	1	17
Total		38	29	20	19	16	122

4. Curso * Ciclo de vida dos materiais da construção Crosstabulation

Count

		Ciclo de vida dos materiais da construção					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	11	6	4	2	2	25
	GRH	13	6	6	2	5	32
	EC	4	7	9	5	4	29
	EA	10	8	1	0	0	19
	CFn	9	3	3	1	1	17
Total		47	30	23	10	12	122

4. Curso * Gestão da Água Crosstabulation

Count

		Gestão da Água					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	2	4	2	8	9	25
	GRH	2	5	5	7	13	32
	EC	0	2	3	10	14	29
	FA	0	1	2	4	12	19
	CFn	0	1	2	4	10	17
Total		4	13	14	33	58	122

4. Curso * Impacto dos danos ambientais Crosstabulation

Count

		Impacto dos danos ambientais					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	0	3	2	11	9	25
	GRH	2	3	5	12	10	32
	EC	0	4	6	12	7	29
	EA	0	0	1	11	7	19
	CFn	0	1	3	9	4	17
Total		2	11	17	55	37	122

4. Curso * Ruído Crosstabulation

Count

		Ruído					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	9	3	11	1	1	25
	GRH	9	9	7	3	4	32
	EC	17	9	1	0	2	29
	EA	8	7	4	0	0	19
	CFn	4	6	6	1	0	17
Total		47	34	29	5	7	122

4. Curso * Utilização do solo Crosstabulation

Count

		Utilização do solo					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	3	9	6	3	4	25
	GRH	6	9	9	8	0	32
	EC	8	7	10	2	2	29
	EA	1	3	11	4	0	19
	CFn	4	6	3	2	2	17
Total		22	34	39	19	8	122

4. Curso * Formação Crosstabulation

Count

		Formação					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	4	6	4	5	6	25
	GRH	3	7	10	8	4	32
	EC	3	5	9	7	5	29
	EA	2	2	9	1	5	19
	CFn	6	7	2	2	0	17
Total		18	27	34	23	20	122

4. Curso * Limite de horas de trabalho Crosstabulation

Count

		Limite de horas de trabalho					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	10	7	6	2	0	25
	GRH	10	14	3	2	3	32
	EC	12	9	7	1	0	29
	EA	10	7	2	0	0	19
	CFn	3	5	6	2	1	17
Total		45	42	24	7	4	122

4. Curso * Satisfação dos clientes Crosstabulation

Count

		Satisfação dos clientes					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	4	5	7	3	6	25
	GRH	15	6	3	4	4	32
	EC	9	11	4	2	3	29
	EA	7	8	1	2	1	19
	CFn	6	2	2	2	5	17
Total		41	32	17	13	19	122

4. Curso * Segurança e saúde no trabalho Crosstabulation

Count

		Segurança e saúde no trabalho					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	3	5	3	10	4	25
	GRH	1	3	7	16	5	32
	EC	2	3	5	10	9	29
	EA	0	1	3	10	5	19
	CFn	0	1	7	7	2	17
Total		6	13	25	53	25	122

4. Curso * Violações aos direitos humanos Crosstabulation

Count

		Violações aos direitos humanos					Total
		importância muito reduzida	importância reduzida	importância média	importância elevada	importância muito elevada	
4. Curso	CF	4	2	5	5	9	25
	GRH	3	2	9	2	16	32
	EC	3	1	4	9	12	29
	EA	0	1	4	6	8	19
	CFn	2	2	0	4	9	17
Total		12	8	22	26	54	122